

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

# Avante!

Ano 58 - Série VII - N.º 758  
7 de Julho de 1988  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

A **CGTP**, solidária com os trabalhadores em luta, em especial os que participaram nas greves desta semana (bancários, transportes de Lisboa, RN, Setenave, Dialap, corticeiros, entre outros), manifestou «**o seu mais vivo protesto pelo comportamento afrontoso do Governo e administrações**», que procuram impor limites salariais na base do «**acordo de política de rendimentos**» — eufemismo que esconde uma política de baixos salários e precariedade de emprego, sem que os investimentos tenham aumentado na proporção esperada pelo Ministério das Finanças

Págs. 1, 2 e 3/**Semana**

## 3.ªs JORNADAS PARLAMENTARES DO PCP

O Grupo Parlamentar do PCP, ao proceder nas suas 3.ª Jornadas a um balanço da presente sessão legislativa, considerou como traço mais marcante do actual momento político a multiplicação das formas de pressão, inibição e intimidação exercidas pelo Governo e pelo PSD sobre outros órgãos de soberania, visando constringer e condicionar a sua intervenção

Págs. 4, 5 e 6/**Semana**



**BRAGA**  
8, 9 e 10  
JULHO / 88

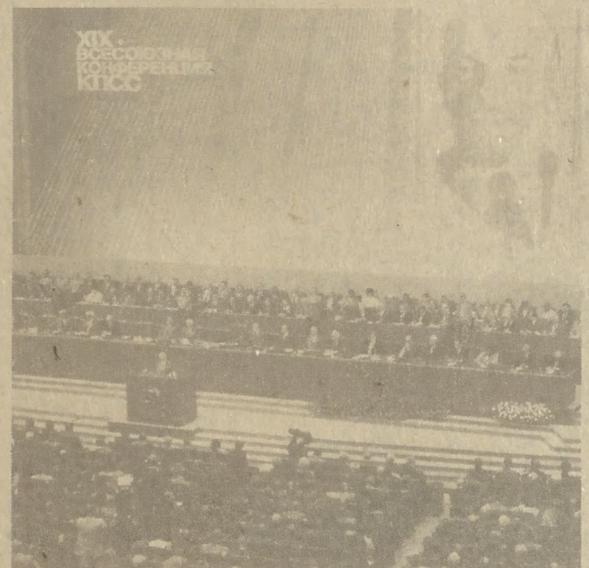
### X FESTA DA ALEGRIA

PARQUE E PALÁCIO MUNICIPAL  
DE EXPOSIÇÕES E DESPORTOS DE BRAGA

Tudo sobre o programa na pág. 11/**Semana**

**DOMINGO**  
16.30 H

## SESSÃO PÚBLICA COM INTERVENÇÃO DE ÁLVARO CUNHAL



## Nunca o Palácio dos Congressos viveu uma reunião como esta

Reportagem sobre a XIX Conferência do PCUS do enviado especial do «Avante!» **Domingos Mealha**

Págs. 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7/**Em Foco**

## No âmago da luta o reforço do Partido

O País ouviu anteontem, em entrevista da RTP, as respostas e argumentações do Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, a algumas das mais escaldantes questões da sua política, do seu Governo e do seu partido na hora actual.

Não ouviu nada de novo. Para usar a sua terminologia, o Primeiro-Ministro mais uma vez trouxe à «praça pública» as soluções que o Governo encara para os cruciantes problemas da actualidade portuguesa.

E entretanto a situação do País real não pode ser eludida ou escamoteada. No próprio momento da entrevista televisiva de Cavaco, trabalhadores de alguns sectores estratégicos, dos mais importantes da nossa actividade económica e produtiva, e doutros sectores, expressavam por meio da greve o profundo descontentamento do mundo do trabalho contra a política laboral do Governo.

As greves da RN, da Carris, do Metro, dos trabalhadores da Banca, da Setenave, da Dialap, da Eurofil, do Hotel Espadarte, dos corticeiros do Norte (convocada para hoje), do «Grupo 1» (de enfermagem e assistência social das instituições de crédito), todas na semana em curso, exprimem uma conclusiva resposta a algumas das questões mais quente colocadas pelos entrevistadores da RTP ao Primeiro-Ministro.

Também a fragilidade de recursos e a crescente descapitalização do agro português para fazer face a situações de emergência e calamidade de como a que se abateu sobre os nossos campos, vindo a lume com todo o seu cortejo de desespero e ruína dos agricultores e de graves prejuízos para as UCP/Cooperativas do Alentejo e do Ribatejo, constitui um índice do País real que o Primeiro-Ministro não foi capaz de traduzir e transmitir aos telespectadores que o ouviram na entrevista de anteontem.

Os traços essenciais da situação política nacional ressaltam, contudo, na realidade objectiva dos dias actuais.

É um facto saliente que na sociedade portuguesa contemporânea, em particular nestes 12 meses de domínio unipartidário da direita restauracionista em duas áreas decisivas do Poder — a do Executivo (governo) e do Legislativo (Assembleia da República) — se acumularam focos de tensão e se agravaram confrontos sociais, políticos e institucionais, uns e outros geradores de um sentimento generalizado de insegurança, de instabilidade e de descontentamento popular.

Os acontecimentos dos últimos dias são esclarecedores da realidade política nacional — o Governo PSD/Cavaco Silva, mesmo diante da vasta e diversificada contestação social da sua política, tenta operar a todo o transe a radical

inversão do processo democrático saído da Revolução de 74, tenta impor pela via executiva e pela via legislativa, medidas e leis inconstitucionais visando o aniquilamento das conquistas fundamentais do 25 de Abril.

E ao mesmo tempo, na penumbra dos gabinetes, no segredo dos «tête-a-tête», à revelia da «praça pública», explorando a favor do projecto restauracionista dos monopólios e dos latifúndios (implicando a destruição das nacionalizações e da Reforma Agrária) certas afinidades políticas e de classe com o PS e com o seu secretário-geral, Vítor Constâncio, está em curso um tortuoso processo de compromissos favoráveis ao projecto da direita, de «consensos» entre o PS e o PSD, certamente não desejados por muitos dos trabalhadores socialistas, para uma revisão constitucional que sancione no plano jurídico os avanços da contra-revolução.

As diatribes do Primeiro-Ministro contra o parecer do Tribunal Constitucional de inconstitucionalidade das três alíneas mais gravosas do pacote laboral (e da «lei dos 49%» do pacote das privatizações) — de novo agora repetidas (e mais mitigadas devido às reacções que provocou) na entrevista de anteontem, mostram o desprezo e a fúria de Cavaco contra os entraves legais ao seu projecto contra-revolucionário e o seu desrespeito, camuflado de «flores», pelas iniciativas constitucionais do Presidente da República que contrariam os seus planos.

Com afirmações atentatórias da independência política e da decisão democraticamente expressa pela maioria dos juizes do TC, Cavaco Silva anunciou o reenvio do «pacote» à Assembleia da República, de que o Governo deixou «cair» uma das alíneas declaradas inconstitucionais, e, naturalmente, torna-se claro, com a busca de «consenso» com o PS para a revisão constitucional e o projecto de a operar na presente sessão legislativa, que se prepara para carregar a fundo na legislação antioperária logo após a revisão e que esse é agora um último recurso nas actuais condições para tentar anular definitivamente e drasticamente os direitos e garantias conquistados pelos trabalhadores com a Revolução de Abril.

Nesta entrevista de anteontem tornou-se mais evidente a dificuldade de o Governo cavaquista avançar rapidamente no plano das reprivatizações. É uma dificuldade objectiva: Cavaco quer assegurar aos monopólios que adquiriram a maioria das empresas públicas e nacionalizadas o máximo lucro possível, jogou em cheio nas perspectivas favoráveis — mais transitórias do que esperava — da conjuntura capitalista externa e das tendências altistas do mercado de capitais (a Bolsa), agora de novo em baixa.

Já restringe apenas a uma empresa industrial e a uma bancária as primeiras transacções; já substitui a desacreditada designação do «capitalismo popular» por «disseminação do capital», avançando uma verdade técnica já de há muito sabida — em muitos casos basta a posse de 20% do capital de uma sociedade por acções para o seu controlo efectivo por qualquer grupo financeiro.

Cavaco Silva, o infalível tecnocrata de feição monopolista, falhou nas previsões...

É agora num verdadeiro fogo de barragem contra os previsíveis obstáculos à aprovação e promulgação da legislação anti-Reforma Agrária que se centram os ataques do Governo e do Primeiro-Ministro contra aquela excelente conquista democrática do 25 de Abril.

Cavaco Silva, como o ministro Barreto, argumentam com exigências institucionais decorrentes da adesão à CEE e com a liberalização do mercado no seio da Comunidade em 1992 para recusarem o direito à existência das UCP's/Cooperativas do Alentejo e do Ribatejo, que nenhum dispositivo da CEE contraria. Tendo intensificado os roubos ilegais de terras e bens da Reforma Agrária sob a forma de «reservas» e em vários casos por métodos violentos, que o Supremo Tribunal Administrativo anulou ou suspendeu em mais de 400 processos que o Governo se eximiu de executar, Cavaco Silva prepara-se para intensificar a ofensiva latifundiária da direita, que não pode deixar de defrontar a firme resistência dos trabalhadores de que a «Marcha» de 18 de Junho para Lisboa e a concentração junto da AR foi um inequívoco indício.

Neste quadro complexo de uma situação cheia de perigos potenciais para o regime democrático e as suas grandes conquistas, mas simultaneamente caracterizado pelo ascenso da luta popular de massas e por uma pertinaz acção no plano institucional na base das quais se está operando um sensível deslocamento de forças em desfavor do Governo PSD/Cavaco Silva, da sua política e do seu projecto restauracionista, se desenvolve e intensifica a luta, o trabalho e a determinação dos comunistas.

Alterações de fundo se estão produzindo no processo de unidade e convergência do movimento operário, designadamente no movimento sindical.

Acentuam-se as tendências e acções unitárias e perdem força as tendências e actividades divisionistas. Na base das empresas, das estruturas de classe, do próprio Conselho de Concertação Social, multiplicam-se os esforços e iniciativas para opor aos desígnios da direita restauracionista o obstáculo determinante da luta e da unidade dos trabalhadores e de outras categorias

# Resumo

29

Quarta-feira

As deputadas do Grupo Parlamentar do PCP divulgam em conferência de imprensa cinco projectos de lei já apresentados nesta legislatura em defesa dos direitos das mulheres ■ Polícia Municipal proíbe conferência de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa onde se criticou o «secretismo da tentativa de privatização de mercados» ■ Assembleia de comissões de trabalhadores de Lisboa hoje reunida propõe criar um movimento unitário em defesa da Constituição ■ PRD interpela na AR o Governo sobre a «problemática da pobreza em Portugal» ■ Conclui-se debate na AR sobre a proposta de Lei das Bases da Reforma Agrária que mereceu apenas o apoio do PSD e do CDS, tendo sido fortemente criticada pelos outros grupos parlamentares ■ Primeiro-ministro francês, Michel Rocard, apresenta na Assembleia Nacional o programa do seu governo ■ Tropas israelitas de ocupação da Cisjordânia assassinam um jovem de 15 anos na aldeia de Taiyba, a 20 quilómetros de Jerusalém ■ Stipe Suvar é eleito presidente da Liga dos Comunistas da Jugoslávia.

30

Quinta-feira

O Conselho de Ministros aprova um decreto que altera a Lei Orgânica do Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu, conferindo-lhe autonomia administrativa ■ As organizações representativas dos trabalhadores da Siderurgia Nacional e a Federação dos Sindicatos da Metalurgia revelam que a empresa é altamente rentável acusando o Governo de sacrificar o interesse nacional ao querer «restaurar» a siderurgia portuguesa, o que implicará o encerramento de instalações e o despedimento de dois mil trabalhadores ■ O Vaticano anuncia a excomunhão do arcebispo fundamentalista Marcel Lefèbvre após este ter sagrado quatro bispos em Econe, na Suíça ■ O novo governo francês decide administrar de forma directa, temporariamente, a Nova Caledónia ■ A administração norte-americana concede uma ajuda de 15 milhões de dólares à Unita, onde se inclui o fornecimento de mísseis «Stinger» e outro tipo de armamento ■ O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Afeganistão declara que a criação pela «Aliança dos Sete» (grupo terrorista sediado no Paquistão) de um «governo provisório» viola abertamente os acordos de Genebra ■ O comandante-chefe vietnamita no Kampuchea, general Le Ngoc Hien, regressa ao seu país após a retirada do alto comando militar vietnamita do Kampuchea.

1

Sexta-feira

A CGTP-IN acusa em conferência de imprensa o Governo de tentar novamente fazer passar o «Pacote Laboral», através de uma iniciativa do grupo parlamentar do PSD ■ Cavaco Silva e Vitor Constâncio encontram-se para acordarem a revisão da Constituição ■ Depois de uma visita de trabalho ao distrito de Setúbal, os deputados do PCP ao Parlamento Europeu afirmam que aquela região tem condições para ultrapassar a crise ■ Mik-

hail Gorbachov encerra em Moscovo os trabalhos da XIX Conferência do PCUS qualificando-a como um acontecimento da maior importância na história do partido ■ A Assembleia Nacional Francesa aprova uma resolução que reduz de 30 para 20 o número de deputados necessários para formar um grupo parlamentar, o que permite ao Partido Comunista Francês constituir o seu grupo ■ O governo da Nicarágua prorroga unilateralmente por mais 30 dias a trégua com os «contras» ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque, Areq Aziz, admite que o seu país utilizou armas químicas na guerra do Golfo ■ O Parlamento da Hungria aprova uma declaração condenando o projecto de reordenamento do território romeno.

2

Sábado

A Juventude Comunista Portuguesa recusa a profissionalização das Forças Armadas e exige que o Serviço Militar tenha um funcionamento transparente, anuncia a organização após uma reunião da Direcção Nacional hoje realizada ■ Cavaco Silva declara em Castelo Branco que enquanto não for revista a Constituição não haverá, em Portugal, televisão privada ■ V Congresso Extraordinário da UGT elege um novo Secretariado, cuja lista foi subscrita pelo secretário-geral e obteve 78,8 por cento dos votos ■ Uma delegação de peritos soviéticos chega aos Estados Unidos com o objectivo de verificar o cumprimento do tratado de eliminação dos mísseis de médio e curto alcance ■ Polícia chilena detém 15 jovens na sequência da repressão de uma manifestação perto de Santiago do Chile ■ Acções da Frente de Libertação Farabundo Martí provocam o corte de energia em cerca de 70 por cento do território de El Salvador.

3

Domingo

Termina no Porto um encontro do PCP sobre revisão constitucional, em que Carlos Brito manifesta preocupações relativamente às declarações feitas por Vitor Constâncio após o seu recente encontro com Cavaco Silva ■ Jorge Risquet, representante de Cuba nas conversações quadripartidas sobre Angola e a Namíbia, chega a Lisboa para estabelecer contactos com as autoridades portuguesas sobre a África Austral ■ Os Estados Unidos admitem que a sua força naval derrubou no Golfo «acidentalmente» um avião com 290 passageiros e 8 tripulantes a bordo ■ Militares e «informadores» da polícia colombiana são acusados em Bogotá de praticarem chacinas de camponeses.

4

Segunda-feira

O ministro das Finanças anuncia que a política salarial para os próximos três ou quatro anos terá de seguir uma «estratégia de moderação» ■ A União dos Sindicatos de Lisboa declara em conferência de imprensa estar marcada para o próximo dia 12 de Julho uma concentração frente à AR contra o pacote laboral do Governo ■ Termina uma greve de três dias na Selenave que paralisou os secto-



res mais importantes no estaleiro, registando uma adesão global de 98 por cento ■ Inicia-se em Estrasburgo uma sessão plenária do Parlamento Europeu ■ O dirigente iraniano Ayatollah Khomeiny declara «guerra total contra a América e seus lacaios» na sequência do derrube do avião civil iraniano no Estreito de Ormuz ■ As forças israelitas de ocupação ordenam o encerramento de 1200 escolas na Cisjordânia por um período de três dias ■ Duas bombas de fabrico artesanal reventam em Manila durante uma manifestação de cinco mil filipinos, em frente da embaixada norte-americana ferindo três polícias.

5

Terça-feira

Decorrem, com elevadas percentagens de adesão, greves dos trabalhadores da banca, do Metropolitano de Lisboa, da Carris e da Rodoviária Nacional ■ Os deputados do PCP anunciam a apresentação em breve de um projecto de lei fixando em 40 horas a duração máxima da semana de trabalho na indústria e de outras iniciativas saídas das suas 3.ª Jornadas Parlamentares ■ A Confederação Nacional da Agricultura, que solicitou audiências ao ministro e à comissão da AR responsáveis por esta área, reclama apoio urgente para os agricultores vítimas do mau tempo ■ O MNE grego apresenta no Parlamento Europeu as prioridades definidas pelo seu país para os seis meses em que, desde dia 1, ocupa a presidência da CEE ■ «O diário» publica uma entrevista com o economista soviético Abel Aganbeguian, que está em Portugal desde ontem.



sociais da nossa população. Nesta vasta frente os comunistas empenham o melhor do seu esforço, da sua capacidade dinamizadora, reforçam na luta diária a sua profunda ligação com as massas. É também neste quadro que se processam as tarefas e as questões internas do PCP.

No período de pouco mais de um mês dezenas de Encontros, de Assembleias de Organização, de Plenários e Reuniões, de iniciativas culturais animam activamente o nosso grande colectivo partidário.

Encontro do Sector Empresarial do Estado; Encontros Distritais de Quadros de Células de Empresa e de sectores profissionais específicos; Encontro Nacional sobre a Educação e o Ensino; Encontro sobre o Sector Automóvel; Encontro Nacional sobre o Poder Local; Encontro «Portugal e a CEE hoje»; Encontros de Intelectuais e Trabalhadores da Cultura; importantes iniciativas culturais.

Ao mesmo tempo e em interligação com esta intensa actividade a activa preparação do XII Congresso, a elaboração de projectos de documentos fundamentais como o do novo Programa do Partido, o da actualização dos Estatutos, as teses (a submeter ao Partido).

Contribuições de enorme valia têm sido colhidas para o enriquecimento dos debates e das decisões posteriores do Congresso, para o reforço do trabalho geral do Partido, para a necessidade de dar resposta aos problemas da hora actual e às novas situações que se processam no nosso País, para as exigências de reflectir nas nossas condições nacionais as profundas mutações que se operam no mundo dos nossos dias.

Os processos irregulares de abordagem e discussão das questões internas do Partido — que afectam a unidade e a coesão do PCP — colidem cada vez mais com a realidade desta acção organizada, dinamizadora e vasta do Partido.

A insidiosa campanha anticomunista de órgãos de comunicação social e articulistas desafectos ao PCP choca-se de maneira crescente com a verdade política, a vitalidade e a firmeza ideológica do nosso Partido.

O PCP não é uma fortaleza cercada. O reforço das suas fileiras e a vivacidade e profundidade do debate interno, a abertura no aprofundamento das novas realidades, o reforço da sua ligação com as massas e com os problemas vitais do nosso povo e do nosso País são características fundamentais de um grande partido que não está imóvel no tempo, nas concepções ultrapassadas, nos métodos desajustados.

Determinados nesse caminho de unidade e luta os comunistas estarão cada vez mais à altura de tarefas históricas a que nenhum outro partido em Portugal está em condições de dar resposta.

**Avante!**  
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50 Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

## Comportamento afrontoso do Governo provoca onda de greves

A CGTP, solidária com os trabalhadores em luta, em especial os que participaram nas greves desta semana (bancários, transportes de Lisboa, RN, Setenave, Dialap, corticeiros, entre outros), manifestou «o seu mais vivo protesto pelo comportamento afrontoso do Governo e administrações», que procuram impor limites salariais na base do «acordo de política de rendimentos» — eufemismo que esconde uma política de baixos salários e precariedade de emprego, sem que os investimentos tenham aumentado na proporção esperada, pelo Ministério das Finanças nomeadamente.

A Central responsabiliza unicamente o Governo pelos «presentes confrontos», com tendência para aumentar. Na opinião da CGTP, cujo gabinete de Imprensa emitiu um comunicado sobre o assunto na segunda-feira passada, o comportamento governamental constitui um atentado con-

tra o direito à negociação colectiva.

Recorde-se que as propostas de revisão salarial que têm levado os trabalhadores à greve se situam entre os 5 e os 6,5 por cento, e mesmo esta última percentagem só se atinge depois da marcação ou realização de greves.

As fortes adesões às formas de luta, na generalidade superiores a 80 por cento, não tem demovido (pelo contrário) o Governo que, pela voz de Miguel Cadilhe, confirmou recentemente o prosseguimento da política de baixos salários, sem base em perspectivas que a justifiquem, mesmo do ponto de vista do Governo.

As «esperanças» governamentais para os salários dos próximos três ou quatro anos resumem-se a uma «estratégia de moderação», dependente inclusive de uma carta que o ministro das Finanças endereçou aos empresários no sentido de «apertar» ainda mais as propostas do patronato.

Para o ministro Cadilhe, os salários devem ficar «ligeira-

mente abaixo do crescimento da produtividade».

Perante ameaças deste género, é natural que aumento o recurso à greve.

Recorde-se que, por exemplo, na Setenave os salários não são revistos, isto é, aumentados, há 32 meses. As negociações com a empresa estão num impasse. Na banca nacionalizada, os 5 por cento das gerências e do Governo são acompanhados pela perda de regalias sociais. Nos transportes (Rodoviária, Metro e Carris, designadamente) multiplicam-se os «actos de gestão» para impor aumentos não negociados, entre os 5,5 e os 6,9 por cento.

### O «tecto» tem sido furado

No entanto, a pressão do Governo não tem resultado. Ao analisar a acção reivindicativa do primeiro semestre deste ano, o Conselho Nacional da CGTP-IN, reunido quinta-feira passada em Lisboa, afirmou que o aumento salarial médio nesse período foi de 9 por cento, excluindo a Função Pública onde, como se sabe, o aumento imposto pelo Governo foi de 6,5 por cento.

Registe-se ainda, relativamente ao mesmo período, que devido a acções reivindicativas dos trabalhadores e sindicatos em diversas empresas, se conseguiram au-

mentos salariais efectivos superiores aos inscritos nos contratos.

A luta conduziu ainda à redução do trabalho semanal em vários sectores; alguns trabalhadores passaram a efectivos; obtiveram-se alguns êxitos quanto ao direito à Segurança Social; conseguiram-se prémios de produtividade (não usados como meio de discriminação); e mantiveram-se direitos dos trabalhadores consagrados nas convenções colectivas.

Diante destes elementos, a CGTP considera que «embora sendo positivos os resultados da luta, a política do Governo e a actuação do patronato têm provocado a diminuição da parte dos salários no rendimento (nacional), o aumento da precariedade do emprego, o agravamento da injustiça social, sendo por isso indispensável desenvolver e aprofundar a acção sindical em torno dos eixos principais da política reivindicativa, definida pela CGTP-IN».

O Conselho Nacional da Inter recorda que esses eixos são: a criação e defesa de postos de trabalho e o garantir da estabilidade do emprego; o aumento do poder de compra dos salários; a redução da duração semanal do trabalho para um máximo de 40 horas; a melhoria das condições de trabalho; a garantia do direito à Segurança Social.

### Esmagadoras adesões às greves

Terça e quarta-feira, apesar da sucessão de greves verificadas este ano nos transportes, não só aqui como na banca nacionalizada a adesão à greve oscilou entre os 80 e os 100 por cento. Escrevendo antes do balanço final, designadamente da adesão dos bancários, podemos no entanto adiantar que a percentagem de participação excedeu a da greve do dia 27, situando-se acima dos 80 por cento.

As 24 horas de greve no Metro e na Carris saldaram-se também por boa adesão. O Metropolitano de Lisboa parou por completo. Os trabalhadores aderiram a 100 por cento. Na Carris a participação foi menor mas os efeitos das paralisações fizeram-se sentir com intensidade, principalmente devido à paralisação simultânea da Rodoviária Nacional.

Nesta última empresa, segundo a Festru (Federação sindical dos rodoviários), a adesão foi de 97 por cento. Segundo a mesma fonte, na Carris a percentagem de participação atingiu os 80 por cento, sendo de 50 por cento na área do tráfego.

Além dos aumentos salariais, continuam em causa a redução do horário de trabalho e a rejeição do projecto de decreto regulamentar para os transportes na via da privatização.

## Entravar a contratação

Ao advertir contra a aplicação do «acordo de política de rendimentos/1988» para dificultar o normal exercício do direito à contratação colectiva, o Conselho Nacional da CGTP considera que aquele compromisso, que não assinou — recorde-se — tem servido de instrumento para intensificar a exploração.

Como a Central previra, o «acordo», em vez de estabilizar agravou os conflitos laborais.

Numa resolução aprovada pelo Conselho Nacional, quinta-feira passada, a CGTP assinala a evidente e total «falta de credibilidade pública» dos referenciais de inflação fixados naquele «acordo». Recorda por exemplo a Central que, «de facto, em lugar dos 5,5 a 6,5 por cento de inflação que o Governo apontou para este ano, o seu valor previsível será superior»; atingindo talvez os 8 por cento.

Lê-se a dado passo naquela resolução:

Se outro sintoma não houvesse do descrédito do «acordo», os recentes aumentos de 10,6 e de 12,5 por cento para gestores de EP's (empresas públicas) e para titulares de cargos políticos, respectivamente, revelaríamos que nem o próprio Poder consegue já comportar-se dentro dos estreitos limites que através do «acordo» procura impingir aos trabalhadores na actualização dos seus salários.

Por outro lado, num texto aprovado sobre o «pacote laboral», a direcção da CGTP apresenta diversas razões conhecidas para que aquela legislação do Governo seja abandonada por completo. A nova apresentação do pacote pelo grupo parlamentar do PSD à Assembleia da República mantém, segundo a CGTP, «as soluções materialmente inconstitucionais», designadamente porque volta a inserir no seu projecto a extensão do conceito de justa causa e porque elimina a protecção aos representantes eleitos pelos trabalhadores nas empresas.

A CGTP faz um apelo a todos os trabalhadores e organizações sindicais para que condenem desde já a nova tentativa do pacote governamental.

Lembra a Central que a sua discussão está prevista para o próximo dia 12 na Assembleia da República.

Mas, voltando ao «acordo» assinado no âmbito do Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) recorda o Conselho Nacional da CGTP que a UGT sabia, quando assinou aquele «acordo», que os referenciais de inflação nele incluídos «eram exageradamente baixos».

Acrescenta o Conselho Nacional que, pouco antes da negociação daquele compromisso elaborado no CPCS, a UGT divulgou «uma previsão de 8,1 por cento de inflação para 1988, para depois aceitar como meta de inflação 5,5 a 6,5 por cento».

A CGTP considera ilegítima, imoral e abusiva a utilização do «acordo» do CPCS para enquadrar este ano os processos de negociação colectiva.

A concluir, a resolução do Conselho Nacional sobre a política reivindicativa da CGTP-IN para 1988 e a política de rendimentos sublinha ainda:

- A solução negocial dos conflitos deve ser privilegiada, o que passa pela contratação colectiva;

- A recomendação que propôs ao CPCS, para ultrapassar as dificuldades levantadas à contratação colectiva, é reafirmada;

- Os dados conjunturais efectivos que decorrem da situação económica e social, designadamente os referentes à inflação e à distribuição do rendimento nacional, devem ser ponderados pelo Governo e pelo patronato nos processos de negociação.

- Todos os casos de conflito colectivo relativos a actualizações salariais, ocorridos no primeiro semestre deste ano, devem ser reanalisados pelo Governo e pelo patronato, tendo em vista a sua solução negociada com os sindicatos.



## Trabalhadores

# Corticeiros em greve

Os corticeiros entram hoje em greve por todo o País. Um comunicado subscrito pela Comissão Negociadora Sindical (CNS) assinala que «as entidades patronais continuam a dizer não às nossas justas reivindicações».

O pré-aviso de greve, subscrito pela CNS, é encabeçado pelos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Corticeira do Sul; Operários Corticeiros do Norte; e Operários Corticeiros de Portalegre.

O documento publicado com data de 30 de Junho na passada segunda-feira refere-se à greve de hoje como sendo uma «jornada nacional de luta do sector corticeiro».

A acção sindical incluirá «greves, paralisações, manifestações, concentrações, acções de sensibilização e outras formas de luta julgadas convenientes».

O pré-aviso de greve é dirigido à Associação de Industriais e Exportadores de Cortiça do Norte, à Associação de Industriais e Exportadores de Cortiça, a todas as entidades patronais do sector corticeiro

e ao Ministério do Emprego e Segurança Social.

A greve nacional dos corticeiros terá a duração de 24 horas e decorrerá em defesa da revisão do contrato colectivo de trabalho vertical (CCTV).

Negadas pelo patronato, as reivindicações dos trabalhadores corticeiros resumem-se ao subsídio de alimentação, às pausas, diuturnidades, 40 horas de trabalho semanal e complemento de acidente de trabalho.

A CNS afirmava na segunda-feira, dia 4, que a greve dos corticeiros não pode separar-se da política que o Governo Cavaco Silva impõe ao País.

Assinala a CNS dos corticeiros: «O patronato e o Governo já demonstraram que preferem sacrificar sempre os trabalhadores aos interesses



Na Mundet (foto de arquivo)

do capital que, de facto, representam».

O comunicado da CNS, datado do Montijo, anuncia que os sindicatos «recorrerão a novas jornadas de luta», se as posições do patronato se mantiverem como até agora, sem mostrar vontade de retomar a negociação das matérias que referimos.

O pré-aviso de greve, além dos três principais sindicatos do sector, inclui mais quinze

associações sindicais signatárias e que fazem parte da CNS. Todas essas organizações destacam que «só com a luta, em unidade, poderemos vencer o nosso inimigo!»

Recorde-se que ainda recentemente os corticeiros recorreram à luta, designadamente em Santa Maria de Lamas, pela revisão dos salários e de outras matérias da contratação colectiva do sector.

## Tempestades

Os salários reais vão crescer em Portugal nos próximos anos, mas de forma moderada e, se possível, ligeiramente abaixo da produtividade — as palavras são do ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, num colóquio promovido pelo seu Ministério.

Dizia o ministro que esta seria a estratégia de moderação, a seguir nos próximos três ou quatro anos, a fim de permitir que os ganhos da produtividade sejam distribuídos pelo factor trabalho e pelo factor capital. Não se pode dizer que se trate de uma novidade. De muitas e variadas formas, o Governo tem vindo a actuar de molde a que os salários registem de facto baixos aumentos, quando não mesmo nenhuns. Veja-se por exemplo as propostas salariais para o sector de transportes, abaixo dos níveis previstos de inflação, agora já em 8 por cento, que esta semana uma vez mais estiveram na origem de novas greves.

O «ligeiramente» referido pelo ministro não passa em boa verdade de um rebuçado destinado a disfarçar o amargo de boca provocado por esta política, que conta até ao tostão a parte a receber pelos trabalhadores, enquanto a parte do capital se fica por uma muito conveniente incógnita.

É curioso, de resto, esta forma subtil de ligar os lucros ao aumento dos investimentos, como se o capital e os capitalistas não tivessem outra preocupação na vida. O que se sabe ao certo é que ao Governo agrada sobretudo penalizar o trabalho, tanto no que se refere a salários como a impostos. Para já não falar, é claro, do desemprego.

Afirma Miguel Cadilhe que a taxa de desemprego é actualmente de 6,2 por cento o que, na sua opinião, está cada vez mais próximo do que se considera uma situação de «pleno emprego».

Admitindo que tal número é correcto, vejamos o que isso significa na prática. Portugal tem uma população activa estimada em cerca de quatro milhões e meio de pessoas, sem contar com o crescente número de crianças que trabalham. Fazendo contas, a tal situação de «pleno emprego» dá qualquer coisa como perto de trezentos mil desempregados.

Uma ninharia, está visto, para quem como o ministro parece ignorar o que significa ter fome, viver na miséria.

De barriga cheia, Cadilhe é ainda de opinião que esta política de moderação salarial é fundamental do emprego. Aliás, defende também para haver mais emprego tem de haver primeiro desemprego, embora não explique de onde lhe vem essa certeza de que os desempregados de um sector vão ser absorvidos por outro.

Não fora as consequências de tal política e o assunto poderia ser encerrado como lacónico comentário: opiniões.

O problema é que das opiniões deles está o povo cheio, pois quando se traduzem na prática significam sempre problemas, dificuldades, quantas vezes desespero.

Por uma vez, seria agradável ouvir os governantes defender que para o crescimento económico e a modernização do País é indispensável que o capital arrecade menos lucros e invista mais, sem lesar os trabalhadores, já que são eles, os capitalistas, quem mais pode pagar.

Mas isso é impensável com esta política e com este Governo, que à força de tanto repetir as suas mentiras é bem capaz de acabar por acreditar nelas. Ou pelo menos, de convencer os mais crédulos de que essa é a única verdade, enquanto vai tentando silenciar os outros para não desafinarem o coro.

O que quer dizer que a luta de massas não pode abrandar e que a batalha do esclarecimento tem de ser travada sem tréguas.

É o que está a suceder por todo o País. Cadilhe bem pode gabar-se de «esmagar» a oposição com a força dos seus números; a luta de massas, alastrando a sectores cada vez mais vastos, pulveriza quaisquer argumentos a seu favor.

Mais cedo ou mais tarde, o ministro e o seu Governo acabarão por entender que não é por acaso que na sabedoria popular se diz que quem semeia ventos colhe tempestades.

## Sumário sindical

**USDA** — A União dos Sindicatos de Aveiro, ao referir-se à «greve espontânea de solidariedade» com a dirigente sindical Marta Ribeiro, da empresa têxtil Manuel Pereira Fontes, de Aveiro, que foi suspensa ilegalmente pela administração, contra a opinião do próprio advogado da empresa, dá especial relevo ao facto de não existirem razões para aquela atitude administrativa, que mereceu o repúdio de todo o movimento sindical do distrito. A USDA sublinhou que a greve de solidariedade se manteria até ser levantada a suspensão de Marta Ribeiro que, além de delegada da empresa, é dirigente do Sindicato.

**SJ** — O Sindicato dos Jornalistas anunciou recentemente a realização do I Encontro de Jornalistas de Língua Portuguesa. Marcada para os dias 23, 24 e 25 de Setembro próximo, no Forum Picoas, em Lisboa, aquela iniciativa terminará com «um grande espectáculo», em que actuarão artistas dos sete países participantes, e que «será transmitido pelas televisões respectivas».

**FESHOT** — A Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal reclama «celeridade e eficácia» da parte dos responsáveis pelo julgamento do caso dos empregados do Hotel Ofir, que foram despedidos há três anos pelo simples facto de serem efectivos, para serem substituídos por trabalhadores a prazo. A FESHOT recorda que o despedimento colectivo, autorizado pelo então Ministério do Trabalho, se efectuou mediante a alegação de que o hotel encerraria durante uma parte do ano. A alegação revelou-se falsa. Agora, a direcção da empresa acena a alguns despedidos com «uma indemnização», para tentar inverter a seu favor os resultados da acção judicial, revela a FESHOT.

**CES-Sul** — O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul apresentará à Associação Comercial de Beja um projecto de revisão do contrato de trabalho para o comércio retalhista. Os trabalhadores interessados, que têm discutido a proposta, reclamam um aumento de 15 por cento na tabela salarial, a criação de um subsídio de almoço e a redução do horário de trabalho para 40 horas semanais. O CES-Sul, com sede em Setúbal, protesta, por outro lado, contra o facto de «a maioria das médias e pequenas empresas do comércio e serviços» continuar a não cumprir as regras de higiene e segurança. O Sindicato baseia-se em «sucessivos inquéritos em forma de amostragem», de que apresenta os resultados, e refere que já alertou para os factos a Inspeção-Geral do Trabalho, os Bombeiros e outras entidades competentes.

**CGTP** — A Comissão Nacional de Jovens da CGTP, ao tomar conhecimento pelos jornais da aprovação em Conselho de Ministros de um diploma sobre contrato de formação, manifesta a sua estranheza pelo facto de a referida legislação não ter sido previamente submetida à apreciação do Conselho Consultivo da Juventude (CCJ), já que a ele interessa directamente. A Comissão da CGTP solicitou esclarecimentos sobre o assunto ao ministro competente e ao presidente do CCJ. A Central recebia, entretanto, a visita de uma delegação da Federação Pan-Cipriota do Trabalho (PEO), com a qual assinou um comunicado conjunto. Afirma-se no documento que «a CGTP-IN expressou o seu incondicional apoio e solidariedade à luta do povo cipriota contra a ocupação turca», preconizou a «retirada de todas as tropas estrangeiras de Chipre» e apelou à «completa desmilitarização da Ilha». Noutro passo do comunicado conjunto, as duas delegações afirmam que «coincidem na análise sobre a situação económica e social na Europa» e

sobre «os objectivos anti-sociais das transnacionais» (ou multinacionais, como também são conhecidas). Noutro ponto, as duas centrais referem-se à «existência da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) como organização susceptível de dinamizar a unidade do movimento sindical europeu, na condição de aceitar a filiação de todas as centrais sindicais do continente, sem exclusões de natureza política e ideológica».

**SPGL** — O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, perante a existência de salários em atraso no Externato de S. Marcos, accionou a Inspeção-Geral do Trabalho, ao abrigo da Lei 17/86, de 14 de Junho, e a Inspeção-Geral do Ensino, para que se procedesse às necessárias averiguações. Entretanto, aquela Inspeção confirmava as dívidas salariais. O processo foi remetido para o Ministério das Finanças.

**FSMMMP** — A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal suspendeu a jornada nacional de luta dos trabalhadores do sector automóvel, marcada para 1 de Julho. Anunciada no passado dia 28, devido ao comportamento dos representantes patronais à mesa das negociações do CCTV, a jornada não se realizou, porque «o patronato evoluiu para 8,5 por cento na sua proposta de aumentos salariais».

**CESL** — O Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa acusa a conhecida multinacional Robert Bosch de discriminação relativamente aos representantes dos trabalhadores (delegados sindicais e membros da CT). Concluindo um extenso comunicado sobre o assunto, depois de destacar que a discriminação verificada «assume aspectos salariais, profissionais e disciplinares», o CESL afirma que, «em Portugal, cumpre fazer respeitar a Constituição da República Portuguesa e toda a legislação que garante os direitos dos trabalhadores e dos seus legítimos representantes».

**FNM** — Ainda em nome da Coordenadora, mas já com matéria sobre a Federação Nacional dos Médicos, o número relativo a Abril/Maio da «Revista dos Médicos», agora em distribuição, foca diversos assuntos relativos à luta daqueles profissionais e destaca na capa o caso do Hospital Júlio de Matos: «A venda da galinha dos ovos de ouro».

**SMZS** — O Sindicato dos Médicos da Zona Sul revela que os médicos do Serviço de Anestesiologia do Hospital de Santa Maria se opõem em abaixo-assinado à utilização de tafeleros, exigindo «o regresso dos médicos destacados». No Hospital Distrital de Faro, os médicos recorreram à greve às horas extraordinárias para que seja alargado o quadro, se aumente o número de camas e se abram cursos. O mesmo Sindicato considera «injusta e discriminatória», quanto a salários, a atitude para com os clínicos dos ex-SMS — actualmente ARS — que «nunca receberam os aumentos referentes aos anos de 1982 e 1983».

**SBSI** — Com as datas de 31 de Maio e 15 de Junho, foram distribuídos recentemente dois números de «O Bancário», apresentados como «único órgão de informação do Sindicato». Na edição de 15 de Junho, a referida publicação refere na primeira página que, «com a aquisição de um imóvel, para nele serem instalados o Secretariado da Secção Regional e o Posto Clínico dos SAMS, estão criadas as condições que vão permitir maior capacidade na prestação directa de benefícios aos bancários dessa área sindical». É à área de Setúbal que «O Bancário» se refere naquela edição.

Trabalhadores

# Professores defendem Estatuto digno Pela greve, se a isso forem obrigados • Decisões do maior plenário do sector

Num plenário que recentemente reuniu em Lisboa mais de 3500 professores dos níveis básicos foram rejeitadas todas as tentativas no sentido de tratar de forma desigual professores formados ou a formar e docentes em exercício. Este plenário efectuou-se no seguimento da luta conduzida pelos sindicatos dos professores pelo estatuto da carreira docente. Recorde-se que em 16 de Junho findo, num desfile em Lisboa, os professores exigiram a valorização e dignificação do Ensino, e não afastaram o recurso à greve.

Ao informar sobre o plenário, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) sublinhou que ele «excedeu qualquer outra iniciativa sindical alguma vez realizada» naquele sector.

O plenário que decorreu no passado dia 27, na Aula Magna da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa, contou com a participação de mais de 3500 professores do ensino primário, educação pré-escolar e ensino especial dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal.

O SPGL, promotor da iniciativa, foi mandatado especialmente para, através da luta, se necessário, defender a posição segundo a qual «os docentes em exercício são profissionalizados e não necessitam de quaisquer medidas transitórias ou mecanismos de transição».

Se, durante as férias, o Ministério da Educação (ME) publicar alguma disposição que contrarie as decisões tomadas naquele plenário de Lisboa, será convocado imediatamente outro plenário onde serão decididas as formas de luta a adoptar.

A principal decisão do plenário de 27 foi a de «rejeitar os múltiplos Indícios e afirmações de que o ME pretende não equiparar os actuais docentes profissionalizados da educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico aos futuros docentes formados ou a formar para esses níveis de escolaridade pelas Escolas Superiores de Educação (ESEs) e, ou, Universidades».

Os docentes reunidos em plenário, que aprovaram uma «carta aberta» entregue ao ministro da Educação, consideraram «pobre, decepcionante e globalmente inaceitável» o projecto de Estatuto da Carreira Docente (ECD) do Governo.

Os professores pretendem negociar um Estatuto que «valorize e dignifique a profissão docente».

Na abertura do próximo ano lectivo, conforme foi reafirmado na moção aprovada pelo plenário de 27, «os professores desencadearão as acções que entenderem necessárias à satisfação das suas reivindicações e aspirações».

O Governo foi desde já responsabilizado pelo que possa vir a ocorrer nesse campo, pois ao mesmo Governo se deve «a responsabilidade pelo degradar da relação» com a FENPROF, a Federação sindical do sector.

Os professores insistem na defesa de «um Estatuto digno e negociado». Não querem ver «espartilhada» a sua situação profissional.

Os sindicatos representativos dos docentes acusam o Ministério de pretender violar a lei de bases do sistema

educativo, com a sua intenção de dividir a profissão docente em quatro carreiras, consoante os vários sectores e ciclos de ensino.

Mas mais exactamente do que se trata, no caso dos professores abrangidos pelas decisões do plenário do dia 27, é da «equiparação». Não querem os chamados «mecanismos de transição». Entendem que devem ser equiparados imediatamente aos «docentes que venham a ser formados nas Escolas Superiores da Educação».

## Um debate mais geral

Outra das decisões mais relevantes do plenário foi a de proceder a um «debate ainda mais generalizado entre os educadores e professores sobre o projecto alternativo de Estatuto da Carreira Docente».

Esse debate deve ser, no entender dos 3500 professores reunidos em Lisboa, e do ponto de vista dos sindicatos, um «factor de unidade, de coesão e de valorização da profissão docente».

A proposta de ECD da Fenprof, que vai ser distribuída aos sócios do SPGL no

início de Setembro, deve ser objecto da mais ampla apreciação e debate nos estabelecimentos de ensino. O plenário chamou a atenção para essa necessidade, que deve ser acompanhada de propostas a enviar à direcção sindical.

Outras das decisões do plenário é a de apoiar a realização de uma conferência do SPGL sobre o Estatuto da Carreira Docente. A iniciativa deve efectuar-se na semana de 24 a 29 de Outubro.

Ao ME era entretanto exigida a apresentação das suas propostas de estatuto remuneratório, de disposições transitórias e de estruturação da carreira.

Segundo as decisões do plenário, a greve está incluída entre as formas de luta que poderão ser aprovadas, no caso de o Ministério insistir no comportamento que tem adoptado até agora.

A concluir a moção aprovada, os 3500 professores reunidos no passado dia 27 em Lisboa reafirmam «a sua determinação em fazer valer os seus direitos em desencadear e apoiar todas as formas de luta ao seu alcance, incluindo a greve, se a tal forem obrigados».

## Acções e lutas na FP Na DGIE até falta a gasolina

Diversos sectores da Função Pública mostram disposições de luta pouco vulgares. Sintomáticos de um descontentamento generalizado com a política para os TFP adoptada por este Governo, em especial no que respeita a salários e carreiras, são os casos dos trabalhadores administrativos e das contribuições e impostos. Ultimamente o descontentamento e o protesto têm abrangido também outras actividades da FP. Destaca-se a insatisfação manifestada pelos trabalhadores da Direcção-Geral da Inspeção Económica (DGIE), onde até escasseia a gasolina, e no sector civil das Forças Armadas.

Todos os sectores referidos são representados pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP). A Comissão Executiva do seu Conselho Nacional anunciava na passada segunda-feira que estava marcada para ontem, dia 6, no salão da SFUAP, na Cova da Piedade, uma reunião dos trabalhadores civis dos serviços departamentais das Forças Armadas.

A reunião foi marcada para discutir «questões relativas ao estatuto, carreiras, remunerações e regime disciplinar».

A direcção da FNSFP adianta que, desde há muito que esses trabalhadores fazem diligências sem êxito junto do Ministério da Defesa, Assembleia da República e Provedor de Justiça para que seja revista a sua situação profissional.

Sem porem em causa «a justiça do reajustamento salarial dos militares», os civis das FAs recordam, no entanto, que o atraso na aplicação de legislação da Função Pública lhes retira direitos desde 1980.

A FNSFP sublinha que a situação daqueles trabalhadores é «desfavorável» relativamente ao pessoal que exerce funções idênticas «noutros Ministérios».

Acrescenta a FNSFP que «o Governo mente descaradamente», quando afirma no preâmbulo do Decreto-Lei 190/88 que «... no funcionalismo civil, a perda de poder de compra verificada ao longo de mais de uma década foi sendo compensada... através de mecanismos diversos: reestruturação de carreiras, intensificação das promoções, criação de formas complementares de remuneração...».

Nada disto se verificou nos últimos anos no que respeita ao pessoal civil das Forças Armadas, destaca a Comissão Executiva do Conselho Nacional da FNSFP.

Ao fornecer alguns exemplos do que se passa, a Federação sindical revela que «hoje um chefe de secção ou um oficial administrativo com muitos anos de serviço sem promoções nem direito a remunerações acessórias afe-rem remunerações inferiores ou ao nível de um furiel ou um cabo do quadro das Forças Armadas, o que é manifestamente insustentável face ao reconhecimento de que o pessoal civil desempenha hoje um importante e crescente papel para a eficácia do funcionamento das estruturas em que exerce funções».

A FNSFP fornece vários exemplos daquele mau funcionamento da DGIE, referindo, entre outros casos, que «as viaturas são insuficientes, as existentes estão em mau estado e o combustível é escasso».

Por outro lado, refere ainda a FNSFP, os atrasos na recepção dos resultados das análises aos produtos recolhidos «provocam em muitos casos a incapacidade de intervenção, acabando os produtos por ser lançados no mercado e consumidos em estado impróprio», adverte a FNSFP.

### Movimentação na carreira inspectiva

Sábado último, os trabalhadores da carreira inspectiva da Direcção-Geral de Inspec-

ção Económica (DGIE) reuniram-se em plenário na Reitoria da Universidade de Coimbra. Este plenário, cuja falta de cobertura noticiosa provocou um protesto fundamentado na direcção da FNSFP (por unanimidade os trabalhadores aprovaram uma moção nesse sentido), efectuou-se para analisar formas de luta que parecem inevitáveis dada a situação em que se encontra a DGIE.

A FNSFP afirma que as diligências oficiais não têm resultado. Designadamente, um projecto de revalorização da carreira inspectiva apresentado pelo Governo, através do secretário de Estado do Comércio Interno, foi elaborado à revelia das organizações sindicais e dos trabalhadores, ignorando completamente a proposta sindical entregue para negociação.

Além da discriminação pela qual os trabalhadores da carreira inspectiva se sentem atingidos, relativamente a outros trabalhadores da FP, é dado grande realce ao mau funcionamento daqueles Serviços e à instabilidade do emprego.

A FNSFP fornece vários exemplos daquele mau funcionamento da DGIE, referindo, entre outros casos, que «as viaturas são insuficientes, as existentes estão em mau estado e o combustível é escasso».

Por outro lado, refere ainda a FNSFP, os atrasos na recepção dos resultados das análises aos produtos recolhidos «provocam em muitos casos a incapacidade de intervenção, acabando os produtos por ser lançados no mercado e consumidos em estado impróprio», adverte a FNSFP.

## Protesto nos Seguros

As comissões de trabalhadores da actividade seguradora protestam contra a transformação ilegal da Companhia de Seguros Fidelidade em sociedade anónima.

O plenário das CTs aprovou por unanimidade uma resolução nesse sentido, condenando a decisão governamental, pois segundo a Constituição em vigor, «é da exclusiva competência da Assembleia da República a alteração do estatuto das empresas públicas».

A decisão do Conselho de Ministros de 3 de Junho findo surge no seguimento de uma decisão semelhante, relativamente à UBP, União de Bancos Portugueses.

Uma decisão governamental do mesmo género estaria programada, acrescentam as CTs, para o Banco Nacional Ultramarino (BNU).

Os direitos e interesses dos trabalhadores são afectados por estas medidas, que se inserem nos «objectivos governamentais de privatizar o sector público financeiro».

Os beneficiários dessas decisões inconstitucionais são, única e exclusivamente, os grandes capitalistas, os grupos financeiros privados.

O protesto do plenário das CTs recorda «a dramática situação», que hoje se vive na UBP, e adverte contra o «sério risco» que correm os trabalhadores da Fidelidade.

Ao repudiar a decisão do

Conselho de Ministros, o plenário das CTs do sector de Seguros apela à «Assembleia da República e Presidente da República para que actuem no sentido de defender a legalidade democrática».

No mesmo plenário foi aprovado por unanimidade um comunicado, saudando os trabalhadores de Seguros pela «magnífica lição de unidade e luta contra a ofensiva aos seus direitos e interesses», no que respeita ao pacto laboral.

No mesmo documento são referidas «as inúmeras manifestações de repúdio» contra aquela legislação do Governo Cavaco, que «culminaram com a maior greve geral realizada no País».

Mas, apesar do chumbo do Tribunal Constitucional — prossegue o comunicado — «numa posição de total afrontamento aos interesses dos trabalhadores, da Constituição da República e da própria vivência democrática, o Governo não apenas calunia as instituições democráticas, mas ameaça voltar à liça com novo projecto de diploma em tudo semelhante ao agora rejeitado».

Por isso, o plenário das CTs dos Seguros apela «à maior vigilância dos trabalhadores e suas estruturas, por forma a não permitirmos a consumação das intenções governamentais».

edições  
Avante!

a noite  
seguinte...

Consequências biológicas  
e climáticas  
de uma guerra nuclear.

Um alerta dos cientistas

Direcção de Evgueni Velikhov,  
vice-presidente  
da Academia das Ciências da URSS

## Afrontando o Texto constitucional

# Governo quer liquidar Reforma Agrária e reconstituir o caduco latifúndio

Incompatível com qualquer projecto de desenvolvimento e prosperidade da agricultura nos campos do Sul e totalmente desconforme com o programa constitucional, eis os dois traços mais marcantes que enformam a proposta de lei n.º 31/V, denominada de Lei de Bases da Reforma Agrária.

Objecto de repúdio generalizado por parte dos mais variados quadrantes democráticos — fácil de aferir pelo resultado da própria consulta pública no decorrer do qual mais de 98 por cento dos 528 pareceres emitidos por múltiplas entidades e organizações se pronunciaram contra a proposta — esta iniciativa legislativa do Governo de Cavaco Silva acabou por ser aprovada na generalidade faz hoje oito dias com os votos favoráveis do PSD e do CDS e os votos contra dos demais grupos e agrupamentos parlamentares, após o que baixou por um período de 15 dias à comissão competente para aí ser apreciada na especialidade.

Do rescaldo do debate, travado na antevéspera sob o signo de vigorosos e contundentes críticas de todas as bancadas

situadas à esquerda do hemiciclo, importa ainda destacar o carácter clara e grosseiramente inconstitucional que perpassa toda a proposta, facto insistentemente denunciado por vários deputados da oposição, com realce para os do Grupo Parlamentar do PCP, para quem esta iniciativa configura um autêntico assalto à riqueza produzida pelos trabalhadores e um verdadeiro regabófe para os agrários.

Isso mesmo esteve patente nas palavras de Lino de Carvalho ao referir, por exemplo, que a maior inconstitucionalidade presente no diploma — subjacente aliás a todas as outras — é no fim de contas a violação simultânea e conjugada dos artigos 83.º/1, 97.º/1 e 99.º/2 da Constituição da República, ou seja, segundo asseverou, a negação de todas as referências constitucionais da Reforma Agrária: nacionalização da terra com efeito resultante da sua expropriação; obrigação de eliminação dos latifúndios e das grandes explorações capitalistas pela transferência dessas áreas para aqueles que a trabalham e proibição da sua reconstituição; exigência de um limite às áreas detidas por explorações agrícolas privadas.

A este propósito, lembraria ainda aquele parlamentar comunista que o ministro da Agricultura não esconde que o que o anima na sua cruzada contra a Reforma Agrária «não são objectivos de desenvolvimento da agricultura e de melhoria das condições de vida nos campos» mas, antes sim, propósitos «exclusivamente políticos e de vingança social contra aqueles que tiveram a ousadia de encetarem um processo de transformação das caducas relações de propriedade e de produção que durante decénios marcaram o Alentejo e o Ribatejo e que foram responsáveis pelo atraso da agricultura e pelo despovoamento social».

No quadro comparativo que a seguir publicamos, trabalho do Grupo Parlamentar do PCP distribuído aos órgãos de comunicação social durante o debate, poderá o leitor confirmar a justeza desta apreciação e ajuizar do alcance de uma proposta que, à revelia da Constituição e da actual lei, procura desesperadamente esmagar e fazer apagar a Reforma Agrária e reconstituir o antigo regime de propriedade latifundista.

Proposta do Governo	Lei 77/77	Comentário	Proposta do Governo	Lei 77/77	Comentário
Art.º 3.º Definições	Art.º 73.º Definições	Elimina as referências a Cooperativa de Produção Agrícola e a Unidade de Exploração Colectiva por trabalhadores.	Art.º 19.º Titulares de direitos reais menores e rendeiros	Art.º 37.º	Afasta os direitos daqueles que exploravam sem contrato (a esmagadora maioria) os seareiros e outros. Elimina o princípio de sobreposição e permite as «reservas de rendeiro»
Art.º 4.º Política Agrícola	Art.º 2.º	Elimina as alíneas b) e c) e em particular a alínea c) que prevê a participação dos trabalhadores e agricultores na definição e execução da Reforma Agrária. Prevê a submissão à PAC-Política Agrícola Comum.	Art.º 21.º Limites máximos de exploração e extinção de direitos reais menores	Art.º 48.º	
Art.º 6.º Iniciativas Indirectas	Art.º 14.º Iniciativas Directas	Elimina, a obrigação do Estado de criar e desenvolver a rede de produção nacional de plantas, de semente, de sêmes e de mais produtos de melhoramento animal e vegetal.	Art.º 20.º Actos ineficazes	Art.º 24.º	Valida todas as doações e vendas efectuadas até à expropriação no caso dos prédios expropriados e todos os outros no caso dos prédios não expropriados, quando até aqui apenas alguns actos praticados entre 25/4/74 e 29/7/75 (data da publicação do D-L 406-A/75 e D-L 407-A/75) é que poderiam ser declarados eficazes em certas condições, enquanto todos os actos posteriores a 29/7/75 eram ineficazes.
Art.º 7.º Fomento Agrário	Art.º 6.º	Na alínea c) elimina a expressão «com vista à igualdade efectiva dos que trabalham na agricultura com os demais trabalhadores».	Art.º 23.º Domínio privado do Estado	Art.º 40.º	Elimina a proibição de alienação dos prédios expropriados a entidades privadas.
Art.º 8.º Medidas Incentivadoras	Art.º 15.º	Elimina as garantias em relação à prévia fixação selectiva de preços, condições de preferência e garantias prévias de aquisição de produtos.	Art.º 22.º Frutos pendentes	Art.º 42.º	No caso de prédios a expropriar até aqui quem tivesse a posse útil (i.e., mesmo que os tivesse ocupado em 1975) tinha direito aos frutos pendentes, pretendendo-se com a expressão legítimos possuidores afastar mais uma vez as UCP's do direito aos frutos pendentes.
	Art.º 18.º, 19.º e 20.º Comercialização, Crédito e Seguro	Elimina a responsabilidade do Estado na melhoria e garantia da comercialização. Elimina como objectivos do crédito agrícola o apoio à exploração dos prédios expropriados.	Art.º 27.º Demarcação da reserva	D-L 81/78 de 29 de Abril	Substitui o processo previsto no D-L 81/78, por um processo expedito em que tudo se passa no segredo dos gabinetes sem intervenção dos interessados, a qual só se verificará após a publicação de edital, sem identificação dos interessados, num jornal de circulação nacional. Todas as garantias de imparcialidade contidas no D-L 81/78 e que foram sistematicamente violadas pelo MAP, dando origem a centenas de acórdãos do STA anulando os despachos por vício de forma, são pura e simplesmente eliminadas. Mais uma vez a fuga ao controlo dos Tribunais. Mesmo assim só se podem pronunciar os que tenham contratos da terra, o que visa retirar às UCP's a legitimidade de recorrerem para o STA.
Art.º 11.º Âmbito das Expropriações	Art.º 22.º Limite da Propriedade Privada Art.º 23.º Âmbito das Expropriações	Alarga na alínea c) a possibilidade de 2 ou mais sociedades com sócios comuns poderem receber reserva em separado, na medida em que exige a sua coligação e a existência de sócios comuns em posição dominante. Anteriormente — Art.º 23.º, N.º 1, al. b) — previa-se a situação de sócios comuns em posição dominante directa ou indirectamente, ou independentemente desse facto quando as sociedades pudessem ser consideradas participantes no mesmo grupo económico. Elimina o N.º 2 do Art.º 23.º e que abrangia os prédios ou parte de prédios confinantes mas situados fora da zona de intervenção.	Art.º 28.º Reservas em áreas entregues para exploração	Art.º 36.º	Destina-se a «proteger» os beneficiários das distribuições e dos leilões. Na verdade resulta do N.º 2 que apenas com o seu acordo é que podem ser demarcadas as reservas nas áreas que exploram. No entanto, os mecanismos previstos no Art.º 29.º e Art.º 36.º N.ºs 2 e 3 permitem ao MAP, por outras vias vir a entregar essas terras aos agrários no caso de os PMA's e as UCP's que têm contrato da terra se recusarem a aceitar a situação prevista na alínea b). Elimina toda a protecção das UCP's/Cooperativas prevista no Art.º 36.º da Lei Barreto, nomeadamente o direito a serem indemnizadas pelas benfeitorias e a colherem os frutos pendentes existentes na área de reserva.
Art.º 12.º Prédios não Expropriáveis		N.º 1 — Elimina a Unidade de Exploração Colectiva por trabalhadores e alarga a cooperativas agrícolas não expropriáveis uma vez que deixa de exigir que os sócios vivam predominantemente da actividade agrícola. — Considera não expropriáveis todas as entidades particulares de interesse público (Colectividades, Misericórdias, Fundações, etc.). N.º 2 — Aumenta a área não expropriável de 30 ha para 60 ha. N.º 3 — Estabelece uma majoração automática até 60 ha sempre que a parte excedente da reserva não ultrapasse aquela área.	Art.º 29.º Reversão	Art.º 26.º, 27.º e 28.º do D-L 81/87	Na prática todos os prédios expropriados estejam ou não na posse dos agrários podem ser entregues a estes mediante simples Portaria (por ex. a título de indemnização).
Art.º 13.º Direito de reserva Art.º 14.º Conteúdo do direito de reserva	Art.º 25.º Direito de reserva	N.º 1 — Ao estabelecer que o direito de reserva é um novo direito de propriedade perdoa as hipotecas e penhoras que existissem à data da expropriação. N.º 2 — Tenta impedir que o STA decreta a suspensão de eficácia dos despachos de entrega de reserva, na medida em que um dos requisitos — art.º 76.º, N.º 1, al. b) do D-L 267/85, de 16 de Julho, é que «a suspensão não determine grave lesão do interesse público». N.º 3 — Elimina o alvará de forma a permitir a rápida venda ou transferência da reserva para outras pessoas e deste modo impedir efeitos práticos às decisões do STA. Mais uma vez pretende impedir a suspensão de eficácia, já que surgirão terceiras pessoas envolvidas.	Art.º 31.º Aplicação a reservas já demarcadas		Aplica-se a todos os processos mesmos àqueles em que por não ter sido requerido ou por ter sido requerido fora de prazo o direito de reserva caducou, abrindo-se um novo prazo de 90 dias.
Art.º 15.º Pontuação da reserva	Art.º 26.º Área de reserva Art.º 27.º Área de reserva Supletiva Art.º 28.º Majorações Art.º 29.º Limite máximo da reserva Art.º 31.º Pontuação	Elimina a referência à exploração directa e a penalização do absentismo. Alarga a pontuação de todas as reservas para 91 000 pontos de terra nua, sem plantações (por ex. vinha, olival) e povoamentos florestais (ex. sobre, pinhal, eucaliptal) sem qualquer limite de área. VIDE ainda N.º 3 do Art.º 12.º da proposta.	Art.º 36.º Beneficiários da entrega para exploração	Art.º 50.º D-L 111/78, de 27/5	N.º 1 — A definição vaga de beneficiários constitucionalmente susceptíveis de recebê-las destina-se a permitir ampla margem de arbitrariedade ao MAP, eliminando a definição precisa do Art.º 50.º N.º 1 — «pequenos agricultores, cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores ou a outras unidades de exploração colectiva por trabalhadores».
Art.º 16.º Localização da reserva	Art.º 35.º	Introduz a referência a centro de lavoura quando até aqui apenas se referia a residência.	Art.º 36.º Art.º 37.º Casos especiais Art.º 38.º Art.º 39.º Tipo de Contrato		N.º 3 — Permite ao MAP denunciar um contrato ou contratos em que beneficiários se tenham por exemplo constituído em cooperativas, além disso permite a declaração de inviabilidade ou insolvência económica sem ser pelos Tribunais. Os amplos poderes arbitrários concedidos neste ARTIGO permitem facilmente tornear o disposto no Art.º 28.º.
Art.º 17.º Contitularidades, heranças indivisas e sociedades	Art.º 32.º Contitulares tratados unitariamente	Revoga o princípio do tratamento unitário, passando a regra a ser o tratamento em separado passando a haver na prática tantas reservas quantas as quotas de 91 000 pts que a mesma admite, quer na compropriedade, na herança indivisa e na sociedade. No que respeita aos cônjuges a referência aos bens comuns, visa possibilitar o tratamento separado na medida em que era e é tradição dos agrários casarem com separação de bens para preservarem a manutenção dos domínios e latifúndios familiares. A alínea d) não tem quaisquer efeitos práticos, na medida em que não estabelece qualquer mecanismo sancionatório. Aliás esta alínea visa proteger as fraudes à lei e consolidar as reservas em separado, na medida em que só passado um ano será possível atacá-los contenciosamente o que na prática é impossível, além de que nesse prazo os despachos administrativos consolidam-se e tornam-se inatacáveis.	Art.º 40.º Limites		Prevê o estabelecimento de limites de áreas mínimas e máximas para as explorações dos prédios expropriados a determinar pelo ministro, ao contrário do que acontece para os agrários em que apenas existe o limite de pontuação.
			Art.º 47.º Pressupostos de suspensão de eficácia		Estabelece um regime especial para o processo de suspensão de eficácia dos despachos de concessão da reserva e visa impedir a maioria das UCP's de a requererem (só o podem fazer se tiverem contrato da terra) e mesmo as 23 que o podem requerer só se a pontuação da área de reserva a demarcar for superior a 20% da pontuação total dos prédios que se encontram na posse da requerente. Isto significa que não tem aplicação a suspensão praticamente em todos os casos, pois a pontuação da área de reserva será calculada em terra nua — conf. Art.º 15.º N.º 3 da proposta — enquanto a restante área em função da tabela.
				Art.º 47.º	A eliminação da proibição de exploração seja a que título for, directa ou indirectamente, de área superior aos limites do direito de reserva, visa permitir que legalmente, para além das reservas, os agrários possam explorar muito mais área a título de arrendamento e outros.

Assembleia da República

## Com Mercado Único à porta

# Governo sem estratégia de desenvolvimento anda a reboque das directivas da CEE

Alguns dos aspectos centrais relacionados com a integração do nosso País na CEE (designadamente o embate para a economia portuguesa da constituição do Mercado Único europeu), as conclusões de um encontro subordinado ao tema «Portugal e a CEE Hoje» promovido há cerca de três semanas pelo PCP e ainda a recente Cimeira de Hanover destinada a apreciar entre outras questões «**critérios e métodos**» quanto ao âmbito das reformas do sistema monetário e financeiro com vista ao Mercado Único de 1992, constituíram os principais temas em foco na declaração política produzida pelo deputado comunista Carlos Carvalhas faz hoje oito dias no plenário da Assembleia da República.

A ausência de qualquer informação prévia à Assembleia da República sobre o conclave de Hanover começou por ser o tema para o qual Carlos Carvalhas chamou a atenção dos deputados, lembrando que o Governo «**em matéria de tal melindre e relevância** — mesmo que não houvesse lei, o que não é o caso — **tinha a obrigação política, moral e institucional de informar este órgão de soberania**».

### Estratégia do silêncio

Ora o que acontece é que o Governo não só desrespeita simultaneamente a lei que

o obriga a prestar informações «**periódicas e precisas**» à Assembleia sobre as questões de integração como ainda por cima a maioria parlamentar que o sustenta mantém praticamente paralisada a Comissão dos Assuntos Europeus (de que, aliás, detém a presidência) colocando deste modo este órgão de soberania completamente à margem do que se passa em Bruxelas.

Para o PCP, segundo as palavras de Carlos Carvalhas, esta conduta é tanto mais inadmissível quanto é sabido não serem as questões da CEE e da construção do Mercado Único «**monopólio do Governo e da sua maloria**», pelo que se impugna que o Executivo procu-

rasse «**reforçar o seu poder negocial**» através do diálogo com as forças de oposição, com a Assembleia da República no seu conjunto e com os deputados portugueses ao Parlamento Europeu.

Nada disso porém tem sucedido, facto tanto mais inaceitável porquanto na CEE, como frisou o deputado comunista, têm estado em apreço «**propostas sobre harmonização fiscal**» onde estão em causa «**matérias das mais complexas e da maior incidência no nosso País**», como sejam a harmonização do IVA e de outros impostos específicos sobre o consumo, os impostos sobre os tabacos, produtos minerais não metálicos, álcool e bebidas alcoólicas.

«**O quero, posso e mando continua a ser tripé da filosofia governamental cavquista**», asseverou o parlamentar comunista para logo acrescentar que as sucessivas declarações de vitória e de sucesso propaladas pelos membros do Governo sempre que se referem ao Mercado Único, dando a ideia de que já obtivemos tudo e que não necessitamos de reivindicar mais, não passam de «**afirmações propagandísticas**» prestadas para

consumo interno, cujo reverso da medalha acaba por ser o «**enfraquecimento do poder negocial e a alienação dos interesses nacionais**», como de resto já se verificou por exemplo nos têxteis ou nas quotas de pescas em países terceiros.

### Crescentes apreensões

Detendo-se mais circunspectamente no Mercado Único, Carlos Carvalhas realçou por outro lado algumas das apreensões que do seu ponto de vista emergem da actual política governamental face à construção desse mercado, começando por frisar as mutações operadas nas estruturas produtivas e nas trocas nos países da CEE e fora dela, em consequência da revolução científica e técnica, enquanto que em Portugal «**se acentua o peso das indústrias tradicionais em perda no mercado internacional**».

As «**sistemáticas ofensivas desestabilizadoras** no plano social (direitos dos trabalhadores) e no plano empresarial (ataques ao sector empresarial do Estado e à Reforma Agrária) lançadas

pelo Governo — numa altura em que era necessária a estabilidade — constituem também na óptica da bancada comunista motivo de séria apreensão, extensível de igual modo ao facto da data para a concretização do Mercado Único coincidir com o fim de alguns períodos de transição, altura em que a economia portuguesa, alertou, se encontrará mais vulnerável.

O agravamento do nosso défice externo (passou de menos de 2,3 milhões de contos em 1985 — antes da adesão — para cerca de 283 milhões em 1987); o agravamento superior a 50 por cento nestes dois anos de adesão do défice da balança agro-alimentar; o aumento nos dois primeiros meses do corrente ano das importações em 5,2 por cento enquanto que as exportações diminuíram 1,5 por cento; o facto de o nosso País no conjunto da OCDE ter apresentado a maior taxa de expansão de importações de bens e serviços e de no contexto dos países da CEE, logo a seguir à Grécia, ter apresentado nos primeiros cinco meses do ano a maior taxa de inflação (8,3 por cento), foram outros tantos da-

dos enunciados por Carlos Carvalhas, os quais, em seu entender, acentuam os desequilíbrios da economia portuguesa que nem mesmo uma conjuntura externa favorável consegue camuflar.

«**O Governo não tem uma política nacional de desenvolvimento para a indústria, agricultura e pescas, não tem uma estratégia nacional de desenvolvimento, não tem uma estratégia europeia para Portugal**», garantiu ainda aquele economista do PCP antes de concluir a sua intervenção lançando um reptio ao PSD e ao Governo para que estes contestem «**no plano técnico, no plano económico e financeiro, no plano da defesa dos interesses nacionais**», as grandes linhas de uma estratégia nacional de desenvolvimento e as medidas concretas em que ela se deve alicerçar preconizadas no referido Encontro do PCP subordinado ao tema «**Portugal e a CEE Hoje**», linhas essas, frisou por último, inspiradas «**não pelo negocismo mas pelo objectivo do melhoramento do nível e da qualidade de vida do povo português, pela defesa da soberania e da independência nacional**».

## Setúbal pode ultrapassar a crise — garantem deputados comunistas ao PE

Enquadrada numa acção destinada a aprofundar o conhecimento sobre a realidade do distrito de Setúbal tendo como perspectiva sobretudo a defesa e promoção do emprego produtivo e o aproveitamento dos recursos humanos e da capacidade tecnológica e produtiva da região, os deputados do PCP ao Parlamento Europeu efectuaram recentemente uma visita de trabalho de cinco dias àquele distrito, tendo contactado com importantes instituições e organizações económicas, sociais, culturais e empresas.

Do balanço da visita, no decorrer da qual foram acompanhados pelos deputados do PCP à Assembleia da República eleitos por aquele círculo, há a destacar a informação recíproca proporcionada por estes contactos, encarada como um importante aspecto com vista a «uma actividade mais eficaz na prossecução de objectivos de interesses regional e nacional no quadro da CEE».

Segundo foi dito em conferência de imprensa pelos parlamentares europeus do PCP, merecem destaque neste contexto as «acções programadas no âmbito da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal, as quais, salientaram, permitirão «mobilizar importantes recursos para a modernização de estruturas e para o investimento produtivo».

Na ocasião, o deputado José Barros Moura chamou

ainda a atenção para o facto do distrito de Setúbal ter «condições para ultrapassar a crise e o conjunto de problemas que o afectam», alertando todavia para a ausência de «órgãos com capacidade para decidir e agir em tempo útil» e para a falta de uma programação que aplique os fundos co-

munitários do Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal.

Prometendo dar continuidade aos contactos agora realizados, os deputados do PCP prevêem entretanto concretizar a breve prazo um conjunto de iniciativas destinadas a apoiar, junto das instituições

nacionais e comunitárias, os projectos de interesse para Setúbal.

Entre as instituições e organizações contactadas na visita efectuada na passada semana contam-se a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal; o Consórcio responsável pelos estudos do

Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal; o Luís Morales, delegado do Governo e responsável pela OIDPS; a Associação de Comerciantes de Setúbal; a NERSET; a Uninova; a CEISET; a Comissão de Trabalhadores e a Administração da Lisnave; a CT da Setenave; a

União dos Sindicatos de Setúbal; o Centro de Formação Profissional de Setúbal; a Associação Livre de Indústrias de Suinicultura; a Cooperativa Agrícola de Palmela e a Caixa de Crédito Agrícola de Palmela; o Conselho de Administração e ORT's da Siderurgia Nacional.

## Arquitectos perante novos desafios

Com os votos favoráveis de todos os grupos e agrupamentos parlamentares, o Plenário aprovou na passada semana uma proposta de lei que autoriza o Governo a transformar a Associação dos Arquitectos Portugueses em associação pública e a aprovar os respectivos estatutos.

Com a sua conversão em associação pública, de acordo com a nota preambular do diploma, pretende-se adequar melhor a Associação enquanto organização profissional aos fins que deve prosseguir, assegurando a sua representatividade como interlocutor do Estado no domínio do exercício profissional da arquitectura, procedendo ao registo dos arquitectos, regulamentando a sua actividade e salvaguardando a deontologia profissional.

Considerando este facto como de «**relevante significado**», o deputado comunista João Amaral, expressando a posição da sua bancada, con-

gratou-se com esta transformação em associação pública, manifestando o desejo de que ela constitua «**um poderoso instrumento de dignificação da profissão, ao serviço dos interesses do povo português, da qualidade de vida dos portugueses, do ambiente e património nacionais e da cultura portuguesa**».

Tecendo algumas considerações sobre a importância de que se reveste o trabalho dos arquitectos, referiu João Amaral que «**nunca como hoje**» se impôs na consciência alargada da sociedade, que «**o acto de arquitectura e aquele que o exerce sejam revestidos das garantias que desafios crescentes, resultantes da evolução das ciências e técnicas, reclamam e exigem**», para logo concluir que o desafio que o arquitecto hoje tem pela frente no exercício da sua profissão «**ultrapassa em muito a constru-**

ção das «**coisas**» para atingir a **própria construção e modelação do ser humano, nas suas vertentes social e psicológica**».

João Amaral manifestou ainda a sua convicção de que com a transformação da Associação dos Arquitectos em associação pública será dada uma decisiva contribuição para «**pôr termo à degradação da qualidade do quadro físico do País, descaracterizado tanto no meio urbano como nas paisagens rurais**», e deixou um apelo para que seja feito aquilo que segundo disse está por fazer: «**uma política de ordenamento e planeamento, a adopção das condições que permitam a salvaguarda, reabilitação, revitalização e revalorização do património (arquitectónico e paisagístico)**».

### Satélites meteorológicos

Objecto de análise por par-

te dos deputados na sessão plenária da última sexta-feira foi ainda a Proposta de Resolução n.º 5/V que aprova para ratificação a Convenção estabelecida entre o Estado português e a Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos (EU-METSAT).

Esta organização, como o próprio nome indica, tem por finalidade a exploração de satélites meteorológicos e foi criado por iniciativa dos respectivos serviços de vários países da Europa que assim procuraram dar continuidade a um sistema de observação da Terra feito inicialmente por uma série de satélites meteorológicos geossíncronos experimentais (METEOSAT).

Congratulando-se com a adesão (embora tardia) do nosso país a esta organização internacional, que só peca por ser tardia, o deputado Luís Roque, em nome da bancada comunista, referen-

do-se à necessidade de obter desta participação os melhores frutos para o País, chamou a atenção para a importância do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG) — de quem o País recebe as informações meteorológicas — ser dotado das «**estruturas e meios que lhe garantam um funcionamento eficiente**».

«**Sem a alteração desta situação no INMG**», observou Luís Roque, o nosso país pouco beneficiará desta sua participação, e isto pela razão simples, segundo disse, de que actualmente os «**quadros se encontram envelhecidos e incompletos devido às dificuldades na admissão de pessoal, os trabalhadores desmotivados devido ao desajustamento das carreiras profissionais e não há estímulo adequado à investigação científica e ao desenvolvimento tecnológico**».

## Assembleia da República

# Governo multiplica formas de pressão sobre outro órgão de soberania

## — acusou Carlos Brito

As formas de «pressão, inibição e intimidação» exercidas pelo Governo e pelo PSD sobre outros órgãos de soberania, «visando constringer e condicionar a sua intervenção», constituem o «traço mais marcante do presente momento político», exigindo por esse motivo não apenas «uma rigorosa resposta das forças democráticas» como também a «firme recusa por parte das instituições democráticas» em aceitar as tentativas de «perturbação do seu regular funcionamento e da amputação dos seus poderes». A declaração é do líder parlamentar comunista Carlos Brito e foi proferida terça-feira em conferência de imprensa destinada a divulgar as conclusões das 3.<sup>as</sup> Jornadas do Grupo Parlamentar do PCP.

Realizadas na véspera, estas Jornadas destinaram-se a proceder neste primeiro ano da quinta Legislatura a um balanço da presente sessão legislativa e a preparar a sua recta final, balanço esse que Carlos Brito daria a conhecer em linhas gerais aos jornalistas presentes, enunciando simultaneamente algumas das iniciativas já calendarizadas de entre as quais se destacam quatro projectos-de-lei cuja entrada na Mesa da Assembleia ocorrerá muito em breve.

por sua vez a criação das **Escolas de Saúde Pública do Porto e de Coimbra** bem como a criação do **Serviço Nacional de Sangue**, este com o objectivo de garantir o direito constitucional na protecção da Saúde, designadamente na «efectiva fiscalização por parte do Estado da qualidade e da distribuição do sangue e dos seus derivados».

No âmbito da sua acção até final da presente sessão legislativa, já num outro do-

A apresentação de alternativas em matéria da chamada «Reforma Fiscal», a realização sob a égide da Comissão de Assuntos Constitucionais de uma conferência nacional sobre a situação da Justiça e a intensificação das diligências para assegurar a votação na especialidade da matéria referente ao regime de permanência dos eleitos das Juntas de Freguesia, constituem outras tantas iniciativas a levar a cabo pela bancada comunista no decorrer das próximas semanas.

Mas seria sobretudo em torno da caracterização e da forma como têm decorrido os trabalhos da sessão legislativa agora prestes a terminar que Carlos Brito desenvolveria a sua exposição, distinguindo três aspectos que em sua opinião são «essenciais». O primeiro, disse, passa pela estratégia cavaquista de antecipação inconstitucional da revisão da Constituição através de sucessivos «pacotes», situando-se o segundo no incumprimento da ge-



Deputados do PCP em conferência de imprensa

sariam à sessão legislativa seguinte, para concluir que tais palavras revelam de uma «maneira particularmente chocante» a desfaçatez do Primeiro-Ministro que se arroga já o «poder de ditar sozinho» as decisões não só da Assembleia da República como também do Tribunal Constitucional e do próprio Presidente da República.

constitucional, ao dar por «fechados» pontos de negociação e ao assumir prazos e datas para um acordo global redutor dos trabalhos da Comissão de Revisão e a mera certificação e execução de cedências previamente acordadas — observou Carlos Brito — o PS assume uma grave responsabilidade, para a qual

fesa eficaz dos direitos dos emigrantes e a não melhoria do nível de vida dos reformados, o agravamento da degradação dos tribunais e do sistema prisional, o não cumprimento de leis fundamentais aprovadas pela Assembleia da República, a indefinição das exactas opções governamentais quanto ao desenvolvimento da Lei de

### 40 horas semanais

A fixação em 40 horas do horário máximo de trabalho semanal na indústria, assegurando a sua redução progressiva nos sectores do comércio, agricultura e silvicultura, constitui o principal objectivo de uma das iniciativas legislativas, prevendo-se numa outra o reforço dos direitos e garantias dos jovens no cumprimento do Serviço Militar Obrigatório.

No articulado de dois outros projectos-de-lei prevê-se

## ● 3.<sup>as</sup> Jornadas revelam balanço muito positivo da actividade do Grupo Parlamentar do PCP

mínio, os parlamentares comunistas propõem-se ainda desencadear iniciativas tendentes a garantir o debate público do «pacote» laboral e a elaborar propostas visando a adopção de medidas de emergência de apoio à agricultura e aos agricultores atingidos pela presente situação de calamidade que assola várias regiões do País.

neralidade das promessas governamentais em relação à melhoria das condições de vida do povo português, enquanto que o terceiro diz respeito à tentativa de controlo e monopartidarização do funcionamento e da gestão da Assembleia da República, esvaziando para o efeito as suas competências e asfixiando o debate democrático.

Analisando desenvolvidamente cada um destes pontos, Carlos Brito começou por destacar relativamente ao primeiro o facto de o Governo e o PSD terem erigido a célebre aprovação de todos os «pacotes» no critério supremo do calendário e do funcionamento da Assembleia da República», lembrando a propósito uma recente declaração de Cavaco Silva em que este afirmava que as promessas relativas aos «pacotes» não pas-

Depois de criticar duramente a estratégia inconstitucional a que já fizemos referência no início desta notícia orientada para inibir e intimidar outros órgãos de soberania numa larga operação visando no essencial a transferência para grandes grupos económicos privados de meios de produção e riqueza do País, o dirigente comunista deteve-se na revisão constitucional.

A este respeito, considerou «extremamente preocupante» a campanha de pressões, chantagens e ultimatums desencadeada pelo PSD, qualificando por outro lado de «muito negativas» as posições assumidas pelo PS tanto na Comissão de Revisão como nas declarações do seu secretário-geral feitas após a recente cimeira Cavaco Silva/Vitor Constâncio.

«Ao assumir uma concepção bipolar da revisão

alertamos a opinião pública, cuja intervenção é redobradamente necessária».

### Processos por cumprir

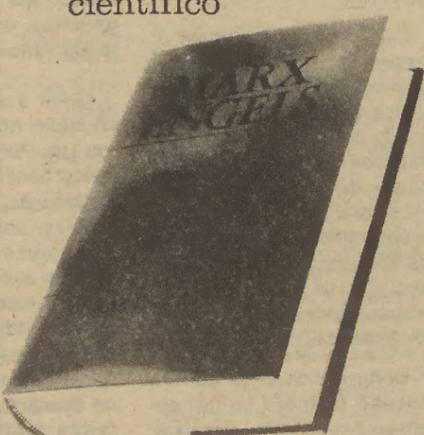
Chamando a atenção dos jornalistas para o enorme rol de promessas não cumpridas, Carlos Brito analisou depois detalhadamente algumas delas, citando entre muitos outros exemplos os casos do aumento da carga fiscal, o valor da inflação acima dos 6,5 por cento previstos, a falta de medidas concretas no combate ao trabalho infantil a diminuição do valor e entaves ao subsídio de desemprego, aos jovens à procura do primeiro emprego, o aumento brutal dos medicamentos, a manutenção do injusto regime das baixas por doença, a não de-

Bases do Sistema Educativo e a manutenção de uma iníqua política de acção social escolar, as acções de asfixia das autarquias em simultâneo com actos de ingerência no Poder Local e por último a tentativa de bloqueio do processo de regionalização.

Antes de responder às perguntas dos jornalistas presentes, o líder parlamentar do PCP teceu ainda algumas considerações quanto à tentativa de esvaziamento do papel da Assembleia, classificando a este respeito de «particularmente escandaloso» o facto de o PSD ter aproveitado a sua maioria conjuntural para «alterar de forma inconstitucional e com proveito próprio, as regras de funcionamento democrático da Assembleia» F4 como manifestamente sucedeu no Regimento e na Lei Orgânica.

## OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX/ENGELS

Obras fundamentais dos fundadores do socialismo científico



Tradução portuguesa rigorosa dos principais textos de Marx/Engels

## Na Madeira

### Direitos da oposição na mira do PSD

Sujeita a anterior pedido de impugnação por parte do PCP, a proposta de lei da Assembleia Regional da Madeira visando alterar o regime eleitoral para aquele órgão autónómico foi apreciada na sessão plenária realizada faz hoje oito dias, tendo-se em linhas gerais assistido à repetição dos argumentos aduzidos pelas diferentes bancadas no decorrer do debate suscitado em torno do referido recurso de admissibilidade apresenta-

do pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Quer na discussão quer na votação posterior na generalidade apenas os deputados do PSD se pronunciaram favoravelmente por esta proposta que, ao rever o regime eleitoral (recorde-se que a alteração visa aumentar de 3500 para 4000 o número de eleitores necessários para eleger um deputado em qualquer dos círculos — um por cada concelho do arquipélago),

acaba por reduzir o número de deputados.

Para a maioria, segundo foi dito, trata-se de reduzir o «excessivo» número de deputados tornando assim alegadamente mais eficaz o funcionamento daquele órgão da Região Autónoma da Madeira. O argumento não colheu, replicando a oposição com a inconstitucionalidade da proposta ao pretender transformar círculos eleitorais em uninominais e com a acusação

de que na mira do PSD regional está, tão só, a liquidação dos direitos da oposição política na Região Autónoma.

José Manuel Mendes, em nome da bancada comunista, referir-se-ia detalhadamente a este aspecto, sublinhando a propósito que para o PSD o que está em casua é o enfraquecimento da «intervenção das oposições mediante mecanismos que conduzam a arredá-la, quanto possível, dos órgãos do poder eleito».

**Assembleia da República**

**PCP**



Apesar da consagração constitucional e legal da igualdade de direitos persistem, e em muitos casos agravam-se, as discriminações que atingem as mulheres

## Deputadas do PCP fazem balanço

A apresentação de cinco projectos de lei estipulando, entre outros preceitos, um subsídio aos filhos a cargo de mães e pais só, a garantia dos alimentos devidos a menores, a garantia de protecção jurídica às pessoas em união de facto, medidas tendentes à efectivação dos direitos das mães só e ainda a garantia de igualdade no trabalho e no emprego aos trabalhadores da função pública, constitui no seu conjunto uma das mais importantes e significativas iniciativas levadas a cabo na presente sessão legislativa pelas deputadas comunistas cuja actividade se multiplicou ainda pela elaboração de requerimentos e intervenções, visitas a empresas, debates e encontros com mulheres e suas organizações.

Dadas a conhecer em jeito de balanço no decorrer de uma recente conferência de imprensa durante a qual foram simultaneamente divulgadas algumas perspectivas de trabalho futuro, estas iniciativas inserem-se numa acção das parlamentares comunistas que visa, segundo as suas próprias palavras, a «**efectiva igualdade de direitos e oportunidades e a correcção de injustiças sociais que atingem sobretudo as mulheres**», dando assim expressão parlamentar aos seus «**inúmeros anseios**».

Para as deputadas comunistas, de acordo com as declarações de Ilda Figueiredo, que se encontrava acompanhada de Odete Santos, Apolónia Teixeira, Luísa Amorim, Lourdes Hespanhol e Rosa Brandão, esta sua acção assume uma importância tanto maior porquanto se mantém, e em muitos aspectos se agravaram, as discriminações de que as mulheres são vítimas, pese embora a «**consagração constitucional e legal da igualdade de direitos e não discriminação em função do sexo**».

Disso são exemplo, conforme foi salientado, as «**inadmissíveis**» discriminações no acesso ao emprego, a desigualdade nas remunerações, as dificuldades na promoção profissional e no acesso a cargos de responsabilidade e direcção, a falta de atenção à formação profissional e ainda as situações de precarização do emprego, dos contratos a prazo e do desemprego que atingem fundamentalmente as mulheres, como o atesta o facto de cerca de 60 por cento dos desempregados serem mulheres.

Exemplificando algumas das formas de precarização, lembraram as parlamentares do PCP os casos da indústria têxtil, de confecções, tapeçaria, calçado ou hotelaria, sectores onde se registou um significativo aumento dos

contratos a prazo, verificando-se igualmente o incremento das situações de «**trabalho à peça e a feito, sem salário certo e sem qualquer cobertura da segurança**», último recurso de milhares de mulheres despedidas de empresas e que não conseguem arranjar outro emprego.

O não cumprimento de algumas leis fundamentais aprovadas pela Assembleia da República (casos da lei da protecção da maternidade e paternidade, da lei de interrupção voluntária da gravidez e a da lei do planeamento familiar e da educação sexual) constituem de igual modo um factor de agravamento deste estado de coisas, o qual, na opinião das deputadas comunistas, «**propicia o aumento da violência que se repercute fundamentalmente sobre a mulher**», manifestando-se aos mais variados níveis desde o trabalho até à família.

Neste quadro se insere, pois, a intervenção parlamentar das deputadas do PCP, acção norteada pela preocupação de «**denunciar a situação existente**» e pela apresentação em simultâneo de propostas concretas para a resolução dos problemas, como são manifestamente os casos dos referidos projectos de lei.

Relativamente a estes, saliente-se o que se refere ao **subsídio aos filhos a cargo de mães e pais só**, elaborado para «**compensar o baixo valor do abono de família**» e que estipula um subsídio mensal de acréscimo no valor de 2800\$00 e o que **garante os alimentos devidos a menores**, prevenindo que seja o Estado a assegurar o pagamento das prestações a fixar pelo Tribunal sempre que haja o não cumprimento da prestação de alimentos, qualquer que seja a causa e a pessoa a quem foi confiado o menor e que não tenha rendimento líquido superior ao salário mínimo nacional.

## Saídas da 3.ª Assembleia da organização do PCP

# Propostas objectivas para a dinamização do concelho do Cartaxo

Os problemas mais sentidos pela população do **Cartaxo** foram abordados recentemente pela 3.ª Assembleia da organização concelhia do PCP. Os seus participantes estiveram envolvidos num interessante debate, tendo aprovado por unanimidade um documento-base. Temas relacionados com o Poder Local democrático, a juventude, o movimento associativo, a vida económica e cultural deste concelho do distrito de Santarém, o funcionamento do colectivo partidário, as eleições intercalares para as freguesias de **Vale da Pedra e Pontével** e ainda a XII Festa do «Avante!» mereceram a atenção dos delegados. Intimamente ligados aos problemas do concelho, os comunistas avançaram na sua Assembleia diversas propostas para a dinamização da terra, de que destacamos:

### Indústria

- Destaque para a necessidade da abertura a curto prazo da empresa «Interagro» para transformação de produtos agro-alimentares, que bastante falta faz à agricultura do concelho.
- Apoiar a reabertura da empresa de metalomecânica **Moall**, de grande dimensão no concelho, assim como a dinamização de novas empresas, que contribuam para o desenvolvimento e combatam o flagelo do desemprego.
- Denunciar e lutar contra a precariedade do trabalho que se verifica em algumas empresas do concelho.

### Comércio

- Incentivar os pequenos e médios comerciantes para novos investimentos de forma a combater a concorrência provocada pelo lança-

mento de grandes redes nacionais de supermercados, os quais irão provocar a imediata destruição do pequeno e médio comércio.

- Apoiar a luta dos pequenos e médios comerciantes, nas suas reivindicações justas para que o Governo dê um maior apoio ao pequeno comércio e não lhes crie mais dificuldades, como tem feito até aqui.

### Agricultura

- Lutar contra os aumentos insuportáveis das rendas de terra para as campanhas sazonais.
- Incentivar os agricultores para o associativismo, para melhor poderem tirar rentabilidade da terra.
- Denunciar as formas como se está a proceder ao arranque acelerado da vinha, sem as devidas medidas de apoio a novas culturas.

- Lutar pela demarcação, a curto prazo, da **Região do Vinho do Cartaxo**, de forma a valorizar este riquíssimo produto e garantir aos viticultores o seu escoamento, para o mercado, a preço aceitável.

- Lutar contra a eucaliptização indiscriminada no concelho como já se verifica em algumas zonas.

- Estudar a implementação da reconversão do olival no concelho.

- Que sejam dados os devidos apoios (técnicos, financeiros e informativos) aos agricultores e organizações da lavoura para poderem investir com novas tecnologias, para melhor exploração da terra e dos recursos, de forma a estarem devidamente preparados para competirem em plena igualdade com os países da CEE.

### Movimento Associativo e Juventude

- Lutar pelo aumento de atribuição de verbas às colectividades em maiores dificuldades de sobrevivência.
- Lutar para que as colectividades culturais e desportivas do concelho dinamizem de uma forma mais participativa a vida cultural e o desporto, para todos os cidadãos, procurando apoios, nomeadamente, para a construção de instalações onde ainda não existam.
- Dinamizar a criação de organizações juvenis no conce-

lho, onde os jovens possam ocupar os seus tempos livres.

### Poder Local

- Lutar nos órgãos autárquicos pela resolução de problemas que há muito necessitam ser resolvidos, nomeadamente na área de rede de esgotos e água, e nas estradas e caminhos.
- Lutar para que a autarquia consiga resolver através de diligências junto de organismos oficiais problemas como as Pontes da Vala Real que ligam o Cartaxo aos campos de Valada (Ponte de Santana e Ponte do Reguengo) e ainda a velha questão da transformação da Ponte D'Amélia em rodoviária.

### Saúde

- Continuar a luta pela construção do novo Centro de Saúde do Cartaxo, contemplando uma Unidade de Internamento.

### Ensino

- Dar passos para que seja criada uma área de ensino na Escola Secundária do Cartaxo virado para os estudos agro-alimentares.

\*\*

A Assembleia elegeu a nova Comissão Concelhia, composta por 18 membros, e marcou para o dia **23 de Julho** a sua primeira reunião, onde irá eleger os organismos executivos.

## Democratas de Santarém contra comportamento da RTP

Cerca de 500 democratas do distrito de Santarém, através de um abaixo-assinado, protestam perante o Presidente da República, Presidência da Assembleia da República, Conselho de Comunicação Social e Conselho de Gerência da RTP, contra a marginalização que o Partido Comunista Português é alvo (particularmente por parte da RTP) em relação às suas iniciativas, em flagrante contraste com o tratamento que é dado a outras forças políticas.

Foi assim com os Encontros Nacionais sobre o Sector Em-

presarial do Estado, Agricultura, Educação e Ensino, Segurança Social, Poder Local, a CEE e muitas outras iniciativas onde têm participado milhares de militantes comunistas e outros democratas independentes.

Os signatários do protesto, certos de transmitirem o sentimento de muitos ribatejanos, exigem dos órgãos de Comunicação Social e dos órgãos de soberania as medidas necessárias à reposição da legalidade e do direito que todos os portugueses têm de ser informados objectivamente.

## Camaradas Falecidos

### António Sebastião Minau

Membro do Partido desde 1941, faleceu recentemente o nosso camarada **António Sebastião Minau**, de 69 anos. O militante comunista residia no Sobral de Monte Agraço, no distrito de Lisboa.

### António Sousa

Dedicado militante comunista, faleceu na cidade de Espinho o camarada **António Fernando de Sousa** (Almirante), que integrava a organização concelhia local do PCP. Contava 61 anos.

### José de Oliveira

Trabalhador da Auto-Marginal, militante do PCP desde 1975, faleceu o camarada **José Oliveira**, da freguesia da Cova da Piedade (Almada), de 61 anos. Habitualmente, dedicava as suas férias ao trabalho voluntário no terreno da Festa do «Avante!».

### José Pereira

Estudador, faleceu em Marique de Baixo, freguesia de Alcabideche, concelho de Cascais, o militante comunista **José Pedro Pereira**.

### Edmundo Castro

Na madrugada do passado dia 2 faleceu subitamente o nosso camarada **Edmundo Pedro Freitas Castro**, membro da célula da Construção Civil do Funchal desde 1974 e presidente da Assembleia-Geral do Sindicato da Construção Civil da Região Autónoma da Madeira.

### Ismael Soares

Antifascista de longa data, faleceu o nosso camarada **Ismael Abalada Soares**, membro da organização dos reformados comunistas em Alguei-

rão/Mem Martins. Desempenhou várias tarefas na organização local do Partido, tendo pertencido à comissão do Centro de Trabalho. Na década de 40 esteve preso em Caxias.

★ ★

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta profundo pesar.

PCP

# Álvaro Cunhal na «Festa da Amizade»

■ Henrique Custódio

## Se não pode haver comício conversa-se mesmo à chuva!



O chapéu era para o sol. Acabou a servir para a chuva!

Queres saber se há comício? Então eu mostro-te e depois decides tu! Vibrante de energia, colérico com a chuva que tinha feito debandar a multidão que há minutos aplaudira o Rancho Folclórico da Fajarda, o camarada responsável das electricidades do palco principal da Festa da Amizade, em Almada, munui-se dum busca-polos, arrastou-nos para a tribuna que entretanto havia sido montada numa nesga de tablado onde não pingava água e procedeu à demonstração: a luz do aparelho meteo acendeu, mal a ponta metálica tocou no microfone. Mais coruscante que a lâmpada, escancarou-nos os olhos, à espera. O mínimo que podíamos fazer era aquiescer — numa aquiescência solidária, pois claro. Ninguém manda na chuva, nem mesmo os «manda-chuvas» que por aí andam a molhar-nos o juízo. Era evidente que o comício não se podia realizar ali.

Tudo isto aconteceu no domingo passado, quando o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, se deslocou ao Laranjeiro, no concelho de Almada, e a Pinhal Novo, no concelho de Palmela, para intervir nos dois comícios de encerramento das Festas ali realizadas por iniciativa do PCP e da JCP — respectivamente a «Festa da Amizade» (promovida pela 12.ª vez pela Concelhia de Almada) e a «Festa Amiga» (na sua 9.ª edição, da responsabilidade da Concelhia de Palmela). A chuva que fustigou praticamente todo o País na tarde e noite do passado domingo impediu o remate político previsto para estas duas notáveis realizações, embora o não tivesse silenciado, como veremos mais adiante. Até porque, como por lá se dizia, «se não pode haver comício, conversa-se mesmo à chuva!».

Tal como não impediu as Festas. Como vamos ver já de seguida.



Antes de começar a chover, o secretário-geral do PCP ainda pôde visitar a Festa e dialogar com as numerosas pessoas que, entretanto, a ele se dirigiram

Não foi difícil chegarmos ao local da Festa, no Laranjeiro: a música, primeiro — que se ouvia muita estrada antes — os pendões e bandeiras ondulando pelo recinto — que se viam depois, muitos metros ainda ao longe — levavam lá o mais distraído.

A distração, aliás, era uma das tónicas desta Festa. Quando lá chegámos ao princípio da tarde de domingo (ainda a nebulosidade se parecia com os chamados «céus encobertos» a que ninguém passa cartão nem chapéu de chuva), a multidão percorria roncemente o recinto, espreitando aqui, comprando acolá, sentando-se onde calhava, abancando nos (numerosos) restaurantes e similares, festejando reencontros com amigos — que é coisa vulgar nestas iniciativas — fazendo escadas frente aos palcos, irresistivelmente atraídos pelos espectáculos ali apresentados.

E quanto a espectáculos, a Festa da Amizade não deixou créditos por mãos alheias: fizeram parte do programa de três dias nomes como a Companhia de Teatro de Almada, «Os Delfins», Sérgio Godinho, Nuno Gomes dos Santos, Jorge Lomba, Fernando Tordo, Luisa Basto, Francisco Seia e Banda, Maria Guinot e Carlos do Carmo. Para além de bandas a percorrer o recinto, fado amador (em local pró-

prio), exibição de ranchos folclóricos, etc. Uma nota, já, para o excelente Rancho Folclórico da Fajarda, do concelho de Coruche, que fez vibrar a multidão do palco principal com um verdadeiro «espectáculo ribatejano», apresentando um conjunto de danças e cantares encadeadas num «guião» que conduziu o público aos usos, alegrias, lutas e modo de estar na vida daquela região, tudo através da música e da dança tradicionais. Referimo-lo porque tivemos oportunidade de o apreciar, enquanto aguardávamos a hora do comício. Mas isso foi antes da chuva...

### Antes da chuva

...E antes da chuva ainda pudemos apreciar mais alguma coisa.

Enquanto no recinto desportivo duas equipas de jovens mostravam que Portugal é um viveiro de talentos futebolísticos e José Barata Moura encantava miúdos e graúdos num palco um pouco ao lado, na outra ponta da Festa cantava-se o fado a preceito. No retro-restaurante montado para o efeito e abrindo guitarras e microfones a todos os «espontâneos» que quisessem mostrar o que sabiam. Quem sabia, de certeza, do que é cantar o fado na sua intrínseca dimensão popular eram os camaradas que construíram o espectáculo, mantendo-o vivo, criativo e interveniente num enquadramento festivo que até nem é muito propício ao sossego que este tipo de espectáculo pede.

Mas havia outros «enquadrados» — outras simultaneidades interessantes que, mesmo numa breve visita que não podia cobrir toda a iniciativa, eram elucidativos do «tom» em que decorreram as coisas.

Era o caso dos espectáculos no palco principal, a decorrer «taco a taco» com a criação de um grande painel fronteiro subordinado aos temas da Paz e da Amizade e executado, durante os três dias da Festa, pelo Núcleo de Artes Plásticas da Comissão de Juventude da Junta de Freguesia do Laranjeiro, ou da animação do Café-Concerto a par de não menos animadas

competições de jogos populares, ou da excelente exposição sobre as «memórias» do ensino durante o regime fascista (com a exibição de antigos manuais, de textos e imagens de propaganda salazarista, etc.) ao lado de outras que iam do artesanato às questões laborais, da pintura à luta política e social. Intervindo, participando, passeando, fruindo tudo isto ao longo de três dias, pessoas que, à semelhança dos anos anteriores, demonstraram claramente que a Festa da Amizade é já um património do concelho de Almada.

### O comício que não houve

Entretanto chegou a hora do comício, acompanhada por uma carga de água que se mantinha pela noite fora. Ainda se fez um compasso de espera na esperança de que o tempo melhorasse, mas como tal não se verificou, anulou-se, naturalmente, a iniciativa prevista por manifesta impossibilidade técnica na sua realização, como referimos no início, e optou-se por uma solução de recurso: a utilização do sistema sonoro da Festa (que não tinha as «electricidades» afectadas pela chuva) para que o orador dirigisse algu-



Do futebol praticado por vigorosa juventude, ao chinquinho e outros jogos populares, se fez o (muito) desporto praticado na Festa



mas palavras à multidão que o aguardava. Palavras que iam resumir, de improviso, o extenso discurso que Álvaro Cunhal havia preparado, como ele próprio informou.

Assim o secretário-geral do PCP, após se referir aos perigos da «política dos pacotes» que o Governo insiste em concretizar, manifestou apreensão pelas recentes afirmações do secretário-geral do PS, Vítor Constâncio, no sentido de que se tinha chegado a um acordo entre o PS e o PSD para a revisão da Constituição, o que provoca muita inquietação, temendo-se que o PS se vire de novo para a direita com vista a uma revisão inconstitucional da Constituição, que dela risque aspectos essenciais do regime democrático alcançado com a Revolução de Abril. E Álvaro Cunhal interrogou:

«Perante isto quais são as forças essenciais que podem intervir, que se opõem à política da direita, que defendem os interesses dos trabalhadores, da juventude, das mulheres, dos agricultores, dos intelectuais,



Do futebol praticado por vigorosa juventude, ao chinquinho e outros jogos populares, se fez o (muito) desporto praticado na Festa



de todas as camadas sociais que são atingidas pela política do Governo?»

A resposta veio, bem explícita, a seguir:

«Uma vez mais o nosso Partido é chamado a uma intervenção que pode ser determinante para a defesa da democracia portuguesa,

e para isso precisamos de ser fortes, de estar unidos, de ter uma política clara e de não abandonarmos os nossos objectivos essenciais — estarmos sempre com os trabalhadores e com o povo, defendermos sempre e sempre as conquistas de Abril e projectar-

mos na política que defendemos e propomos ao povo português não apenas aquilo que se alcançou com a Revolução de Abril, mas também os ideais de liberdade, do progresso, de democracia, da Independência nacional, o ideal de construção de um país independente, com a sua política própria, hoje também ameaçada com uma política de capitulação nacional e por todas as consequências de integração na CEE.»

Quanto àquilo que dizem ser «uma crise do PCP», Álvaro Cunhal observou, mais adiante:

«O nosso Partido não está em crise. Há problemas e dificuldades mas temos muita força, militância e vontade e certamente ultrapassaremos as dificuldades

que temos actualmente.» Neste contexto será oportuno salientarmos mais uma vez que «no nosso Partido todos os militantes sem excepção têm pleno direito de defender as suas opiniões nas organizações e organismos a que pertencem, de fazerem as críticas que entenderem a qualquer outro organismo ou a qualquer responsável do nosso Partido. E não apenas são livres de o fazer, como devem fazê-lo, se é assim o seu pensamento. Deve ser respeitado esse direito em todas as organi-

zações e os militantes devem poder, com confiança, expressar as suas opiniões, mesmo quando divergentes das de outros camaradas.»

«Mas isto não significa...» «Mas isto não significa — prosseguiu — que possamos estar de acordo que militantes constituam grupos fora das suas organizações, que se encontrem, que procu-

rem outros para espalhar as suas ideias, que elaborem documentos e os levem a órgãos de Comunicação Social que conduzam uma campanha contra o nosso Partido. Não. Não podemos estar de acordo com isso e é bem de ver, na base dos nossos princípios estatutários, da nossa concepção, que isso se trata de um trabalho caracterizadamente fracionário. Não podemos de nenhuma forma aprovar esse comportamento — e isto nada tem a ver com as ideias que podem ter esses

camaradas: eles podiam perfeitamente defendê-las, expressá-las nas suas organizações e aceitar, como certamente todos nós aceitaremos, as conclusões finais a que o nosso Partido chegar na conclusão do debate de todos estes problemas.

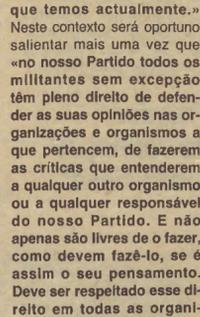
«Todos aceitaremos, creio, as conclusões a que chegar o nosso XII Congresso, que será realizado de 1 a 4 de Dezembro. Em relação



Este painel, em frente ao palco principal, foi criado durante os três dias da Festa pelo Núcleo de Artes Plásticas da Comissão de Juventude da Freguesia do Laranjeiro



Antes da chuva, a Festa pôde ser habitada paulatinamente pelos visitantes



Havia espectáculos para todos os gostos. Aqui José Barata Moura encanta o público infantil, que mostra uma alegria não menos encantadora

Depois de afirmar que gostaria de falar do que se está a fazer na preparação da elaboração do novo programa do Partido, das alterações dos estatutos, etc. — o que não era possível dadas as condições em que decorria aquela conversa — Álvaro Cunhal abordou ainda a recente Conferência do PCUS.

Após criticar a forma distorcida como a Televisão portuguesa abordou o acontecimento, afirmou não querer deixar de referir duas questões, «que certamente não deixaram muito satisfeitos aqueles que já julgavam que a «Perestroika» soviética não era o aprofundamento do socialismo, não era o desenvolvimento da sociedade socialista, não era o reforço do poder dos trabalhadores, mas que podia representar um novo rumo que conduziisse a soluções próprias dos países capitalistas»:

«Essas duas conclusões que aqui queria referir — disse — a primeira é o reforço do poder dos trabalhado-

res, o reforço dos soviets como órgão de Estado dirigente da nova sociedade. Certamente muitos se lembram que a grande palavra de ordem da Revolução de Outubro foi «todo o poder aos soviets». É curioso verificar que, depois de certas políticas e soluções erradas, esta Conferência tenha novamente afirmado a necessidade de assegurar o poder dos soviets, o poder do povo da União Soviética.

«O outro aspecto não menos importante, é a confirmação, numa situação nova, na qual, com criatividade, se procuram soluções novas, do papel do Partido na sociedade soviética. Isto não disse a Televisão, nem estava interessada em dizê-lo.

«Nós estamos profundamente interessados em acompanhar este processo e outros processos de transformação que se estão a dar noutros países socialistas e a ter em conta esses processos. A experiência já mostrou que não há nenhum modelo de socialismo, que se devem ter em conta as condições concretas de cada país. Aproveitando da experiência internacional tudo o que possa ser útil ao nosso povo, temos que encontrar o nosso caminho próprio e as soluções criativas que correspondam às condições nacionais.»

O secretário-geral do PCP ainda se deslocou ao Pinhal Novo, onde estava prevista a realização de outro comício para encerrar a «Festa Amiga». Mas aí Álvaro Cunhal apenas pôde fazer uma breve saudação, porque até a electricidade tinha faltado!

## Juventude

# JCP toma posição sobre temas actuais que «mexem» com a vida dos jovens

Vários temas de actualidade, com particular expressão no campo juvenil, foram analisados pela Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) que esteve há dias reunida em Lisboa. Das conclusões a que chegou, passamos desde já a uma retrospectiva com os apontamentos essenciais.

## Pacote laboral

Face à apresentação na Assembleia da República, por parte do Grupo Parlamentar do PSD, de propostas de alteração ao texto do pacote laboral que foi chumbado pelo Tribunal Constitucional, a Direcção Nacional da JCP manifesta o seu repúdio.

As referidas propostas não alteram o seu conteúdo global, designadamente nos seus aspectos mais gravosos para a juventude, pelo que a JCP apela a todos os jovens para que a exemplo da luta anteriormente travada, se oponham a mais esta tentativa de precarização do emprego e retirada de direitos dos jovens.

## Acesso à universidade

Face à propaganda que tem rodeado a divulgação do «numerus clausus» para o ensino superior no próximo ano lectivo, a JCP independentemente de uma análise posterior mais aprofundada, denuncia a mistificação que se pretende fazer, aglutinando, como se fossem coisas iguais, vagas disponíveis nas escolas públicas e vagas disponíveis em estabelecimen-

tos de ensino superior privado.

Simultaneamente o Ministério da Educação não diz que o ainda assim reduzido crescimento se verifica, sobretudo, nos institutos superiores politécnicos, sendo quase insignificantes os acréscimos que se propõem para o ensino universitário público.

Este tipo de política revela a continuidade, no essencial, dos privilégios directos ou indirectamente atribuídos às universidades privadas e continua distante do necessário acréscimo da taxa de escolarização no ensino superior.

## Autonomia universitária

A derrota sofrida pelo Governo na sua tentativa de instaurar um diploma legal sobre «Disciplina Académica» assumida pelo ministro da Educação no dia 7 de Junho aquando da discussão na Assembleia da República sobre Autonomia Universitária, foi uma grande vitória do movimento estudantil que designadamente pela intervenção de inúmeras AAEE suscitou apoios da grande maioria dos órgãos de gestão das escolas e à do próprio Conselho de Reitores num enorme protesto contra este projecto do Governo que contém aspectos preocupantes de carácter repressivo.

A JCP sempre defendeu a necessidade de aprovação de uma Lei de Autonomia Universitária. Foi aliás a única organização juvenil a apresentar publicamente um projecto autónomo.

No entanto, a insuficiente discussão pública sobre os projectos de Autonomia Universitária recentemente aprovados na generalidade, pela Assembleia da República, causa grandes preocupações.

Qualquer que seja o projecto final, não pode deixar de ter em conta a opinião dos estudantes e muito menos ir contra os seus interesses e aspirações.

Neste sentido, a Direcção Nacional da JCP manifesta a opinião de que não se deve precipitar a aprovação do projecto sobre Autonomia Universitária antes das férias e que devem ser criadas condições para que o movimento estudantil possa intervir activamente na sua discussão e elaboração.

## Orçamento 89 e o Superior

As recentes declarações do Conselho de Reitores sobre a asfixia financeira que vivem as Universidades portuguesas e, consequentemente, a impossibilidade de as gerir até ao final do ano, demonstra a justeza das posições da JCP, atempadamente tomadas, aquando da aprovação do Orçamento de Estado para 88 e coloca ao movimento estudantil como uma das questões centrais de luta a exigência de mais verbas para o En-



Trabalho, realização pessoal, formação profissional adequada, contribuição dinâmica para o desenvolvimento do País — uma aposta que a juventude portuguesa seria capaz de vencer se houvesse uma política correcta. Desses e outros temas nos fala a JCP, cuja Direcção Nacional esteve reunida recentemente

sino Superior e para a Educação em geral.

Face a esta situação, a Direcção Nacional da JCP exige do Governo a tomada de medidas imediatas atribuindo-se as verbas necessárias para evitar a ruptura funcional das Universidades.

Simultaneamente a JCP exige desde já que o Orçamento de Estado para 89 contenha um aumento radical das verbas para a Educação quer em termos absolutos quer relativos, assegurando-se a auscultação prévia às Associações de Estudantes.

## Fraudes na formação profissional

Os factos recentemente vindos a público acerca do volume de verbas (cerca de 40 milhões de contos) envolvido em fraudes ou abusos com acções de formação profissional confirma a gravidade de ausência das acções fiscalizadoras adequadas e de coordenação da Formação Profissional, tal como a JCP tem diversas vezes afirmado.

A JCP, que promoveu a apresentação pelos jovens deputados comunistas, de um projecto-lei sobre garantias e direitos dos cidadãos que frequentam cursos de formação profissional, denuncia a atitude do Governo que se furtou ao seu debate parlamentar e esqueceu a necessária audição das organizações juvenis quanto ao Estatuto dos Formandos.

A JCP exige que sejam rapidamente aplicados direitos aos jovens nestas condições, designadamente, de informação, de benefício do Estatuto do Trabalhador-Estudante e de apoio à sua inserção profissional futura.

## Habitação própria

A Direcção Nacional da JCP estranha e denuncia a re-

cente suspensão do crédito para compra de habitação própria, a qual afecta gravemente os jovens nomeadamente os jovens casais, visto que apesar das limitações, é este o único regime legal em vigor que permite a alguns jovens aspirar a viver em condições de independência familiar.

Exigimos que esta decisão seja rapidamente anulada e que simultaneamente sejam postas em prática novas formas de acesso dos jovens a habitação própria.

## Lei da Rádio

Facto igualmente importante é o que se relaciona com a aprovação da Lei da Rádio em condições tais que porá em causa milhares de postos de trabalho essencialmente ocupados por jovens.

A JCP valoriza o movimento de rádios locais, como pólo dinamizador de criatividade e intervenção juvenis, apela no sentido da não promulgação desta Lei, de forma a garantir os princípios de independência e pluralismo constitucionalmente consagrados e à efectiva consideração dos interesses e direitos adquiridos de todas estas rádios e de quem nelas participa.

## Serviço Militar

Analisando os dados conhecidos acerca do relatório sobre o recente falecimento de 2 jovens «comandos» no decorrer de exercícios militares, a JCP entendeu que são claramente insuficientes e pouco aprofundadas as conclusões obtidas.

É indispensável proceder-se ainda ao apuramento real das responsabilidades de forma não desculpabilizadora.

A JCP, no quadro da sua atitude de recusa da profissionalização das Forças Armadas e de defesa do Serviço Militar Obrigatório, entende

ser absolutamente necessário que as normas práticas que orientam a instrução de todos os militares que prestam o SMO se subordinem ao respeito da integridade moral e física dos jovens.

Para que assim suceda, para que a prestação do Serviço Militar seja digna e o seu funcionamento transparente para a sociedade, a JCP defende a análise e fiscalização por entidades competentes, designadamente no plano médico e psicológico, das provas e exercícios que integram a instrução militar.

Neste sentido os deputados da juventude no Grupo Parlamentar do PCP apresentarão na próxima semana, na Assembleia da República, um projecto-lei que contempla esta situação. Simultaneamente, esta iniciativa legislativa que visa garantir direitos aos jovens que prestam o Serviço Militar Obrigatório incluirá, designadamente, disposições com vista ao aumento do pré para 25% do salário mínimo nacional, à gratuidade dos transportes e à garantia de condições de participação dos jovens que prestam o SMO em aspectos da vida das respectivas unidades.

## Festa do Avante!

Por último, a DN da JCP analisou as principais actividades em que os jovens comunistas se envolverão nos próximos meses.

Neste quadro a JCP anuncia que a Cidade da Juventude na Festa do Avante! 88 está a ser concebida em novos moldes.

Será um espaço aberto à participação dos jovens militantes ou não, nas áreas do artesanato, banda desenhada, cartoons, artes plásticas, fotografia, ourivesaria, cabeleireiros, moda, entre outras.

A Cidade da Juventude será como sempre um espaço de convívio e alegria. Desde já apelamos para que os jovens participem na Festa e dêem a sua contribuição na sua construção e realização.



Acesso ao Superior e autonomia universitária são dois dos temas abordados pela DN da Juventude Comunista Portuguesa

PCP

# Alegria invade Braga a partir de amanhã

- **Ao vivo, a melhor música portuguesa**
- **Iniciativas para todos os gostos**

Ela aí está. «Este ano maior e melhor», erguida pela vontade colectiva dos comunistas do norte do País, aí está, já a partir de amanhã, a décima Festa da Alegria, que se prolongará até à meia-noite de domingo no Parque e no Palácio Municipal de Exposições e Desportos da cidade de Braga. O prometido é devido e por isso mesmo aqui fica a programação da Festa, um espaço de convívio democrático sem paralelo na região nortenha.

## • Amanhã (Sexta-feira)

- 19.00 — abertura da 10.ª Festa da Alegria, com foguetes e os Zés Pereiras de Barcelinhos.
- 21.00 — no **palco do Parque**, baile popular com o agrupamento «Bronze».
- 22.00 — no **palco do Palácio**, Sérgio Godinho e os Rádio Macau.
- discoteca gigante no **espaço da juventude** (tenda de circo).
- 00.30 — encerramento.

## • Sábado

- 11.00 — abertura.
- 15.00 — festival da canção juvenil no espaço da juventude.
- 15.30 — no **Palco Arraial**, mostra de folclore e música tradicional portuguesa, com a participação do Rancho Típico Cantarinhas de Nisa, dos Grupos Folclóricos S. Martinho de Tibães e de Tardariz, do Grupo de Danças e Cantares de Serreleis, do Grupo de Cavaquinhos de Nogueira e do Grupo de Música Tradicional «Cantares da Terra».
- Na área do auditório, debate sobre o **PCP e o XII Congresso**, com Blanqui Teixeira, da C. Política e do Secretariado do CC.

17.30 — também no auditório, debate subordinado ao tema «Para uma leitura democrática de Fernando Pessoa», assinalando o centenário (participação do professor **Óscar Lopes**).

21.00 — baile com o conjunto «Bronze»; festival de fogo de artifício.

22.00 — discoteca gigante no espaço da juventude. Conjunto António Mafra, Grupo «Na Lua» (Galiza) e Fausto, no **palco do Palácio**.

## • Domingo

10.30 — Festa das crianças, com teatro, pelo grupo «Pataco», circo, iniciativas diversas para recreio e brincadeira; tudo isto no espaço dedicado à criança pela Festa da Alegria.

15.00 — debate com **Barros Moura**, deputado do PCP no Parlamento Europeu, sobre a CEE e o desenvolvimento regional — que futuro? (no auditório)

— discoteca gigante no espaço juvenil

— concerto pela Banda de Dornelas (Trás-os-Montes) no coreto do Parque.

15.30 — Paulo de Carvalho no palco do Palácio.

■ **Domingo, 16 e 30, no Palácio Municipal de Exposições e Desportos, intervenção de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.**

16.30 — sessão pública com intervenção de Álvaro Cunhal, no palco do Palácio.

18.00 — baile animado pelo conjunto «Bronze» no palco Arraial.

22.00 — no palco do Palácio, Brigada Victor Jara e Mler If Dada.

00.00 — encerramento da Festa da Alegria.



Para além da visita à Festa e da intervenção na sessão pública, o camarada Álvaro Cunhal terá um encontro com os representantes da Comunicação Social, cerca das 17.45 horas, ou seja logo a seguir à sessão pública

## Mas há mais...

É evidente que a Festa da Alegria não se esgota na programação referida atrás. Por exemplo, na esfera desportiva haverá no domingo às 10 horas da manhã o **Grande Prémio de Atletismo da X Festa da Alegria**.

Tanto no Palácio como no Parque, o visitante encontrará mil e um motivos de interesse e curiosidade. Vejamos alguns exemplos:

- mostra de arte contemporânea/mostra de novos artistas
- mostra-venda de artesanato com a participação «ao vivo» de especialistas em várias artes
- salão de fotografia
- exposições (o PCP no norte do País, XII Congresso, movimento operário, realidade autárquica, Reforma Agrária, património cultural, etc.)
- mercado do livro e do disco
- espaço dedicado à informação sobre a realidade nos países socialistas
- stands de diversas regiões do País
- gastronomia regional
- surpresas...

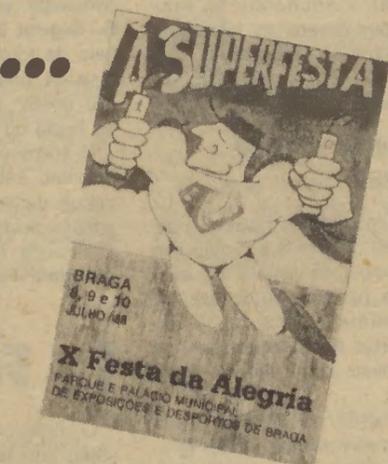
## Como contentar o estômago...

Qualidade e diversidade são duas certezas quanto à presença da gastronomia na Festa que amanhã começa em Braga. Aí, os apreciadores da rica cozinha portuguesa estão mesmo de parabéns. Na Adega do Fado — a Bracarense — não faltará o verdadeiro **arroz de pica no chão** (cabidela) ou a linguça assada em bagaço minhoto, para já não falar no bacalhau desfiado, do bacalhau à Braga ou do arroz de tamboril.

Viana do Castelo leva a Braga um completo serviço de marisqueira, enquanto que a Bairrada se fará representar pelo tradicional leitão — assado e de cabidela. Presença já obrigatória na Festa da Alegria é o **Alpiarça**, ou seja o bom vinho e os petiscos deste concelho ribatejano.

Queijos, presunto e enchidos de qualidade serão outras «vedetas» em Braga, por iniciativa dos camaradas da Guarda. Os doces do Algarve, com amêndoa e figo, também marcarão presença na capital do Minho. Da vizinha região transmontana seguirão os canelos e a célebre feijoadá.

As clarinhas de Fão e as cavacas de Esposende, os vinhos generosos e o arroz de berbigão de Gaia e a sopa à mineira de Valongo farão igualmente as delícias de muitos visitantes da Festa da Alegria. E já agora duas palavrinhas para o arroz de cabidela de Santo Tirso, as tripas à moda do Porto, o presunto, a broa e a «cebola de taco» da zona de Basto e as delícias que se encontrarão nos vários restaurantes e bares, como os de Famali-



cão, Barcelos, Guimarães e Matosinhos. Este ano o visitante encontrará mais espaços para refeições de faca e garfo!

## Excursões e outros transportes

Como temos vindo a referir, são muitas as organizações do Partido de várias zonas do País que têm garantidas excursões para a Festa da Alegria.

Para quem mora no distrito de Braga e no Porto, uma informação importante — estão garantidos transportes públicos, no fim dos espectáculos da noite, nos três dias da festa, com os seguintes percursos:

- Braga — Barcelos
- Braga — Guimarães
- Braga — Famalicão — Porto.

## Setúbal

# Campanha do novo CT da DORS segue em frente

Em breve veremos as paredes romper o céu. É com esta perspectiva que os comunistas de Setúbal, aqui citados através dum *telex* que a SIP/DORS nos fez chegar, encaram as obras (2.ª fase) do novo Centro de Trabalho da Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP, em curso na capital do Sado.

E a campanha não se vê observando apenas o local onde em breve haverá um novo CT. A campanha cresce nas iniciativas, no dinamismo, nos projectos, nas iniciativas das organizações do PCP no distrito de Setúbal.

A campanha esteve em foco, por exemplo, no último fim-de-semana nas Festas da Amizade (**Almada**), Amiga (**Pinhal Novo**) e da Fraternidade (**Grândola**), onde, no conjunto, passaram milhares de pessoas, apesar das más condições atmosféricas.

Vejamos outras acções referidas pela SIP/DORS ao «Avante!»:

As excursões multiplicam-se. Realizada foi a viagem à Hungria, que foi uma bela jornada de convívio e amizade entre todos os que nela participaram.

Os novos materiais (esfregadoras com luz própria, limpa-varetas de óleo, lâminas para papel, porta-chaves com metro, etc.) já estão à venda em todos os CTs do distrito.

O «sorteio instantâneo» também já existe no distrito.

## Acampamento da JCP na praia do Pessegueiro

Optimistas em relação ao tempo que se vai fazer sentir, os jovens comunistas da organização do ensino secundário promovem um acampamento nacional na praia do Pessegueiro, em Porto Covo, de 23 a 29 deste mês de Julho.

Os interessados devem entrar em contacto com a sede da JCP em Lisboa, na

É fácil participar. Para tanto, bastará riscar, que o prémio surgirá...

Os clubes de materiais estão numa outra fase: os símbolos começam dentro em pouco a ser distribuídos.

As abordagens continuam a ser feitas.

E não se esqueçam, camaradas, que o subsídio de férias está aí... Que tal contribuíres com um dia do teu salário para que a obra seja feita?

Rua Sousa Martins (telefones 55 73 49 ou 55 73 64), até dia 15, onde a Cristina Martins vos informará de todos os pormenores.

Para já duas revelações: a inscrição custa apenas 200 escudos; animação não vai faltar no acampamento da JCP. Para a semana há mais novidades. Fica atento!

PCP

# Trabalho em várias frentes

As jornadas de trabalho voluntário que decorrem na Quinta do Infantado, em Loures, são uma das múltiplas

expressões do trabalho preparatório da XII Festa do «Avante!», realização de âmbito nacional em que as or-

ganizações do PCP se empenham com determinação.

E dizemos uma das expressões porque, na verda-

de, erguer a Festa é coisa complexa, que implica, como já todos sabemos, numerosas tarefas, todas de vincada importância para o êxito do grande convívio de Setembro. Por tudo isto, começam a chegar à nossa redacção exemplos concretos de trabalho aplicado, por exemplo, quanto à venda das EPs, a preparação das excursões (para muitos visitantes, uma boa forma de viajar mais economicamente até Loures) a divulgação da Festa em materiais diversos, as campanhas para recolha de produtos e objectos com destino aos stands e pavilhões, a preparação das exposições e dos materiais que cada organização pretende levar para a Festa, para melhor ilustrar a realidade da respectiva região, etc.

Como dizem, e com razão, os comunistas do Montijo, «mesmo ainda no papel a Festa já é um espectáculo».

## De Viseu, com entusiasmo

É com entusiasmo que a Organização do Partido no distrito de Viseu prepara a sua presença na Festa do Avante! '88.

Neste momento, e com grande iniciativa de promoção da Festa na região organizada pela Comissão Distrital de Viseu do PCP e pela JCP, prepara-se o «Festival da Juventude do Distrito de Viseu» que terá lugar em Viseu no próximo domingo 10 de Julho, durante todo o dia. Contará com duas partes distintas, sendo uma o Festival da Canção Juvenil e uma parte desportiva (fase preliminar do torneio de futebol de salão/FA'88).

Bastantes inscrições para estas iniciativas já chegaram às organizações do Partido, que por sua vez estão a preparar excursões de todos os pontos do distrito para Viseu no dia 10.

Espera-se que Viseu viva neste dia, e especialmente no Parque da Cidade e nos locais onde decorrerem as provas desportivas um pouco do ambiente que caracteriza a Festa do Avante!

A venda de EP's está em bom ritmo, tendo todas as organizações locais metas de vendas atribuídas.

Sobre a participação efectiva no terreno, nos dias da Festa, o que por enquanto podemos confirmar é que os visitantes da FA'88 poderão encontrar no Pavilhão de Vi-



seu, para além das tradicionais sandes de chouriço, de presunto, de leitão, de queijo, da sopa de cebola e do genuíno vinho do Dão, uma completa «feira do vinho». Será uma mostra o mais rigorosa possível das qualidades e marcas existentes no distrito de Viseu.

Para além dos vinhos da região do Dão, estarão também lá o Terras do Demo, o verde de Lafões, o vinho de benefício (o chamado vinho do Porto), o verde de Cinfães, etc.

Será sem dúvida um local a visitar, pelos apreciadores e não só — que para além de poderem adquirir os produtos referidos terão também a

acompanhar um folheto sobre as características dos vinhos.

Estarão todos certamente lembrados da garrafa de colheita de 1985, de produção particular, especialmente engarrafado pela CD Viseu do PCP para a Festa de 86. Pois este ano estará também à disposição dos visitantes da Festa (na Feira do Vinho no Pavilhão de Viseu) um nectar idêntico, que terá venda limitada. Apenas estarão à disposição 1000 garrafas com rótulo numerado.

Por tudo isto, tem bons motivos para ir ao Pavilhão de Viseu (inserido na área da Beira Litoral), e depois... pode ir visitar a Festa!

## Mais de duas dezenas de palcos!

No novo espaço de Loures, a festa terá inevitavelmente uma nova imagem.

No Palco 25 de Abril, que conta este ano com novas soluções visuais e acústicas, actuarão músicos de conhecido nome nas áreas do jazz, folk e rock destacando-se especialmente a presença da música africana contemporânea com uma assumida ligação à luta contra o apartheid e o racismo, que se prevê venha a constituir o maior festival de música africana jamais realizado em Portugal

e um dos mais significativos da Europa.

No Palco da Juventude, a nota dominante será a participação de conjuntos de «heavy metal».

Existem ainda 2 auditórios destinados aos géneros de música mais especializada, e para os quais está já confirmada a presença da música coral, através das vozes femininas búlgaras que, ainda

recentemente estavam no top britânico, e cujo LP e CD «Le Mystère des Voix Bulgares» (I e II) está em fase de lançamento em Portugal.

Durante os três dias da festa, poder-se-á escutar todo o tipo de música, desde o fado (palcos de Setúbal e Lisboa) até aos coros, já que estarão em funcionamento mais de duas dezenas de palcos.

## S. Miguel d'Acha — torneio de futebol

Inserido no vasto programa desportivo da Festa do Avante/88, vai realizar-se em S. Miguel d'Acha um torneio de futebol de salão — fase de apuramento concelhio do 9.º Torneio Nacional da Festa do Avante!

O torneio terá início no próximo sábado, dia 9, no ringue da freguesia. As inscrições podem ser feitas no Centro de Trabalho do PCP em Idanha-a-Nova, ou pelos

telefones 077-22310.

No acto da inscrição será fornecido às equipas o reglamento do torneio e as regras do jogo. Todas as equipas terão prémios de presença e as equipas finalistas receberão valiosas taças. A equipa vencedora da fase regional conquistará o direito de jogar na final nacional da Festa do «Avante!» em Loures a 10 de Setembro de 1988.

## 1.º Festival Vídeo

O primeiro festival de filmes vídeo admite a concurso filmes de tema livre a cores ou a preto e branco, nos formatos «Betamax», «VHS» ou «U-Matic».

As inscrições são gratuitas e os boletins de inscrição deverão ser solicitados até 30 de Julho para a Festa do Avante! Av. António Serpa, 26-2.º Esq. — 1100 Lisboa, ou para qualquer CT regional do PCP.

Os filmes, no máximo de três por concorrente, devem ser entregues até 30 de Agosto.

Serão atribuídos prémios aos três melhores trabalhos classificados pelo júri, do qual fazem parte Vasco Granja, António Borgia e Pinheiro de Araújo.

Todos os filmes seleccionados serão exibidos durante a Festa do Avante!, em Loures.

## Filatelia

Na zona da ORL (Lisboa) vai haver uma vez mais espaço para os colecionadores. Os camaradas do Sector da Função Pública têm à sua responsabilidade o «Stand Filatélico». Pede-se a todos os camaradas que tenham selos (novos ou usados) que queiram oferecer, que os entreguem nas suas organizações, ou que os façam chegar ao Centro de Trabalho do PCP em Alfama — Largo do Chafariz de Dentro, Lisboa.

## Tomem nota!

O II Festival da Canção Juvenil da Festa do Avante!, cuja final nacional decorrerá num dos palcos da Festa, em 9, 10 e 11 de Setembro, em Loures, está já a movimentar centenas de jovens em todo o país, dado que

estão marcadas algumas finais concelhias e distritais.

### Finais Concelhias

- Coimbra — 16 de Julho — No Parque da Sereia;

- Figueira da Foz — 23 de Julho — em Buarcos, no Largo da Varina;

- Lorvão — 7 de Agosto — no jardim.

### Finais distritais

- Leiria — 9 de Julho — em S. Pedro de Muel, às 21 h.

- Évora — 9 de Julho — em Montemor-o-Novo.

- Braga (conjuntamente com o Porto e região de Trás-os-Montes). 9 de Julho, às 15h, no Espaço da Juventude da Festa da Alegria, em Braga.

- Viseu — 10 de Julho — no parque da cidade, às 15h.

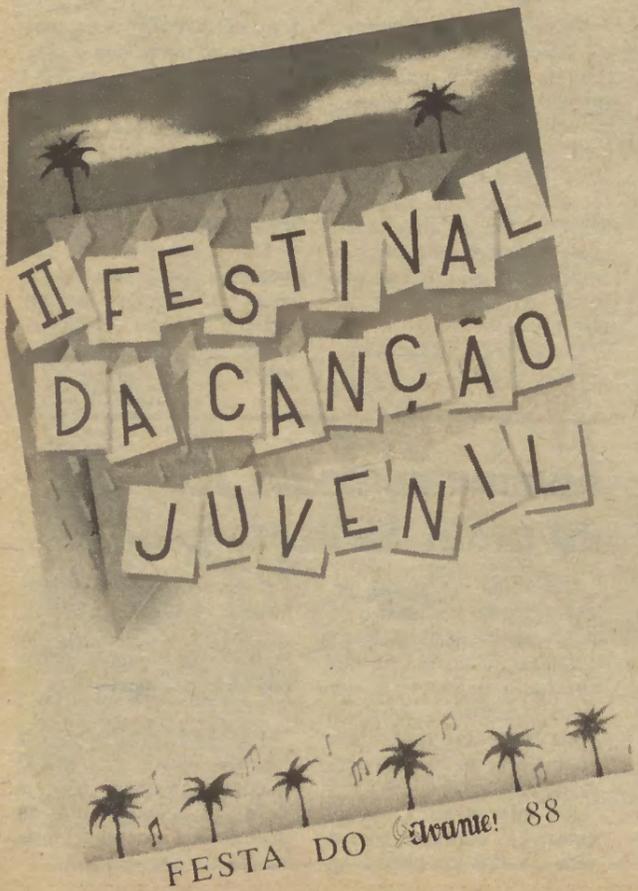
- Guarda — 17 de Julho — nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Seia, às 21 h.

- Setúbal — 30 de Julho — em Sesimbra, às 21 h.

- Castelo Branco — 30 de Julho.

- Aveiro — 14 de Agosto — junto à praia de Espinho.

No distrito de Lisboa, vão realizar-se 3 finais preparatórias: concelho de Lisboa, concelhos de Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra, e concelhos de Loures, Vila Franca de Xira e restantes concelhos do distrito. A final distrital de Lisboa está marcada



PCP

## Distrito de Coimbra

# «Desenvolvimento» assim? Não, obrigado!

## • Comunistas alertam a opinião pública

Sumariamente, pode dizer-se que existem duas maneiras de planear e promover o desenvolvimento regional. **A primeira**, assente na realidade económica e social, dialogando com o Poder Local democrático e com as estruturas sociais representativas, aproveitando ao máximo as potencialidades e os recursos. **A segunda**, assente no poder absoluto dos Ministérios, encarando os distritos como áreas territoriais — pedaços de um mapa onde se riscam alguns empreendimentos e acções, ignorando o seu impacto na vida das populações e localidades. O Governo Cavaco Silva/PSD escolheu claramente esta segunda via, de claro afronto às realidades concretas. E as consequências estão a fazer-se sentir a todos os níveis...

O alerta foi lançado pela Comissão Distrital de Coimbra do PCP em recente conferência de Imprensa. Assumindo uma inequívoca posição em «defesa do distrito e do seu desenvolvimento», os comunistas de Coimbra chamam a atenção dos jornalistas e, por seu intermédio, da opinião pública para as «marcas» já visíveis desta orientação do Governo na vida regional. Aqui fica uma síntese, em seis apontamentos, dessa caracterização, devidamente enquadrada por factos exemplificativos que dispensam qualquer comentário.

1.

Reina a descoordenação. Pontificam as intervenções centrais avulsas e desastradas, porque desinseridas da realidade. Exemplos:

- Lançamento da via rápida Bencanta-Taveiro (auto-estrada n.º 1), sem ter acessos a povoações, trânsito local, rede de transportes públicos, etc.
- Ameaça de extinção do ramal ferroviário **Pampilhosa-Figueira da Foz** e a supressão já realizada de comboios diários.
- Projecto obsoleto de construção do dique de protecção (obra do Mondego — margem direita), que conduziria à expropriação de inúmeras explorações agrícolas.
- Total desadequação do processo de emparcelamento à estrutura fundiária e formas de exploração da terra existentes.
- Delapidação de dinheiros públicos (cerca de 500 000 contos) na reformulação da obra do Mondego, por não se ter atendido à opinião dos agricultores, nomeadamente

quanto à rentabilidade da produção de arroz.

- Desarticulação de grandes empresas nacionais, implantadas no distrito, através das tentativas de privatização dos seus sectores mais rentáveis (EDP, Centralcer, Cimpor, CTT), etc.
- Contradições sucessivas, desinformação e retardamento no lançamento da distribuição e abastecimento de gás natural, de grande importância energética para o distrito de Coimbra.
- Os gravíssimos problemas de trânsito da capital do distrito colocam como reclamação imperiosa a eliminação de tarifa de portagem no troço de auto-estrada entre Trouxemil e o futuro nó de Taveiro.

2.

Perpetua-se o abandono, o desleixo e o desaproveitamento de recursos. Acentua-se o isolamento de muitas povoações.

- Subalternização da Figueira da Foz no quadro da linha férrea do Oeste.

- Deterioração das condições de segurança do material circulante no ramal ferroviário da Lousã.
- Atraso na construção e rectificação da via rápida **Figueira da Foz-Coimbra**; estrada nacional 17-1 (Segade-Miranda do Corvo-Tomar); e da EN 17 (S. Miguel de Poaires e Catraia dos Poços).
- Alheamento em relação à ligação da via rápida Trouxemil-Raiva, à vila de Penacova, e da ligação rodoviária por ponte de Lares (Figueira da Foz) aos concelhos de Montemor e Soure.
- Péssimo estado do piso, entre outras, das estradas 111 (troço Figueira da Foz-Maiorca), EN 107 (Figueira da Foz-Areeiro) e EN 342 (Lousã-Miranda do Corvo-Condeixa).
- Total desprezo pelos transportes urbanos de Coimbra, pelo importante serviço supraconcelhio que prestam pela sua viabilização financeira.
- Intervenção tardia na protecção do Paúl de Arzila e não construção da comporta de defesa desta reserva natural, sua fauna e flora (ver apontamento nesta página).
- Inexplicáveis atrasos na construção e equipamento da ETAR de Coimbra.
- Não resolução dos graves problemas de poluição das valas que correm para o «rio velho» (exemplo alarmante do envenenamento do pesqueiro do Poço da Cal).
- Desaproveitamento das enormes potencialidades turísticas ou outras, das zonas adjacentes às albufeiras das barragens da Raiva e Agueira.
- Inoperância da Comissão Regional de Turismo face às imensas potencialidades turísticas de todo o distrito.

3.

Agrava-se a desertificação do interior do distrito, e com ela acentuam-se as assimetrias regionais.

- Grave recessão do sector das madeiras na Lousã (encerramento da Viufil, Palmonego, Intramafa, Carpinteiros Reunidos).
- Séria ameaça de destruição da propriedade comunitária dos baldios.
- Ausência de uma política coordenada e eficaz de prevenção e combate aos fogos florestais e de repovoamento florestal adequado.
- Agravamento das condições de apoio aos produtores de queijo da serra.
- Quase paralisação da actividade industrial da zona serrana.
- Supressão de circuitos de transportes públicos na Lousã, e não criação de outros de reconhecida necessidade, designadamente em Penacova.
- Escassez de apoios ao riquíssimo artesanato.

4.

Aumenta a penetração de capitais estrangeiros e com ela a sucção de recursos e mais valia aqui produzidos, como sucede com grandes empresas químicas (**Celbi** e **Soporcel**) maioritárias de capital sueco e inglês, do sector vidreiro (**Vidreira do Mondego**) — capital espanhol e francês. Registem-se ainda os interesses recentemente manifestados por investidores belgas na indústria naval.

A compra de terrenos agrícolas do Baixo Mondego por estrangeiros é hoje outra realidade regional.

5.

As autarquias do distrito mantêm-se numa posição passiva, não assumem a defesa dos seus interesses e das populações da região, e só quando muito pressionadas esboçam alguma reivindicação ao Governo.

- Esta atitude de passividade e colaboracionismo é tanto mais grave, quanto é certo que os interesses das autarquias do distrito estão a ser duramente atingidas:

- pela redução real de verbas do FEF
- pelas sucessivas transferências para os Municípios de vultosos encargos, em áreas da responsabilidade da administração central — transportes escolares (70 000 contos em Coimbra, 40 000 contos na Figueira da Foz).
- Tentativa de empurrar para as Câmaras a resolução dos graves problemas de habitação social, recuperação de imóveis degradados, saúde, ensino e cultura.

6.

A CCRC — Comissão Coordenadora da Região Centro — desempenha o papel principal de boicote à Re-

gionalização e influência na vida das autarquias.

- Não existe um plano regional elaborado com a participação dos órgãos eleitos pelas populações; pelo contrário a CCRC, ilegitimamente, chama a si atribuições e decisões, cilindrando os órgãos do Poder Local democrático.
- Todas as candidaturas aos fundos estruturais europeus são filtradas pela CCRC.
- O recente decreto-lei do Governo sobre o **Plano Regional de Ordenamento do Território** colocam na inteira dependência do Ministério do Plano a elaboração destes planos, com a agravante de subordinar os futuros planos directores municipais à obediência a estes PROT's.
- Esta política autoritária e centralista coloca mais do que nunca, na ordem do dia, a necessidade imperiosa da instituição das regiões administrativas, previstas na Constituição, dirigidas por órgãos eleitos pela população e com poderes na elaboração do planeamento e no acompanhamento do desenvolvimento regional.



## «Jornal de Notícias» aposta forte e feio na campanha anti-PCP

«A secção política do Jornal de Notícias (JN) continua a silenciar e a censurar posições políticas do PCP», diz a Direcção Regional do Porto (DORP) do PCP em breve nota divulgada pelo seu gabinete de Imprensa, onde se esclarece:

1. Como é do domínio público os responsáveis pela secção política do «JN» enveredaram abertamente pela campanha em curso contra o PCP, recorrendo à técnica do «anonimato» ou da «clandestinidade» das fontes, para dirigirem contra um partido e os seus dirigentes as invenções delirantes, as falsificações políticas e ideológicas mais grotescas, e toda a variedade de mentiras e calúnias, elaboradas por conhecidas (e internacionalizadas) centrais da contra-informação.

2. A DORP do PCP, em nota de 26 de Junho, reagiu de imediato à inqualificável tentativa de atribuir materiais provocatórios em relação ao PCP e a um seu organismo, ao mesmo tempo que confrontou esse procedimento com a continuada prática de silenciamento e de censura que os responsáveis pela secção política do «JN» têm

vindo continuamente a adoptar em relação às posições e à actividade do PCP.

3. Mais uma vez, porém, a nota da DORP do PCP foi em grande parte censurada pelos responsáveis da secção política do «JN», que assim quiseram ocultar o seu conteúdo aos leitores do jornal e impedir que estes fizessem o seu próprio juízo.

4. Em face disso, na segunda-feira, dia 27, a nota da DORP foi entregue no «JN» para publicação sob a forma de publicidade paga.

Passaram já duas edições em relação à data para a qual o anúncio foi inserido e pago, sem que tivesse lugar a sua publicação.

5. Apesar das constantes diligências realizadas pela DORP do PCP junto da direcção do «JN», nenhuma explicação foi dada para o facto desta ter impedido a sua inserção no jornal por

parte da secção de publicidade.

Sublinhe-se, ao mesmo tempo, o facto de a direcção do «JN» não ter ouvido o conselho de redacção do jornal, a que nos termos legais em vigor é obrigada, para poder suspender a inserção de qualquer material publicitário.

6. A DORP do PCP, ao mesmo tempo que renova o seu mais veemente protesto contra a continuação de práticas de silenciamento e de censura de posições políticas do PCP, por parte da secção política do «JN», não pode deixar de considerar a extrema gravidade que assumirá, a manter-se a decisão ilegal da direcção do JN, censurar o anúncio com a nota da DORP que havia sido recebido e cobrado pelo jornal.

A DORP do PCP anuncia, a concluir, que recorrerá a todas as formas políticas e judiciais ao seu alcance, para que seja reposta a legalidade e posto termo a práticas de manipulação e de censura, e defendido o direito democrático à informação livre, objectiva e pluralista.

## Paúl de Arzila

A criação da reserva natural do **Paúl de Arzila** veio coroar de êxito a luta desenvolvida pela população local em conjunto com a autarquia (Junta e Assembleia de Freguesia), sublinha a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP, que acrescenta:

Para isso muito contribuiu a acção, a investigação e a divulgação do Departamento de Zootecnia da Universidade de Coimbra, assim como a dinâmica Junta de Freguesia de Arzila e a apresentação de um projecto-lei, em Março de 1986, pelo PCP e pelo partido «Os Verdes».

O atraso na demarcação da reserva e da sua concretização é da responsabilidade do PSD e do Governo que protelaram a discussão na Assembleia da República, provocando enormes prejuízos.

Entre outros, há que salientar os causados pela poluição dos efluentes de uma empresa de carnes e os resultantes das obras do Mondego.

Em devido tempo, através do nosso deputado eleito pelo distrito, levantámos esta questão na Assembleia da República, propondo a construção de uma comporta para manter o nível das águas, essencial à manutenção das espécies do Paúl, assim como a conservação do bunho e do caniço, indispensáveis ao artesanato local.

O Ministério das Obras Públicas comprometeu-se a fazer esta obra, o que até ao momento não aconteceu.

Consideramos que foi dado um passo importante com a criação da reserva, mas não é de mais alertar a população e as entidades preocupadas com a defesa da reserva natural do Paúl de Arzila que urge levar a cabo as obras necessárias, evitando a sua degradação, para que não se torne mais difícil a sua recuperação.

A Comissão Concelhia de Coimbra do PCP congratula-se com a importante vitória obtida pelos órgãos autárquicos e pela população de Arzila na defesa da reserva natural do Paúl.

## Internacional

## Hanover Cimeira da CEE

A cimeira de Hanover, que reuniu os chefes de Estado e de Governo dos países da CEE, terminou com uma solução de compromisso para uma questão considerada de particular importância para os interesses do grande capital na Europa — a união económica e monetária.

Concretamente foi criada uma comissão para estudar a «realização progressiva da união económica e monetária», presidida por Jacques Delors. Esta comissão tem o prazo de um ano para apresentar propostas — que deverão ser debatidas na próxima Cimeira, em Madrid.

O carácter de compromisso da solução adoptada, deve-se, antes do mais, às contradições que lavram entre os países em que são mais fortes as posições do capital.

Na RFA, o próprio Banco Central se havia publicamente pronunciado com grandes reservas quanto à possibilidade de vir a ser criada uma moeda única na Comunidade. Tecendo reservas ainda maiores quanto a um Banco Central europeu.

Da parte da Grã-Bretanha, Margaret Thatcher previamente havia advertido que não aceitaria qualquer acordo que fosse mais longe que a criação desta comissão. E é de lembrar aqui, que a libra esterlina não faz ainda parte do Sistema Monetário Europeu (SME).

As contradições entre os diferentes sectores do grande capital europeu estão à vista, o que não nos deve le-

var entretanto a subestimar os interesses estratégicos que simultaneamente os ligam.

Mas de par das contradições e acertos mais ou menos difíceis, uma outra questão de fundo está subjacente a todos estes debates — a chamada **coesão económica e social**, que diz respeito aos países considerados periféricos. Ou seja aos países que no quadro do desigual desenvolvimento do capitalismo, têm posições mais fracas e ficam assim reduzidos a uma posição de dependência. Com elevadíssimos custos para os seus trabalhadores. Custos que entretanto tão pouco poupam os trabalhadores dos países «ricos» da CEE.

# Os planos do capital e a miragem da coesão



A política do capital atrai um número crescente de famílias para condições de vida particularmente difíceis.

## A dimensão económica e social. Que coesão?

A realidade concreta desmente todas as promessas e teorias respeitantes a uma progressiva aproximação dos níveis, no plano económico, entre os países da CEE.

Em 1974 e 1975 foram criados o FEDER (Fundo Eu-

ropeu de Desenvolvimento Regional) e o Comité de Política Regional.

Estes dois organismos têm como objectivo oficial a correcção dos desequilíbrios regionais, que nomeadamente resultam do próprio alargamento da CEE, de um crescimento desequilibrado e da situação monetária.

Quais os resultados entretanto obtidos?

Já em 1976 era sensível o agravamento das disparidades regionais. Em 1977, a CEE constatava «grandes e crescentes disparidades» e em 1980 falava de «diferenças manifestamente consideráveis».

Recentemente a Comissão sobre a situação e a evolução socioeconómica das regiões da Comunidade divulgou o seu relatório.

Nesse relatório constata-se que os desequilíbrios entre as regiões assumem um carácter dramático. O índice relativo à região mais desfavorecida é de 36,9 enquanto o índice atribuído à mais favorecida é de 171,8 (números que falam por si independentemente do conhecimento da base da sua definição). Mais, em 1986 os desequilíbrios regionais sofreram novo agravamento.

As taxas de desemprego situavam-se entre os 3,3% e os 30,2% e o PIB (produto nacional bruto) por habitante oscilava entre os 43,2% e os 237,4% para as zonas economicamente mais fortes.

Note-se que estes números e estes factos não revelam entretanto uma outra realidade: os custos sociais do pulso livre para o capital não atingem apenas os trabalhadores dos países mais dependentes no quadro da economia capitalista, no seio da CEE. Mas também os trabalhadores dos países dominantes na Comunidade.

É de referir aqui o exemplo da RFA, por ser particularmente significativo. E. Breit, presidente do DGB, central sindical oeste-alemão, referiu-se recentemente ao dramático problema do desempregado de longa duração.

E. Breit revela que actual-

mente, na RFA, um desempregado em cada três fica sem trabalho mais de um ano, e que essa percentagem está em constante aumento. Acresce que o governo de Bona não toma as medidas adequadas. Pelo contrário. Os meios actualmente consagrados à ajuda social aos desempregados são iguais aos de 1982, enquanto o número de desempregados aumentou de 400 000 só em 1986.

## O relatório da Comissão de Bruxelas

O relatório oficial, directamente encomendado pelo presidente da Comissão de Bruxelas, Jacques Delors, e de que as conclusões foram recentemente divulgadas (mas de forma bem estrita...) — é particularmente esclarecedor quanto às consequências previstas como resultado da aplicação da política promovida pelo grande capital na CEE, na perspectiva do famoso marco de 1992.

O relatório reconhece o crescimento «considerável do poder desestabilizador do movimento dos grandes capitais especulativos» e afirma que se deve esperar o «agravamento dos desequilíbrios regionais e a redução mais radical de sectores industriais inteiros».

Os especialistas prevêem, oficialmente, a supressão de 100 000 postos de trabalho em cada ano em França, 80 000 na Bélgica, e uma quebra do emprego na RFA da ordem dos 4%.

Da lógica que enforma esta política, fala-nos com clareza bastante o relatório económico anual da comissão, referente a 1985-1986.

«A recente melhoria da remuneração relativa do capital relativamente à do trabalho prossegue ao longo de um bom número de anos», afirma-se no relatório. O objectivo é expresso da forma mais directa: é preciso que «a política prevista de moderação salarial (...) aumente a rentabilidade das empresas». No relatório económico de 1986-

-87 explicita-se a necessidade de proceder de forma que os assalariados possam «melhor aceitar um crescimento moderado dos salários reais e uma maior adaptabilidade do mercado do trabalho».

É esta a lógica do capital. E não apenas na Europa da CEE.

Reproduzimos aqui esclarecedoras palavras de Jesse Jackson, palavras de denúncia da realidade socioeconómica nos EUA.

«Em 19 de Outubro — diz Jackson — deu-se a derrocada do mercado financeiro. Mas antes da derrocada do mercado financeiro deu-se a derrocada de 600 mil famílias de agricultores. Deu-se a derrocada dos operários do sector automóvel. Deu-se a derrocada dos trabalhadores da construção civil. Deu-se a derrocada da igualdade das mulheres. Deu-se a derrocada das bolsas de estudo para os jovens. Deu-se a derrocada da assistência social».

E Jesse Jackson perguntava: «Onde vão parar os vossos postos de trabalho? Os vossos empregos não passam dos homens para as mulheres, dos brancos para os negros, de Nova Iorque para a Carolina do Sul. Os vossos postos de trabalho foram parar à Coreia do Sul, a Taiwan, à África do Sul, ao Haiti, ao Chile. E porque é que os empregos foram transferidos para a Coreia do Sul? Será porque o trabalhador americano não é produtivo, não é qualificado, não trabalha no duro? Não, não se trata disso. Os trabalhadores da Coreia do Sul não têm o direito ao voto, não se podem organizar num sindicato, não podem fazer manifestações. Mas cuidado, não são os sul-coreanos que nos tiraram o emprego, foi a General Motors que lhes deu, e com incentivos do governo».

A política do capital é a mesma por toda a parte. Contra tal política cresce a luta dos trabalhadores nos diferentes países capitalistas. Em condições favoráveis a uma maior unificação de esforços.

## As percentagens do desemprego de longa duração relativamente à percentagem de desemprego total em 1983-85

PAÍS	1983	1984	1985
RFA	38,4	43,4	46,9
França	39,6	39,1	43,8
Itália	54,6	60,5	63,6
Países Baixos	46,9	—	56,4
Bélgica	64,1	67,1	68,3
Luxemburgo	32,7	29,2	36,8
Reino Unido	44,8	45,5	48,7
Irlanda	35,3	44,5	62,2
Dinamarca	32,2	30,9	32,0
Grécia	32,3	37,1	43,4
Espanha	52,5	53,4	56,3
Portugal	45,2	43,5	48,4

## PC Finlândia, 70 anos

### • Saudação do PCP

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista da Finlândia, a mensagem que transcrevemos.

Queridos Camaradas,  
Por motivo da passagem do 70.º aniversário do Partido Comunista da Finlândia, o Comité Central do Partido Comunista Português envia-vos calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses, fazendo votos para que as celebrações do importante acontecimento possam dar um contributo para o reforço da unidade dos comunistas finlandeses, para que o Partido Comunista da Finlândia tenha novos sucessos na sua luta em defesa dos interesses da classe operária e da democracia, pela paz e o socialismo.

Os comunistas portugueses vêm seguindo com interesse a vossa longa e difícil luta contra a exploração capitalista, em defesa dos interesses dos trabalhadores, dos camponeses e outras camadas laboriosas da população, contra o desemprego, pelo progresso social, em defesa da independência nacional.

Graças às iniciativas de paz da URSS e dos outros países socialistas, à luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo, criaram-se condições para operar uma viragem na situação internacional no sentido do desenvolvimento nuclear de que é exemplo o Tratado de eliminação das armas nucleares de curto e médio alcance. O PCP considera da maior importância agir para o reforço

da solidariedade e da cooperação de todas as forças da paz, da independência nacional, do progresso social e do socialismo. Neste contexto, cabe ao movimento comunista e operário internacional um papel insubstituível na luta pela defesa da paz e do progresso social, não obstante as dificuldades de ordem objectiva e subjectiva que urge ultrapassar.

Renovando as nossas calorosas saudações aos comunistas finlandeses pelos 70 anos do Partido Comunista da Finlândia, e fazendo votos para que todos os actos comemorativos sejam coroados de sucesso, expressamos os nossos desejos de que prosigam e se reforcem as relações de amizade e solidariedade entre os nossos dois Partidos.

## Internacional

## Vietnam

## Um país em transformação

A terceira sessão da Assembleia Nacional vietnamita, realizada no passado mês de Junho, terminou há dias, no fim de debates largamente abertos à imprensa, de que resultaram importantes decisões.

Foi aprovada uma resolução sobre a emenda do prefácio da Constituição. Aprovadas ainda alterações ao processo penal e à lei das nacionalidades. Pela primeira vez, a Assembleia procedeu à escolha, por voto secreto, do novo chefe do governo. Foi eleito o camarada Do Muoi, com 60 por cento dos votos. Praticamente em simultâneo reuniu a 5.ª sessão do Comité Central do Partido Comunista Vietnamita (PCV).

A reunião, que decorreu entre 14 e 21 de Junho, destinou-se em particular ao debate de problemas do Partido (as quatro anteriores foram dedicadas a problemas económicos). Em causa a criação das condições para que o Partido corresponda às grandes exigências impostas pela reorientação política decidida no 6.º Congresso, de Dezembro de 1986.

A análise feita da acção do Partido ao longo dos 13 anos que se seguiram à libertação, tem um sentido profundamente autocrítico.

Referem-se os esforços desenvolvidos para resolver os grandes problemas de um país subdesenvolvido e profundamente marcado pela guerra. Mas também, por outro lado, os erros no plano económico e social, e as suas «graves consequências».

## Na linha do 6.º Congresso

A reunião do CC sublinha a importância do 6.º Congresso, que abriu novas perspectivas e levantou a questão da democratização da vida política, registando os primeiros progressos nesse sentido.

«Que se passa com a renovação no Vietname?», foi a questão-chave colocada pelo novo chefe de governo,

Do Muoi, na conferência de imprensa que se seguiu à sua eleição.

Do Muoi apresentou como objectivo actual a construção do socialismo nas condições de um país numa situação de grande atraso, e na base de uma «renovação em todos os domínios».

Nas palavras de Do Muoi, trata-se de alcançar uma «eficácia muito maior na economia», para o que «devemos desenvolver a democracia (...) respeitar verdadeiramente o direito de dono colectivo do povo».

«Se fizermos isso — sublinhou o novo chefe de Estado vietnamita — obteremos uma força invencível», porque é este «o elemento decisivo do nosso sucesso.»

Neste caminho, já alguns passos foram dados. Foram tomadas decisões no que respeita à autonomia da gestão na produção, ao regime de empreitada na agricultura, ao alargamento da liberdade de criação no domínio cultural.

Outras questões estão hoje em debate, nomeadamente no domínio económico, em relação à imprensa e à democracia política.

## Kampuchea

No último dia de Junho, o comandante-chefe vietnamita no Kampuchea, general Le Ngoc Hien, e cerca de 300 outros oficiais vietnamitas,



Para atenuar os riscos de más colheitas numa agricultura dominada pelo arroz, o Vietnam começou a cultivar milho. Mas ainda em quantidades insuficientes.

regressaram a Ho Chi Minh, no quadro da retirada do alto comando militar vietnamita do Kampuchea.

Cerca de 13 mil soldados regressaram já ao Vietname e cerca de 50 mil deverão retirar até ao fim deste ano.

Trata-se de medidas muito concretas, da iniciativa do Vietname e do Kampuchea, no sentido de contribuir para a criação de condições para o estabelecimento da paz na zona e a solução política dos problemas do Kampuchea. Medidas cuja decisão radica também naturalmente na própria evolução da situação sociopolítica e militar no Kampuchea.

Na já referida conferência de imprensa, Do Muoi defendeu a solução negociada dos conflitos regionais, nomeadamente no que se refere aos problemas pendentes entre o Vietname e a China, e ainda uma melhoria do relacionamento do Vietname com os países da Associação dos

Países do Sudeste Asiático (ASEAN) — Brunei, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia.

No próximo dia 25, deverá realizar-se em Bogor, localidade indonésia a 60 quilómetros de Djakarta, uma reunião informal para debater uma solução política para o Kampuchea.

Nesta reunião deverão participar todas as partes interessadas, nomeadamente o Vietname segundo o ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros. A reunião conta com o apoio dos países da ASEAM.

Ninguém espera caminhos fáceis. Mas sem dúvida que passos estão a ser dados para abrir caminhos à paz e à solução dos múltiplos problemas dos povos do sudeste asiático. Apesar dos inevitáveis e previsíveis obstáculos. Porque bem se sabe que há quem não esteja interessado no livre e independente direito de opção dos povos.

## Limitação dos ensaios nucleares

Terminou no passado dia 1 em Genebra a segunda volta das conversações soviético-americanas sobre a limitação de ensaios nucleares, com o ultimato dos preparativos para a realização de experiências conjuntas nos polígonos dos dois países, nos termos do acordo assinado na cimeira de Moscovo, que venham a definir processos fidedignos de controlo do cumprimento do tratado de limitação dos testes nucleares subterrâneos de 1974.

Segundo os participantes, nas conversações foram alcançados «progressos notáveis» na elaboração do protocolo relativo ao controlo do tratado sobre explosões nucleares subterrâneas com fins pacíficos, de 1976, o qual não necessita dos resultados da experiência conjunta, esperando-se assim que na próxima volta de conversações o protocolo, de que agora se acordaram as cláusulas fundamentais, fique concluído.

O acordo assinado na cimeira de Moscovo prevê, designadamente, que as partes realizem, no âmbito da experiência, duas explosões, uma no polígono americano do Nevada (em Agosto) e outra no polígono soviético de Semipalatinsk (em Setembro), cuja potência entre 100 e 150 quilotoneladas será medida por dois métodos — tele-sismológico e hidrodinâmico — o que permitirá tirar conclusões objectivas sobre o futuro sistema de controlo.

## Agente da CIA em tribunal

O ex-agente da CIA na Costa Rica, Jose Fernandez, um dos participantes na operação secreta da Casa Branca de fornecimento de armas ao Irão e transferência das verbas assim obtidas para os «contras» da Nicarágua, vulgarmente designada por «Irangate», foi chamado a comparecer em tribunal, acusado de conspiração, falsos testemunhos e violação da proibição de fornecimento de armas aos «contras», decretada pelo Congresso dos EUA em 1984.

A acusação refere que Jose Fernandez, dirigente da rede de espionagem da CIA numa série de países centro-americanos de 1984 a 1986, contribuiu para a criação na Costa Rica de um aeródromo secreto que serviu, de porto de transbordo nas operações de fornecimento de armas e munições aos «contras». Mais tarde, indica ainda a acusação, Fernandez procurou impedir a investigação do caso levada a cabo pela Comissão Hower, prestando depoimentos falsos.

Segundo aquele documento, Fernandez manteve estreitos contactos com Oliver North, ex-funcionário do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, e com o general reformado Richard Secord, contra os quais foram apresentadas acusações, análogas às apresentadas contra John Poindexter, ex-cessor do presidente dos EUA para a segurança e contra o comerciante de armas, Alberthaqim.

De salientar que o processo judicial contra aqueles quatro inculcados tem sido constantemente adiado sob diferentes pretextos. Os advogados de Fernandez declaram que ele está inocente, dado que se limitou a cumprir ordens superiores, afirmando mesmo que a sua actuação em todo este processo «não contradisse a política oficial dos Estados Unidos».

## Prossegue campanha contra o Panamá

A campanha de desestabilização contra o Panamá prossegue, afirmou no México o ministro dos Negócios Estrangeiros panamiano, que acusou os EUA de procurarem, através da pressão sobre as autoridades e das sanções económicas, impor naquele país um governo obediente a Washington.

A «Prensa Latina» informou entretanto que uma alta patente da CIA chegou clandestinamente ao Panamá, com o objectivo de restabelecer contactos com a oposição e coordenar acções hostis contra o governo de Solis Palma.

O nome do coronel Denis Cafrey, um dos arquitectos do golpe militar fascista no Chile, em 1973, é apontado como o mais provável. Um telefonema anónimo feito para aquela agência acrescenta que o referido oficial é portador de 85 mil dólares para a oposição.

Por outro lado, segundo anunciou o jornal «La Crítica», os EUA decidiram evacuar, este mês, o pessoal da sua embaixada no Panamá o que, aliado à chegada ao país de mais três mil militares norte-americanos, faz prever um agravamento da situação.

## EUA abatem avião civil iraniano

Os Estados Unidos admitiram no domingo que a sua força naval estacionada no Golfo abateu «acidentalmente» um avião das linhas aéreas iranianas, com 290 passageiros e oito tripulantes a bordo.

A agência de informação Irna anunciou entretanto que os destroços do avião foram localizados, não havendo dúvidas de que foi atingido por dois mísseis terra-ar norte-americanos, que provocaram a morte de 298 pessoas que nele seguiam.

## Grã-Bretanha

## Mais privatizações

O conjunto dos estaleiros navais britânicos nacionalizados «British Shipbuilders» vai ser privatizado no prazo de um ano pelo governo conservador de Margaret Thatcher. Uma privatização que se segue à venda dos estaleiros de Govan, na Escócia, ao grupo norueguês Kvaerner.

Concretamente — e para além de outras razões de fundo para a política de privatizações que tem vindo a ser seguida — o governo de Thatcher está a equilibrar o orçamento nacional com a venda sistemática do património nacional, de que o sector da electricidade é provavelmente o mais importante.

Actualmente, os senhores da economia britânica dedicam-se preferencialmente à especulação. Especulam nos conselhos de administração da City e/ou nas multinacionais (e note-se que metade das multinacionais europeias são britânicas).

Na City, enquanto em 1968, apenas 15% das transacções em divisas tinham carácter especulativo, actualmente são especulativas 85% dessas transacções.

Simultaneamente crescem os investimentos britânicos no estrangeiro, em particular nos Estados Unidos, onde saltaram de 11,6 mil milhões de libras em 1986 para 18 mil milhões em 1987.

Entretanto o país abre as portas ao capital estrangeiro, do japonês ao norte-americano. Na indústria automóvel, por exemplo, quem comanda é a Ford, General Motors e PSA e a Rover, o único gru-

po britânico, está associado à Honda.

O quase total desaparecimento das indústrias base (carvão, aço) tornará a economia britânica particularmente dependente do estrangeiro. O que não afecta o capital britânico, pois há muito onde angariar lucros (nomeadamente na indústria de armamento). E na Grã-Bretanha têm vindo a ser criadas as melhores condições para facilitar esses mesmos lucros. Nomeadamente através de legislação altamente repressiva contra os sindicatos e direitos básicos dos trabalhadores, em particular o direito à greve.

Para os trabalhadores britânicos são bem outras as perspectivas.

Em Abril de 1988, novas medidas foram avançadas pelo governo britânico no sentido de «libertar o mercado do trabalho».

Trata-se de uma remodelação do sistema de protecção social, uma diminuição dos impostos sobre os rendimentos mais elevados, e o prosseguimento da reforma do direito sindical.

Com estas últimas reformas, e segundo «The Economist», «um terço dos mais pobres serão ainda mais pobres». Por exemplo, 6 milhões de famílias vão perder total ou parcialmente o seu subsídio de habitação, enquanto um projecto de lei prevê um substancial aumento das rendas.

De acordo com cálculos de investigadores da Universidade de Nottingham, estas alterações atingem 60% dos interessados e beneficiam apenas 17%.

Mais uma vez os trabalhadores pagam caro políticas em defesa de maiores lucros para o capital.

## Internacional

**Jorge Risquet em Lisboa****Peritos preparam projecto de acordo para a paz na África Austral**

As conversações quadripartidas sobre a situação na África Austral vão prosseguir nos próximos dias 11, 12 e se necessário 13, em Nova Iorque, ao nível de peritos, que têm como objectivo elaborar um documento base contemplando os princípios gerais acordados no Cairo.

Se tal reunião tiver êxito, no final do corrente mês realizar-se-á uma reunião de alto nível entre as delegações de Angola, Cuba, África do Sul e Estados Unidos, para se avançar no projecto de acordo para a paz na região.

Estas afirmações foram feitas em Lisboa, na passada segunda-feira, por Jorge Risquet, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista de Cuba, que se deslocou a Portugal, para informar as autoridades portuguesas dos resultados da reunião do Cairo.

Falando numa conferência de imprensa, o representante cubano da delegação conjunta angolano-cubana informou que teve uma «conversa ampla e muito cordial» com o Presidente da República, Mário Soares, bem como encontros com o ministro dos Negócios Estrangeiros e com os secretários-gerais do PSD, PS e PCP, para além de ter sido recebido pela Comissão dos Negócios Estrangeiros da Assembleia da República.

Em resposta a perguntas de jornalistas, Jorge Risquet classificou os combates que tiveram lugar no sul de Angola a 26 e 27 de Junho, imediatamente após a segunda ronda de negociações no Cairo, como uma provocação de Pretória, traduzida num bombardeamento de artilharia seguido de um avanço de uma força sul-africana contra posições angolano-cubanas em Tchiva.

De acordo com Risquet, no dia 26 registou-se um se-

gundo ataque, detido pela aviação angolano-cubana, seguido a 27 de um ataque de retaliação contra a concentração de tropas sul-africanas em Ruacana-Calueque. Destes factos foi dado imediato conhecimento aos governos da URSS e dos EUA.

O dirigente cubano não deixou de se referir às declarações de Pretória sobre as pretensas baixas provocadas às forças angolano-cubanas, classificando-as de uma «fantasia e uma estupidez política».

**Uma fantasia, sublinhou, porque com mentiras não se ganham guerras; uma estupidez política porque afirmar que mataram 200 pessoas, e mais tarde 300, em terra angolana, onde o exército sul-africano não tem o direito de estar, só reforça o seu carácter de força invasora.**

Risquet aproveitou ainda para salientar que **não é o avanço das tropas angolano-cubanas, em território angolano, que representa uma provocação à África**



**do Sul, mas sim a presença sul-africana em Angola que constitui uma provocação.**

Uma provocação, recordou, agravada com a deslocação de Pieter Botha e outros membros do governo racista à zona ocupada no sul de Angola, o que na história apenas encontra paralelo no acampamento de Hitler.

Interrogado sobre as pretensas divergências entre os militares cubanos e o governo de Luanda, de que certa imprensa se tem feito eco, Risquet responderia, com humor: «cabeça com fome sonha com milho», uma forma de dizer que os desejos de certos sectores políticos fazem-nos confundir as suas aspirações com a realidade.

De uma forma muito clara, Jorge Risquet voltou a salientar a posição angolano-cubana sobre a retirada das forças cubanas de Angola: aplicação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU, fim de toda a ingerência sul-africana em Angola e garantias de que

este país não voltará a ser agredido.

**Quinze dias depois de chegarem à Namíbia as forças da ONU — disse Risquet — as forças cubanas a sul do paralelo 13 recuarão para o norte deste, em simultâneo com a retirada das tropas sul-africanas para o sul do rio Orange e depois para a África do Sul, numa movimentação que durará cerca de 17 meses. Entre o 13.º e o 24.º mês do início da retirada, vinte mil soldados cubanos deixarão Angola e, entre o 30.º e o 48.º mês, seguir-se-á a retirada dos restantes efectivos.**

**Esta proposta, sublinhou o dirigente cubano, é firme mas não inflexível, sendo susceptível de pequenas reduções.**

Mas para que se passe das palavras aos actos, salientou, é necessário existir em todas as partes vontade política, o que parece não acontecer ainda com a África do Sul, mas a quem não resta de facto outra alternativa.

**África do Sul****Alarga-se a luta contra o apartheid**

O Conselho das Igrejas Sul-Africanas (SACC) apelou na passada sexta-feira ao presidente Pieter Botha para que ponha cobro aos enforcamentos na África do Sul e para que encare a possibilidade de abolição da pena de morte no país.

O Conselho, liderado pelo reverendo Frank Chikane, revelou que este ano a pena capital foi já aplicada a 74 pessoas, enquanto outras 274 se encontram nas celas da morte, aguardando a sua execução.

Para além de considerar a pena de morte inaceitável, o organismo das igrejas pronunciou-se ainda contra a lei que impede a utilização de fundos estrangeiros, bem como a censura, designadamente à sua revista «Ecu-news».

Tanto a proposta governamental para que os textos da citada revista passem a ser submetidos à aprovação do Ministério do Interior, como o projecto de lei que visa colocar na dependência do controlo estatal o emprego das verbas provenientes do estrangeiro para o auxílio aos pobres — e que representa parte substancial dos fundos das igrejas — foram classificadas pelo SACC de «injustas e inaceitáveis».

Recorde-se que, com estas medidas, o governo racista de Pretória visa impedir qualquer apoio às organizações anti-apartheid, primeiras vítimas da política repressiva sul-africana, ao mesmo tempo que limita as capacidades de intervenção das igrejas, já que considera que «alguns dos líderes eclesiais têm vindo a abusar da sua posição», como afirmou o porta-voz do ministro da Justiça e Ordem Social, Leon Mellet.

Esta posição do Conselho das Igrejas Sul-Africanas, no entanto, vem reforçar o movimento crescente de críticas à política de Pretória, mesmo por parte de importantes sectores da minoria branca.

Sabe-se, por exemplo, que personalidades do Partido Conservador enviaram uma mensagem a Botha, apelando para negociações mais sérias com Angola, de forma a resolver os problemas na África Austral.

A referida mensagem expressa «preocupação pelas vidas dos soldados sul-africanos que têm em território angolano estado a sofrer vergonhosas e humilhantes derro-

tas militares, a pretexto de defender os seus interesses na região».

O Partido Conservador lamenta também que os soldados sul-africanos estejam submetidos a permanentes riscos face à eficácia da força aérea angolana.

Criticando o papel do ministro dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha, e do ministro da Defesa, Magnus Malan, por nas conversações com Angola não terem obtido até ao momento sucessos significativos para alcançar a paz, o comunicado pede a substituição destes por negociadores mais sérios, de forma a encontrar-se uma solução que salvede em primeiro lugar as vidas dos soldados sul-africanos na zona «operacional».

Quase simultaneamente, o arcebispo Desmond Tutu condenou os actos de terror que se registam na África do Sul e propôs a sua mediação entre as autoridades de Pretória e o Congresso Nacional Africano (ANC).

**Enquanto o governo da RAS — afirmou — não concordar em sentar-se à mesa das conversações com os verdadeiros líderes do povo para estudar a questão radical do governo conjunto, no nosso país não cessará a hedionda carnificina. Todos os sul-africanos, disse ainda Tutu na declaração divulgada em Joanesburgo, brancos e negros, querem viver livres do constante medo de se tornarem vítimas da violência.**

**Apelos ao diálogo**

Também a carta de Joseph Manete, a principal «testemunha» de acusação dos «seis de Sharpeville», ao presidente Pieter Botha, está a provocar grande impacto na África do Sul.

Divulgada nos principais jornais sul-africanos, a carta de Manete denuncia abertamente os métodos repressivos usados pela polícia para obter os depoimentos

necessários e solicita ao presidente que ilibe os condenados.

Por seu turno, os advogados dos «seis de Sharpeville» exigiram na segunda-feira ao Supremo Tribunal da África do Sul a revisão do caso, com base no facto dos jovens terem sido condenados à força devido a falsos testemunhos.

Quase simultaneamente, o arcebispo Desmond Tutu condenou os actos de terror que se registam na África do Sul e propôs a sua mediação entre as autoridades de Pretória e o Congresso Nacional Africano (ANC).

**Enquanto o governo da RAS — afirmou — não concordar em sentar-se à mesa das conversações com os verdadeiros líderes do povo para estudar a questão radical do governo conjunto, no nosso país não cessará a hedionda carnificina. Todos os sul-africanos, disse ainda Tutu na declaração divulgada em Joanesburgo, brancos e negros, querem viver livres do constante medo de se tornarem vítimas da violência.**

Também na Namíbia, ilegalmente ocupada pela África do Sul, se registam iniciativas tendentes à pacificação da região. Representantes da recém-formada organização «Plano pacífico namibiano»,

que integra empresários, agrários, advogados, cientistas e intelectuais brancos residentes na Namíbia, iniciaram conversações com a direcção da SWAPO, numa tentativa de alcançarem a reconciliação nacional entre as comunidades brancas e negras da Namíbia.

No último encontro, realizado entre 19 e 21 de Junho passado, em Estocolmo, as partes apoiaram a proposta de se iniciar antes de 29 de Setembro a descolonização do território, bem como a necessidade de aplicar a Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU sobre a independência da Namíbia.

Na ocasião, a SWAPO defendeu que a Namíbia deverá tornar-se um Estado independente e democrático que garanta os direitos e as liberdades fundamentais a todos os cidadãos, incluindo a liberdade individual, a liberdade de consciência e o direito à protecção contra a expropriação da propriedade privada, sem uma indemnização justa.

Todos estes exemplos ilustram as profundas mudanças que se estão a registar na África do Sul e no Sudoeste Africano e que mais cedo que tarde significarão a efectiva liquidação do regime do apartheid.

«No dia 1 de Julho, 14 países africanos desfaldam já a bandeira da independência! Só nos primeiros sete meses deste ano 6 antigas colónias africanas transformaram-se em estados independentes: Togo, Congo Belga, Somálias, Federação do Mali, Madagáscar e Gabão. Dois terços do imenso continente africano estão já total ou parcialmente libertos da vergonhosa dominação colonialista. Entretanto, até ao fim do ano a Nigéria e os Camarões tornar-se-ão também estados independentes, e a luta libertadora prossegue com redobradas energias na Argélia, no Quênia, na África do Sul e nas colónias portuguesas.»

(«O colonialismo está a arder» — «Avante!», VI Série, n.º 291, Julho 1960)

**AVANTE!** PROLETARIOS DE TODOS OS PAÍSES UNIDOS!

Órgão Central do Partido Comunista de Portugal

«A mais três países de África foi reconhecida a independência: Argélia, Ruanda, Burundi, os dois últimos antigas colónias belgas.

A independência da Argélia é um acontecimento de grande significado político. É uma grande vitória do povo argelino, de todos os povos que lutam ou apoiam a luta contra o colonialismo, e uma grande derrota para os colonialistas franceses, para todos os imperialistas.

Ao heróico Partido Comunista Argelino que, como vanguarda da classe operária da Argélia, desempenhou na guerra pela independência uma acção de extraordinária importância, a todo o povo argelino que tão bravamente lutou durante mais de sete anos, de armas na mão, contra os opressores e os fascistas franceses, dirigimos as nossas calorosas saudações. A luta e a grande vitória alcançada pelo povo argelino é mais uma prova de que o fim do colonialismo é uma necessidade histórica da época actual.»

(«A independência da Argélia» — «Avante!», VI Série, n.º 319, Julho 1962)

**AVANTE!**

«Robert Kennedy, candidato à presidência dos Estados Unidos, foi assassinado, precisamente quando acabava de anunciar a sua vitória nas eleições primárias da Califórnia contra o vice-presidente Humphrey, candidato de Johnson. Apesar de ser um representante dos grandes monopólios, Robert Kennedy manifestava-se contra a política do governo de Johnson no Vietnam e contra a segregação racial.

Quatro anos e meio atrás, seu irmão, o presidente John Kennedy, caíra também assassinado. O presumível assassino, Oswald, foi dias depois abatido a tiro na própria sede da polícia de Dallas. Ruby, o executor de Oswald, morreria pouco depois na prisão, em condições suspeitas, levando consigo o segredo do crime. Numerosos amigos de Oswald e Ruby, testemunhas-chave no caso, foram também assassinadas e em condições suspeitas.

A morte dos irmãos Kennedy insere-se numa vaga de assassinatos políticos de que foram igualmente vítimas destacados dirigentes do movimento dos negros, como Malcom Sergeant e o pastor Luther King.

Em todos os casos, as investigações para descobrir os assassinos, os seus cúmplices e instigadores, foram torpedeadas e sabotadas; em todos os casos, antes que a investigação fosse feita, logo foi afirmado que os assassinos haviam agido isolados e não houvera conspiração. E, entretanto, por tudo do pouco que se conhece, os fios da investigação conduzem à própria polícia (FBI), aos serviços secretos (CIA), às organizações fascistas de Walker, aos racistas do Ku-Klux-Klan, às mais altas esferas governamentais...»

(«O assassinato de Robert Kennedy» — «Avante!», VI Série, n.º 393, Julho 1968)



## XIX Conferência do PCUS

— Domingos Mealha —

### Nunca o Palácio dos Congressos viveu uma reunião como esta

**M**uitos delegados à 19.ª Conferência do PCUS que participaram noutras importantes reuniões dos comunistas soviéticos foram unânimes em reconhecer que não havia há muitos anos uma iniciativa em que a discussão fosse tão aberta, a participação tão viva, o debate tão intenso e as intervenções tão sentidas. Isto é, no fundo, um reflexo do resultado mais palpável da *perestroika*: uma grande abertura, uma verdadeira explosão democrática que está decididamente a pôr fim à indiferença, à apatia e aos métodos de comando e administrativos na vida do Partido Comunista e da URSS. A vivacidade dos debates na Conferência

correspondeu à ampla discussão que se trava na União Soviética — e que legitimamente merece a grande atenção que desperta em todo o mundo. Reconhecendo que é na economia que se notam mais dificuldades na aplicação das novas orientações e na obtenção de resultados concretos da *perestroika*, a Conferência foi um exemplo indispensável para esta nova fase do desenvolvimento da URSS, onde a participação dos trabalhadores e das massas é fundamental. As dificuldades, contudo, são muito sérias, mais sérias do que pareciam em Abril de 1985, quando o Comité Central do PCUS definiu os traços essenciais da nova política e, fazendo uma crítica profunda dos erros cometidos — sobretudo nos

últimos 15 a 20 anos —, decidiu avançar para a *perestroika*.

Mas há que reconhecer que também é maior o empenhamento, que é mais ampla a participação nas discussões e a vontade de contribuir na prática para a resolução dos problemas.

A forma como decorreu a Conferência, o estado de espírito e o comportamento dos delegados, as decisões tomadas e a forma como foram recebidas pela opinião pública são motivos fortes para confiar que o PCUS continuará a estar à altura das suas tarefas como vanguarda revolucionária e sairá, com os trabalhadores e o povo soviético, vitorioso desta batalha por uma vida melhor na URSS e por uma paz mais firme no mundo. ■



# A Conferência da democratização

**N**ão duvido de que a 19.ª Conferência do PCUS será conhecida no futuro como a conferência da democratização — afirmou Aleksandr Iákovlev numa conferência de imprensa que deu em Moscovo no final do primeiro dia de trabalhos no Palácio dos Congressos. Aquele membro do bureau político e do secretariado do CC do PCUS considerou esta conferência como um acontecimento de especial significado na história do Partido, ao lado da 7.ª Conferência (1917), do plenário do CC de Abril de 1985, do 20.º e do 27.º congressos. A democratização da vida do Partido e da sociedade em todos os seus aspectos foi, sem dúvida, a questão central da 19.ª Conferência. É nesse sentido que apontam as principais decisões ali aprovadas, foi essa a questão central das intervenções feitas entre 28 de Junho e 1 de Julho. E foi também o espírito da democratização que marcou a forma como decorreram os trabalhos da Conferência.

Cerca de 70 delegados, dos mais de 300 que pediram a palavra (e cujas intervenções serão publicadas), falaram da tribuna da 19.ª Conferência do PCUS. Nas comissões que prepararam os projectos de resolução usaram da palavra 150 delegados.

## Debate muito vivo

Mas os números pouco dizem da verdadeira atmosfera. Pela televisão — que dedicava, como a rádio, largos espaços noticiosos ao relato, em diferido, do que se ia passando

na Conferência, via-se o rosto dos oradores, o entusiasmo como que falavam. Via-se o interesse e as reacções dos delegados. Ouviam-se réplicas — e o próprio secretário-geral estabeleceu várias vezes o diálogo com quem estava na tribuna.

Logo no primeiro dia sucedeu algo inédito nas reuniões realizadas no Palácio dos Congressos: um dos secretários do Comité de Moscovo foi «apressado» — como disse Iuri Skliarov num dos relatos pormenorizados sobre os trabalhos da conferência que fazia diariamente no centro de imprensa. Ou seja, desagrandando aos delegados a forma como ele estava a intervir, prolongaram os aplausos para fazer sentir esse desagrado. Nos dias seguintes houve, contudo, casos semelhantes...

E, tal como no primeiro dia surgiu e foi lido da Mesa um bilhete de um delegado pedindo aos oradores para não desperdiçarem o tempo em relatórios e elogios, também nos outros casos a Conferência reagiu prontamente ao que se ia passando.

Os debates foram muito vivos e houve mesmo acesa polémica, como sucedeu na última sessão a propósito da intervenção de Boris

Eltsin e como já tinha sucedido em relação às intervenções do académico Abalkine e do gestor Kabaídze, entre outras.

Também neste aspecto a Conferência foi um espelho do que se está a passar neste momento em praticamente toda a União Soviética.

Fruto da política da *glasnost* (transparência), os órgãos de comunicação social publicam todos os dias artigos sobre a história da URSS e do PCUS, sobre a reforma económica e as vias a seguir para ultrapassar os problemas actuais, cartas de leitores sobre os temas mais diversos, entrevistas e reportagens a quente.

Nos dias da Conferência pudemos ver longas bichas para comprar os jornais que, com mais páginas que normalmente, reproduziam as intervenções dos delegados. Pelo que vimos na televisão ela é, sem dúvida, uma das armas mais potentes ao serviço da *perestroika*.

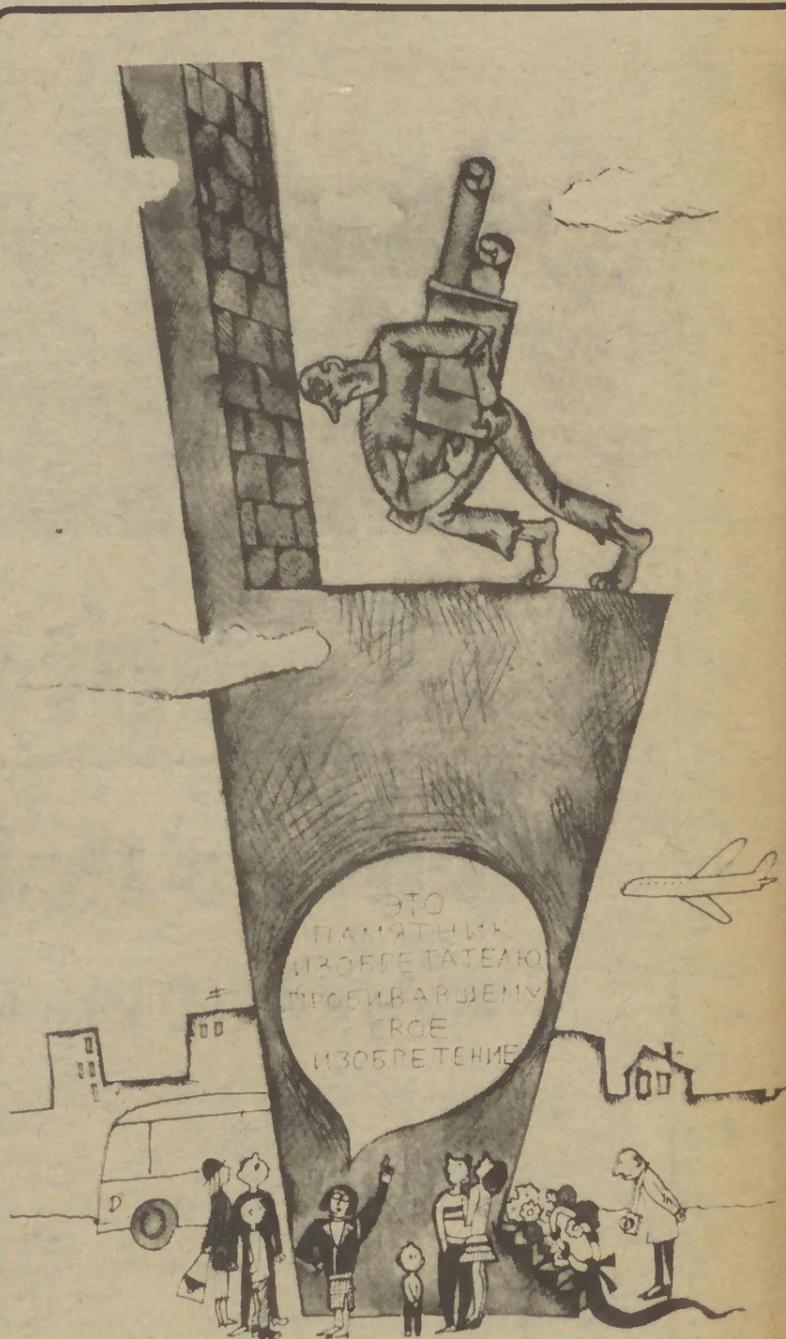
Embora ainda nem todos os soviéticos estejam a participar no processo de transformações revolucionárias e muitos se encontrem numa certa apatia, a verdade é que neste momento a discussão política é in-



Anatoli Utechev, operário metalúrgico do complexo de Ust-Kamenogorski, foi eleito, por proposta dos seus camaradas, delegado à 19.ª Conferência do PCUS. Na foto é o segundo (a contar da esquerda) e está acompanhado de alguns dos metalúrgicos do seu turno, que tem conseguido excelentes resultados



Erbert Kalmus, delegado ao recente Congresso dos kolkhozes, relata aos seus camaradas do kolkhoz «Drujba» (amizade) como decorreram os trabalhos



Trata-se de um monumento aos inventores que tentaram levar avante os seus trabalhos. (Autor: T. Zelentchenko)

tensa e envolve muitos e muitos milhões de pessoas.

## Jornalistas à frente

Parece, contudo, que os intelectuais têm neste momento uma participação mais activa que outras camadas. Na própria Conferência isso se fez, em certa medida, sentir, nomeadamente quanto aos oradores que participaram no debate do relatório do CC (29 funcionários do PCUS, 7 gestores de empresas, 12

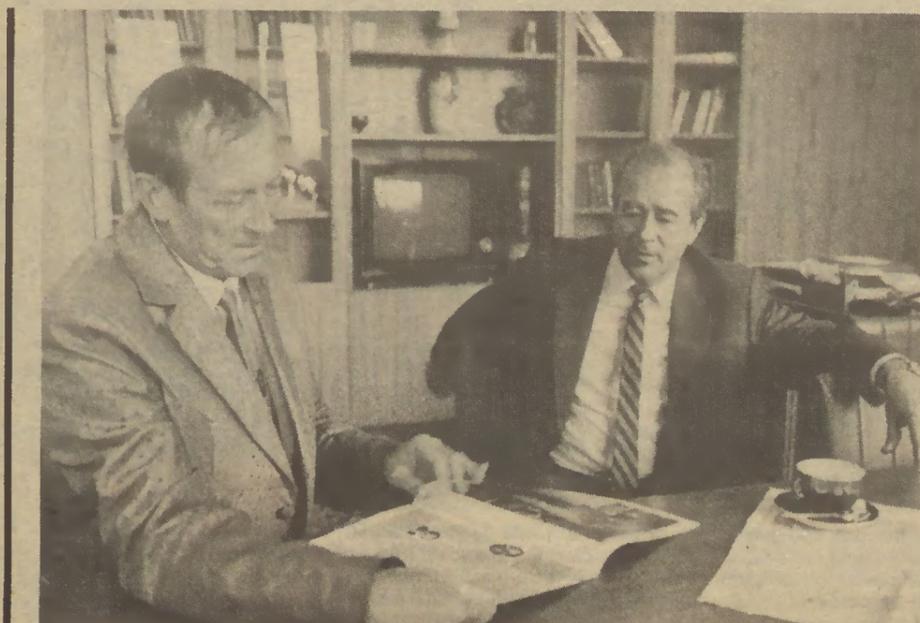


Os novos métodos de gestão económica são objecto de discussão e esclarecimento. Apesar das numerosas dificuldades à sua introdução os êxitos são evidentes: no kolkoz «Kirov» da região de Krasnoarmeiski a rentabilidade cresceu até 33,5 por cento. Na foto, uma reunião dos gestores deste kolkoz: intervém V. Gorbanenko, economista e delegado à XIX Conferência do PCUS

operários, kolkhozianos e técnicos, 17 intelectuais, 7 responsáveis de ministérios e departamentos, de sindicatos, do Komsomol e de outras organizações de massas).

Respondendo a uma pergunta do «Avante!», o director do «Pravda» reconheceu que a intelectualidade, nomeadamente os jornalistas, estão nas primeiras fileiras da perestroika, e citou alguns factos que objectivamente contribuem para isso:

Estamos muito próximos do Estado-maior da perestroika o Comité Central do PCUS; temos muito fortes tradições democráticas, a direcção é colegial; estamos muito ligados às pessoas e à vida; e os jornalistas têm as mãos limpas no que diz respeito a fenómenos como a corrupção, a violação da legalidade e o protecçãoismo. E temos que



O poeta Evgueni Evtutchenko e o redactor-chefe da revista «Ogoniok», Vitali Korotitch discutem destinos da «perestroika». «Temos de expulsar os mitos estalinistas da vida do país. Nas condições de democratização tornamo-nos mais fortes, robustos e mais honestos, o que só reforçará o nosso sistema. Demonstraremos que o socialismo é um regime dinâmico, logo capaz de viver» — considera o redactor-chefe da «Ogoniok»



Nikolai Kravtchenko, à direita, e Anatoli Kholin, à esquerda, lideram a emulação socialista iniciada a propósito da realização da XIX Conferência do PCUS, no complexo metalúrgico de Novolitseiski. De referir que decorreram por todo o país competições deste tipo



# As anteriores conferências do PCUS

A 1.ª Conferência do PCUS realizou-se em Dezembro de 1905 em Tammerfors. Na agenda da Conferência figuraram relatórios sobre as localidades, a situação e a organização do Comité Central, e debates sobre a união de ambas as partes do Partido, a sua reorganização, a questão agrária e o problema da «Duma» de Estado na Rússia (a «Duma» de Estado era o parlamento com o direito de voto consultivo do czar).

A 2.ª Conferência foi promovida em Novembro de 1906 também em Tammerfors. Agenda: campanha eleitoral, Congresso do Partido, Congresso Operário, luta contra a centúria negra e contra os «Pogram» e acções de guerrilha.

A 3.ª Conferência foi convocada em Julho de 1907 em Kotka a fim de debater questões tácticas relacionadas com a dissolução da 2-A «Duma» de Estado e convocação da 3-A «Duma».

A 4.ª Conferência realizou-se em Novembro de 1907 em Helsingfors. Figuraram na agenda as questões da táctica a seguir pela bancada do Partido na «Duma» de Estado, dos centros faccionários, do reforço dos contactos do CC com as organizações locais do Partido e da participação na imprensa burguesa.

A 5.ª Conferência foi promovida em Dezembro de 1908 em Paris. Agenda: relatórios do Comité Central e das organizações territoriais do Partido, debate da situação política e das tarefas do Partido sobre a bancada do Partido na «Duma» de Estado, questões organizativas, união local com organizações nacionais e assuntos do Partido no estrangeiro.

A 6.ª Conferência realizou-se em Janeiro de 1912 em Praga. A agenda da Conferência constou de 13 pontos, entre os quais figuraram relatórios sobre a situação nas localidades, as eleições para a 4-A «Duma» de Estado, a bancada do Partido na «Duma», o movimento grevista, as tarefas do Partido no combate à fome e a literatura partidária, entre outras questões.

A 7.ª Conferência realizou-se em Abril de 1917 em Petrogrado. Figuraram na agenda 12 questões, entre as quais o debate da situação, uma conferência de paz, a atitude para com os soviets, revisão do programa do Partido, a situação na Internacional e as novas tarefas, a questão agrária e o problema das relações entre as nacionalidades.

A 8.ª Conferência foi promovida em Dezembro de 1919 em Moscovo. Agenda: relatório político e organização do Comité Central, debate

da situação internacional, o poder soviético na Ucrânia, estatutos do Partido, o trabalho no seio dos recém-admitidos no Partido e a crise de combustíveis.

A 9.ª Conferência realizou-se em Setembro de 1920 em Moscovo. Agenda: relatório dos representantes dos comunistas polacos, relatórios político e organizativo do Comité Central, as novas tarefas da construção partidária, relatório sobre o 2.º Congresso da Internacional Comunista.

A 10.ª Conferência foi convocada em Maio de 1921 em Moscovo. Agenda: política económica (imposto de géneros alimentícios, cooperativização, reforma financeira e pequena indústria), papel desempenhado pelos revolucionários socialistas e os mencheviques, 3.º Congresso da Internacional Comunista, e relatórios sobre o trabalho no seio dos sindicatos e as tarefas imediatas enfrentadas pelo Partido no seu trabalho organizativo.

A 11.ª Conferência foi promovida em Dezembro de 1921 em Moscovo. Agenda: tarefas do Partido relativas à reconstrução da economia, da indústria, da agricultura e da cooperativização, resultados preliminares da depuração do Partido e

questões da Internacional Comunista.

A 12.ª Conferência realizou-se em Agosto de 1922 em Moscovo. Figuraram na agenda questões relativas à situação internacional, aos sindicatos, ao trabalho do Partido no seio das cooperativas, aos partidos e correntes anti-soviéticos, ao trabalho da secção de estatutos, à melhoria da situação material dos membros do Partido e ao 4.º Congresso da Internacional Comunista.

A 13.ª Conferência foi convocada em Janeiro de 1924 em Moscovo. Agenda: tarefas imediatas da política económica, problemas da edificação partidária e situação internacional.

A 14.ª Conferência realizou-se em Abril de 1925 em Moscovo. Agenda: questões da organização do Partido sobre a cooperativização, o imposto agrícola, a indústria de metais e a legalidade revolucionária.

A 15.ª Conferência realizou-se em Outubro e Novembro de 1926 em Moscovo. Figuraram na agenda da Conferência questões referentes à situação internacional, à situação económica do país e às tarefas do Partido, aos resultados do trabalho e às tarefas imediatas dos sindicatos,

à posição e à situação no seio do Partido.

A 16.ª Conferência foi convocada em Abril de 1929 em Moscovo. Agenda: plano quinquenal de desenvolvimento da economia nacional, vias de desenvolvimento da agricultura e diminuição dos impostos cobrados aos camponeses médios, resultados e tarefas imediatas da luta contra o burocratismo e a depuração, e a verificação dos membros efectivos e suplentes do Partido.

A 17.ª Conferência realizou-se em Janeiro e Fevereiro de 1932. Agenda: resultados do desenvolvimento industrial em 1931 e tarefas seguintes, e directrizes para a composição do segundo plano quinquenal de desenvolvimento económico da URSS para o período de 1933-1937.

A 18.ª Conferência realizou-se em Fevereiro de 1941 em Moscovo. Figuraram na agenda questões referentes às tarefas enfrentadas pelas organizações do Partido nos domínios da indústria e dos transportes, aos resultados do desenvolvimento económico em 1940 e ao plano de desenvolvimento da economia nacional em 1941, assim como questões organizativas. ■



ver que, em geral, no nosso país os intelectuais estiveram sempre um pouco à frente.»

«Mas devo dizer — acrescentou Viktor Afanassiev — que nos operários, nos camponeses, na juventude, nas mulheres a *perestroika* provocou uma verdadeira explosão de interesse e empenhamento. Isso sente-se pelo correio dos leitores. Mas este não é o único sinal. Há uma enorme quantidade de colectivos de trabalhadores onde a *perestroika* foi tomada a sério.»

«Contudo há factores que perturbam que tal empenhamento se manifeste nestes amplos estratos. Ainda não temos um mecanismo económico a funcionar bem, falamos da reforma económica, mas ela ainda agora começou. Por um lado ainda funcionam os índices e as metas em vigor quando aprovámos o plano quinquenal, por outro lado estão a ser introduzidos novos mecanismos económicos para despertar o interesse das pessoas e ganhá-las para uma participação activa. Por enquanto ainda não conseguimos estes objectivos, e ainda se encontra uma certa passividade entre os operários e camponeses. Mas creio que falar só do empenhamento e da participação dos intelectuais seria um pouco unilateral. Activos estão também os operários, e a juventude, e as mulheres... E penso que este aumento do interesse, do empenhamento, da participação é talvez a maior conquista da *perestroika*».

## Porquê a reforma

A reforma da estrutura e do funcionamento dos órgãos do poder político na URSS foi, juntamente com as medidas para a democratização da vida do PCUS, a proposta mais importante saída da 19.ª Conferência.

Na conferência de imprensa, a que fizemos referência no início, Aleksandr Iákovlev sintetizou os motivos que levaram à necessidade de tão profundas alterações.

«A *perestroika*, incluindo o sistema político, é uma exigência do tempo que vivemos» — afirmou Iákovlev. Mas, prosizou, tal necessidade «tornou-se especialmente aguda por o sistema formado nos primeiros anos após a revolução ter sofrido, mais tarde, sérias deformações», sintetizadas em três aspectos:

«Em primeiro lugar, formou-se uma estrutura de poder orientada para a criação, afirmação e exaltação do regime de personalidade. Em segundo lugar, para limitar, e mesmo evitar qualquer possibilidade de controlo dessa estrutura por parte da massa partidária e dos órgãos constitucionais, por parte do povo. Em terceiro lugar, para um desmesurado crescimento e um usurpação de poder real pelo Estado em prejuízo da sociedade, pelo aparelho em prejuízo dos órgãos eleitos».

O sistema político assim formado, «sendo em grande medida produto de uma ideologia cultista, veio a mostrar-se indiferente aos acontecimentos, inertes em relação às novidades e ao progresso. Burocratizou-se, conduziu ao enfraquecimento da energia e da iniciativa social, habituou a sociedade a variantes únicas e estaticidade na maneira de pensar, deu origem a uma imagem simplificada do poder popular socialista».

## Dificuldades maiores do que pareciam

Na renovação revolucionária da sociedade há, no entanto, sérias dificuldades. Os comunistas soviéticos sabem-no, e disseram-no de várias formas na Conferência de Moscovo. Já o sabiam há 3 anos, quando se realizou o plenário do CC, que definiu as linhas fundamentais da *perestroika*. Mas o próprio secretário-geral reconheceu que as dificuldades, nomeadamente na económica, se vieram a mostrar mais sérias do que então pareciam.

A pedido do «Avante!», o membro suplente do bureau político e secretário do CC do PCUS Gueorgui Razumovski, presidente da comissão de verificação de mandatos da Conferência, comentou este facto na conferência de imprensa em que participou depois de terminados os trabalhos no Palácio dos Congressos.

Começou por recordar que por mais de uma vez esse facto tinha sido sublinhado. «As dificuldades mostraram-se realmente maiores — afirmou —. Maiores na economia, maiores nos aspectos psicológicos, na modificação da consciência das pessoas. E mostravam-se cada vez maiores à medida que iam verificando que todos os membros da nossa sociedade, sem excepção, têm que se modificar. A princípio talvez parecesse que as maiores modificações a efectuar para que as coisas ficassem melhores para todos diriam respeito apenas a dada categoria, determinada parte da sociedade soviética. E, afinal, veio-se a ver que as transformações têm que tocar todas as pessoas no nosso país. E aqui está a dificuldade maior.»

A discussão viva que se trava por todos os cantos da União Soviética e as medidas firmes para a democratização da vida do Partido e da sociedade são os meios fundamentais para vencer estas dificuldades. E não há que rejeitar os erros ou «excessos» que inevitavelmente surgem em períodos de discussão intensa como este.

Recordamos, a propósito, as palavras do director do «Kommunist», N. Bikkénin, numa conferência de imprensa sobre a *glasnost*: «Só não há discussões vivas nos cemitérios e nos pântanos. Ora do pântano estamos nós a sair... e para o cemitério ainda não queremos ir.»

A 19.ª Conferência foi um acontecimento histórico na vida do PCUS e da URSS. As suas decisões vieram enriquecer a estratégia e concretizar a tática da reestruturação, dão um forte impulso às profundas transformações revolucionárias iniciadas após Abril de 1985. Merecem a atenção e o estudo atento e permanente dos comunistas e de todos os que querem uma vida melhor para quem trabalha, uma paz mais firme no mundo de todos nós. ■

As jovens famílias são alvo de atenção prioritária da política de «perestroika»

As mulheres desempenham um papel crescente na esfera produtiva, continuando contudo a ser o sustentáculo da família e a recalar sobre elas grande parte das lidas domésticas.



A competitividade dos automóveis soviéticos é uma questão fulcral para o alargamento das exportações do sector. O automóvel que vemos na foto foi criado pelo Grupo de Jovens Construtores da fábrica de automóveis «VAZ». Também aqui a juventude tem uma palavra a dizer



A moda conheceu nos últimos anos na URSS um poderoso impulso. Na foto, modelos da «Casa de Alta Costura de Kiev» apresentam uma nova colecção

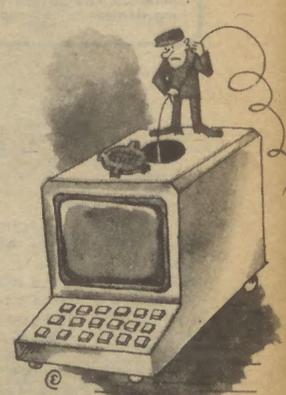
O rock é também na URSS um género musical privilegiado entre os jovens. Na foto, uma imagem de um festival promovido na República da Estónia, entre alunos da escola secundária



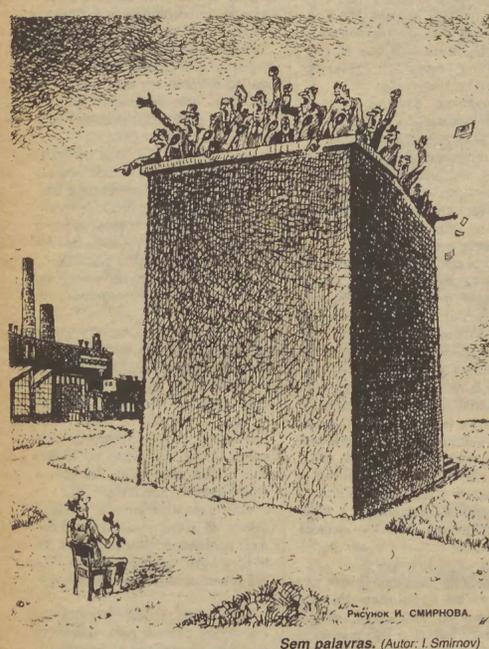
«Traga-me trezentos copos de chá. O açúcar à parte!» Após a introdução da chamada «Lei Seca», aumentou em flecha na URSS o consumo de açúcar, utilizado para o fabrico de álcool caseiro, provocando um défice no mercado. (Autor: S. Spasski)



Lê-se da esquerda para a direita: «Café Cooperativo. Ementa.» Legenda: — Mas, eu sou capaz de ir sozinha para a mesa! — Nem pensar nisso... Aliás este serviço já está incluído no preço.» (Autor: G. Ogorodnikov)



Computador entupido. (Autor: E. Snejko)



Sem palavras. (Autor: I. Smirnov)



Ali Abbassov (à esquerda na foto), pastor no sovkhos «Natavan», é membro do CC do Partido Comunista do Azerbaijão, laureado do Prémio Estatal da República e foi eleito delegado à XIX Conferência do PCUS. Ao seu lado está o secretário do Partido da região de Agdamckli, Sadikh Murtuzaev, igualmente delegado à Conferência

## Os delegados

Dos 5000 delegados que participaram na 19.ª Conferência Nacional do PCUS, 1638 são operários, número ligeiramente inferior ao do 27.º Congresso, realizado em Fevereiro de 1986, em que para o mesmo número de delegados havia 1705 operários. A informação consta do relatório da Comissão de Verificação de Mandatos, apresentado pelo respectivo presidente e secretário do CC do PCUS, Gueorgui Razumovski.

De acordo com o relatório, 866 delegados à Conferência são trabalhadores agrícolas, 436 intelectuais, 354 dirigentes de empresas industriais, 182 presidentes de Kolkhozes (cooperativas agrícolas) e directores de Sovkhazes (herdades estatais), 43 trabalhadores de imprensa e 627 secretários dos Comités Centrais de Repúblicas, regionais, urbanos e de bairro do PCUS.

As mulheres representaram 25 por cento dos delegados — percentagem ligeiramente inferior à registada no 27.º Congresso, que foi de 27 por cento — e 63 por cento dos delegados membros dos órgãos electivos do PCUS. Na Conferência estiveram representadas 72 nacionalidades e etnias da URSS.

No relatório da Comissão de Mandatos afirma-se ainda que, na maioria dos casos, a apresentação de delegados à Conferência se realizou, na etapa inicial, nas organizações de base do Partido, tendo sido levada em consideração a opinião dos colectivos de trabalhadores e dos círculos sociais.

Recorda-se que o CC do PCUS decidiu, num dos seus plenários, que os delegados deveriam ser eleitos por votação secreta nos plenários dos comités regionais e territoriais do Partido e dos comités centrais dos partidos comunistas das Repúblicas Federadas. Foi também estabelecida a norma de representação: um delegado por 3780 comunistas, para eleger um total de 5 mil delegados.

Segundo foi informado, o Comité Central não enviou aos órgãos partidários locais quaisquer quotas re-

rentes à composição dos delegados (ocupação, origem social, sexo, idade, etc.). Apenas alertou para a necessidade de eleição dos comunistas de maior prestígio, conhecidos por terem uma posição activa e participarem de forma concreta na «*perestroika*».

Evgueni Razumov, primeiro-vice-chefe do Departamento de Organização do CC do PCUS, afirmou a propósito que a apresentação dos candidatos foi efectuada, numa forma geral, em assembleias partidárias abertas, que escolhiam as candidaturas mais capazes. Depois os comités partidários examinaram as candidaturas apresentadas pelas assembleias de zona, propostas nas reuniões distritais ou de bairro de militantes ou pelos plenários dos comités partidários urbanos e de bairro.

Em consequência dos debates, o círculo de candidatos eventuais diminuía. Alguns candidatos foram propostos pela imprensa, pela TV e rádio, assim como em cartas e apelos aos comités partidários.

Esse procedimento, afirma Razumov, permitiu levar em consideração a opinião dos comunistas e das pessoas sem partido e examinar colectivamente as candidaturas promovidas. Verificou-se, entretanto, que alguns comités do Partido não estavam preparados para resolver essas questões em ambiente de «*glasnost*», consultando as massas. Lamentavelmente, ocorreram também casos de formalismo e má organização.

De referir, por outro lado, que os membros dos comités partidários decidiram colectivamente quantas e

que candidaturas deviam ser incluídas nas listas de votação secreta.

Durante o processo de eleição, refere Razumov, os comunistas e as pessoas sem partido criticaram alguns dos dirigentes do Partido e de outros organismos, apresentaram sugestões e fizeram reivindicações. Por vezes, as críticas prosseguiram mesmo depois das eleições. Foi o que sucedeu, por exemplo, quando se tornou pública a eleição do primeiro-secretário do Comité Regional de Sacalina do PCUS, que não era apoiado pelos comunistas nem pela população da região; a questão foi apresentada ao plenário do Comité Regional do Partido, o responsável em causa pediu a demissão do cargo que ocupava e o plenário acabou por eleger outro delegado e substituir o primeiro-secretário do Comité Regional.

Os funcionários dos organismos centrais, sublinha-se, não tiveram privilégios durante as eleições nos plenários dos comités partidários. Cada candidatura foi analisada livremente, sem olhar ao cargo que o candidato ocupava.

Na opinião de Evgueni Razumov, foi assim possível eleger como delegados à conferência os adeptos mais activos da «*perestroika*», cumprindo a principal directriz política do CC do PCUS. ■





# Conferência aprovou sete resoluções

No último dia da Conferência, depois de concluído o debate do relatório do CC do PCUS apresentado por Mikhail Gorbachov, foram aprovadas sete resoluções.

A resolução sobre «O cumprimento das decisões do 27.º Congresso do PCUS e as tarefas para o aprofundamento da reestruturação» foi aprovada por unanimidade, com alterações sugeridas durante os debates na comissão que elaborou o projecto e no plenário. A comissão trabalhou sob a presidência do secretário-geral do CC do PCUS, que apresentou a proposta.

Com duas abstenções, foi aprovada a resolução sobre «A democratização da sociedade soviética e a reforma do sistema político», de cuja elaboração fora igualmente encarregada a comissão de que Mikhail Gorbachov era presidente.

Durante a discussão em plenário foi apresentada uma proposta para que o secretário-geral do CC do PCUS passasse a ser eleito em Congresso, e não no Comité Central; a favor votaram 145 delegados, enquanto os restantes 4841 se pronunciaram pelo método em vigor.

Com os votos favoráveis de 209 delegados foi rejeitada uma adenda à regra que estabelece o limite máximo de dois mandatos seguidos (5 anos cada) para os membros de organismos dirigentes do PCUS; a adenda propunha que esta regra tivesse efeitos retroactivos.

Igor Ligatchov apresentou o projecto de resolução sobre «A luta contra o burocratismo», aprovado por unanimidade.

Também por unanimidade, foi aprovado o projecto de resolução elaborado pela comissão presidida por Nikolai Ryjkov sobre «O relacionamento entre as nacionalidades».

Na globalidade a resolução sobre «A transparência», apresentada ao plenário por Aleksandr Iákovlev, foi aprovada por todos os delegados.

Uma proposta no sentido de transformar o «Pravda», órgão do CC do PCUS, em órgão do PCUS, com a eleição do colégio redactorial no Congresso do partido, foi rejeitada com os votos favoráveis de 53 delegados.

Andrei Gromyko presidiu à comissão que elaborou o projecto de resolução sobre «A reforma jurídica» e apresentou ao plenário os resultados do trabalho por ela realizado; a aprovação foi unânime.

## Medidas inadiáveis para a reforma do sistema político

Aquelas resoluções serão publicadas na imprensa. No entanto, até segunda-feira, só tinha sido divulgada em Moscovo uma outra resolução sobre «Algumas medidas inadiáveis para a realização prática da reforma do sistema político do país», aprovada por unanimidade no plenário da Conferência, onde Mikhail Gorbachov, mandatado pela Mesa da Presidência, fez a sua

apresentação, também a 1 de Julho.

O texto completo da resolução foi divulgado pela rádio e televisão no próprio dia da sua aprovação e foi publicado na íntegra nos jornais de sábado. Transcrevemos:

«A 19.ª Conferência do Partido discutiu amplamente e aprovou grandes decisões para o aprofundamento da reestruturação, para a reforma do sistema político, para o prosseguimento da democratização do Partido e da sociedade. Tais decisões têm um enorme significado histórico para os destinos do país, são um elemento indispensável da reestruturação e, simultaneamente, um seu potente factor de aceleração; abrem à sociedade a possibilidade de avançar com confiança pela via da renovação revolucionária e reforçar o papel do Partido como vanguarda política.

«A aplicação das decisões aprovadas é inadiável, e importa que, partindo dos interesses da causa, se passe sem demoras à sua realização.

A Conferência considera necessário:

«1. Realizar este ano a campanha de balanço e eleições nas organizações do Partido, com base nas decisões da Conferência sobre a reforma do sistema político e a democratização da vida partidária;

«Concluir até ao fim do ano a reorganização do aparelho partidário e fazer as necessárias transformações na sua estrutura, tendo em conta as decisões aprovadas sobre a separação das funções do Partido e dos soviets;

«Recomendar ao CC do PCUS que realize o necessário trabalho prático para estes fins.

«2. A Conferência manifesta-se a favor da apresentação para discussão na sessão ordinária do Soviete Supremo — possivelmente em Novembro próximo, segundo foi afirmado no centro de imprensa da Conferência — «dos projectos de actos legislativos para a reestruturação dos órgãos dos soviets, a favor das necessárias alterações na Constituição da URSS e também da organização de eleições e da realização do congresso dos deputados do povo em Abril de 1989, no qual se formarão os novos órgãos do poder estatal.

«Realizar no Outono de 1989 as eleições para os soviets das repúblicas e locais e formar, nesta base, os órgãos dirigentes dos soviets nas repúblicas, regiões, distritos, cidades, vilas e localidades.»

## Outras resoluções

Entretanto, pouco antes do fecho desta edição, a TASS e a Novosti divulgaram um resumo das restantes resoluções, que publicamos seguidamente:

A transformação da União Soviética num estado socialista de direito, de forma a garantir a superioridade da lei em todas as esferas da vida da sociedade, constitui o objectivo básico colocado pela resolução «Sobre a Reforma Jurídica» aprovada pela 19.ª Conferência Nacional do PCUS na passada sexta-feira.

A resolução indica que é necessário efectuar uma revisão radical do sistema jurídico, que inclua a co-



dificação e sistematização da legislação, devendo ser dada primordial atenção à protecção jurídica do indivíduo e ao fortalecimento das garantias dos direitos e liberdades políticas, económicas e sociais dos soviéticos.

O documento prevê ainda a criação de um comité de fiscalização para garantir a sintonia entre as leis e resoluções governamentais e a Constituição, e o aumento do papel dos tribunais na resolução dos litígios.

Uma outra resolução, sobre a «Perestroika» indica que a linha de renovação global da sociedade soviética e de aceleração do desenvolvimento socioeconómico, elaborada pelo Plenário do CC do PCUS de Abril de 1985 e pelo 27.º Congresso, «está a ser materializada consequentemente», e que as pessoas se manifestam pela irreversibilidade da reestruturação.

O documento destaca, porém, o «carácter contraditório, complexo e difícil» do processo, em que se assiste a uma «luta entre o velho e o novo» e afirma que «embora haja tendências positivas e alguns resultados, não se registou uma viragem radical no desenvolvimento económico, social e cultural».

O aprofundamento da «perestroika» deverá partir, segundo a resolução, da reforma radical do sistema político e, no plano económico, da resolução dos problemas do bem estar da população, em particular do problema alimentar.

Reafirmando o PCUS como «vanguarda do povo», a resolução diz que os fenómenos do culto da personalidade e de estagnação, «que causaram uma profunda deformação da sociedade socialista» e provocaram através de décadas e inúmeras vítimas humanas e incalculáveis perdas morais e ideológicas, jamais voltarão a ser permitidos.

A garantia do pleno poder dos soviets de deputados do povo como base da estrutura de estado e do autogoverno é a principal orientação da reforma do sistema político, que prevê que nos soviets locais, salvo os rurais e de povoações, os presidentes permanentes e respectivos presidentes sejam, sem excepção, eleitos por voto secreto.

«Para o aumento do papel dos órgãos representativos contribuiria se, para os cargos de presidentes, dos soviets, fossem recomendados, regra geral, os primeiros secretários dos respectivos comités do partido», diz-se no documento, que

estabelece um máximo de dois mandatos consecutivos para os cargos electivos nos soviets.

No que respeita à renovação do sistema eleitoral na URSS, a conferência considera necessária que se apresente um número de candidaturas superior ao dos mandatos, e se estabeleça para todos os soviets de deputados do povo, um prazo de cinco anos de duração dos mandatos.

Na resolução propõe-se que o órgão máximo do poder seja o Congresso de Deputados do Povo da URSS.

A conferência manifestou-se a favor da redução do aparelho de estado e da criação na URSS de um sistema unificado de controlo sócio-estatal, subordinado aos órgãos electivos do poder.

As decisões da conferência sobre a reforma do sistema do poder estatal só entrarão em vigor depois de aprovadas pelo parlamento. Supõe-se que o parlamento debaterá esta questão no próximo Outono.

Uma série de cláusulas da resolução visa reforçar a democracia no seio do PCUS e democratizar o processo eleitoral no partido. A conferência apoiou a proposta sobre o estabelecimento do mandato de cinco anos para os órgãos electivos do partido, desde o comité central do PCUS aos comités regionais do partido.

A partir da próxima eleição e prestação de contas no PCUS, propõe-se aplicar a regra segundo a qual «todos os membros dos «bureaus» e os secretários dos comités do partido, incluindo os membros do «bureau» político e o secretário-geral do PCUS, só podem ser eleitos para o mesmo cargo no máximo por dois prazos consecutivos».

Na resolução afirma-se a necessidade de alterar o aparelho do partido, sublinhando-se que a sua estrutura deve corresponder na íntegra à consolidação da direcção política.

Os soviéticos deverão utilizar as condições criadas pela «perestroika» para combater os burocratas, afirma-se na resolução contra o burocratismo aprovada na 19.ª conferência do PCUS.

Nos termos da resolução, reconhece-se que as medidas para a transformação da economia e outros aspectos da vida são frequentemente paralisadas pelas acções burocráticas dos ministérios e organismos económicos, razões porque se impõe — diz-se — transferir as funções administrativas de cima



Ábaco: aparelho de cálculo que resiste heroicamente às modernas registadoras electrónicas. (Autor: Oleg Gutsol)



Na lavandaria (Autor: V. Dubova)

para baixo, concentrando a direcção centralizada sobretudo nas questões principais. Os órgãos administrativos devem arcar com a responsabilidade material pelas consequências negativas da sua actividade.

O documento assinala a necessidade de transformar as instituições estatais e sociais em órgãos abertos aos trabalhadores e eliminar todas as protelações e o formalismo na prática do aparelho administrativo, que podem ser passíveis de sanções rigorosas, incluindo a exoneração.

Nestes termos, é colocado o objectivo de criar um sistema de controlo social e estatal único subordinado aos órgãos de poder electivos.

Ao propor que todas as organizações superem a burocracia no seu próprio trabalho, a resolução convida os ministros, altos funcionários e dirigentes de um modo geral a realizar encontros sistemáticos com os trabalhadores, de molde a se inteirarem dos seus problemas e resolvê-los expeditamente.

A XIX Conferência Nacional do PCUS considerou o contínuo desenvolvimento da transparência como «uma das tarefas políticas mais importantes».

Numa resolução «sobre a transparência», aprovada pela Conferência, sublinha-se que foi exactamente a transparência que, nos primeiros três anos do processo de reestruturação, ajudou o partido e o povo a «compreender melhor o seu passado e o presente, a revelar os factores de travagem e a despertar poderosas forças patrióticas para um trabalho activo e perseverante para o bem do país e do socialismo».

A resolução aprovada considera que a política de transparência «precisa de aprofundamento e apoio». «O alargamento contínuo da transparência é condição imprescindível ao desenvolvimento dos processos de democratização de todas as esferas da vida social e de renovação do socialismo», diz-se.

A conferência colocou também como tarefa a **transparência em toda a prática do trabalho partidário**, garantindo à população, o direito de acesso a documentos na posse do comité do PCUS e do aparelho partidário, bem como o livre acesso dos membros dos órgãos electivos dos PCUS a reuniões dos comités do partido que lhes prestam contas, inclusivé do bureau político do CC do PCUS.

Para além de eliminar as limitações injustificadas à utilização de dados estatísticos, o documento realça o direito inalienável de cada cidadão à obtenção de uma informação completa e fidedigna, desde que não constitua segredo estatal nem militar, sobre qualquer que seja a questão da vida social, bem como o direito ao debate franco e livre de qualquer problema de importância social.

Uma cláusula especial da resolução é dedicada aos **meios de comunicação social**. Ao sublinhar o seu papel importante na vida social do país, a conferência declarou que «considera inadmissível impedir intervenções críticas da imprensa, da mesma maneira que considera inadmissível a divulgação de informações não objectivas que afectam a honra e a dignidade do cidadão». Foram salientadas como exigências obrigatórias nesta esfera, de carácter ideológico e moral, competência,



bem como a observância rigorosa da ética profissional, a fidedignidade incondicional da informação e o direito de cada cidadão a uma resposta circunstanciada no mesmo órgão de imprensa que o atingiu. «A franqueza e a crítica não devem ser utilizadas para o fomento de espíritos sectários, revelações de demagogia ou egoísmo nacional, regional ou corporativo».

A conferência manifestou-se a favor da criação de garantias jurídicas da transparência, ou seja, pela fixação na constituição do direito à informação e à elaboração de actos legislativos referentes à implementação dos princípios da transparência. Neste sentido sublinha-se ser inadmissível utilizar a transparência «em detrimento dos interesses do estado soviético, da sociedade e dos direitos do indivíduo, para fazer propaganda da guerra, da violência, do racismo, da intolerância nacional e religiosa, para a propagação da crueldade e da divulgação da pornografia, assim como fazer manipulações com a transparência». ■



*Alta é um centro nacional de repouso que recebe anualmente cerca de dois milhões de pessoas. A cidade, que assinala o seu 150.º aniversário, dispõe de 179 sanatórios que prestam serviço ao povo soviético*

*Uma casa de chá no Azerbaijão. O chá é uma bebida tradicional desta República. Os verdadeiros apreciadores bebem-no com pouco ou mesmo sem açúcar. A forma dos copos permite conservar melhor a bebida quente*

*Cientistas recolhem informações com a ajuda de aparelhos na estação meteorológica no Pami, fonte inesgotável de recursos hídricos da República do Tadjiquistão*



## 9 em cada 10 jovens de Moscovo leram as teses — revela sondagem

Uma sondagem feita em Moscovo revelou que, entre as questões contidas nas teses do PCUS à XIX Conferência, a democratização e desenvolvimento da autogestão, o alargamento da democracia interna do Partido, os novos princípios nas relações entre o Partido e o Estado e as Organizações Sociais são as que mais preocupam os jovens soviéticos.

Por outro lado, o estudo indica que entre os jovens intelectuais a parte correspondente aos que «leram atentamente» as teses é aproximadamente duas vezes maior que entre os jovens operários, respectivamente 50,9 e 26,2 por cento. De qualquer modo, ainda segundo a sondagem, nove em cada dez jovens de Moscovo leram

as teses, tendo estas suscitado maior interesse no estrato etário dos 25 aos 29 anos, onde 46,2 por cento leram o documento «com atenção», percentagem que entre os jovens de 20 anos se cifrou apenas em 9,1.

O inquérito permitiu constatar igualmente que 78,8 por cento dos jovens moscovitas apoiam parcial ou inteiramente as teses, e apenas 6 por cento não as aprovam, no todo ou em parte. 56,1 por cento discutiu-as no local de trabalho, 20,7 com amigos ou em grupo, 18,7 em casa e 18,2 em reuniões. Apenas 18 por cento dos inquiridos afirmaram não terem discutido o documento. ■

## «Honoris Causa»

Parece que alguém quer atribuir a Mota Amaral o doutoramento «Honoris Causa» pela Universidade dos Açores. Como não é razoável admitir que tal honra terá como objectivo premiar o conhecido desprezo do presidente do Governo Regional dos Açores pelos interesses, autonomia e desenvolvimento desta Universidade, resta considerar a possibilidade de se pretender distinguir a craveira intelectual e científica do presumível agraciado. Se assim é, o acto configurará uma injustiça se não contemplar, igualmente, o autor ou autores da ideia, cuja é, pelo menos, de estalo!

## Crescer a diminuir

A última de Miguel Cadilhe diz respeito a salários. Segundo o (ainda) ministro das Finanças, «os salários reais vão crescer em Portugal nos próximos anos, é esse o desejo e o objectivo do Governo, mas esse crescimento vai ter que estar enquadrado numa política de moderação salarial».

Para apreciarmos devidamente o alcance deste ministerial prognóstico, recordemos o que diz o dicionário acerca de **moderação**: «Acto ou efeito de moderar; virtude que consiste em evitar qualquer excesso; diminuição, minoração».

Desta vez o incandescente ministro Cadilhe produziu um verdadeiro prodígio; descobriu que o processo de aumentar os salários reais consiste em... diminuir-los. Ao pé disto, a demonstração da quadratura do círculo é uma brincadeira a nível de infantário.

## Localizar (I)

O governador de Macau, Carlos Melancia, afirmou há dias que «a prioridade fundamental da administração de Macau é, neste momento, o desenvolvimento de acções tendentes à concretização de uma efectiva política de **localização** de quadros». Oh diabo... Com as embrulhadas que há lá por Macau, será que já andam todos a monte?!...

## Localizar (II)

Entretanto o «Expresso» noticia em primeira página que o deputado independente pelo PSD, Nuno Delerue, foi assaltado na semana passada por dois indivíduos armados, a que escapou das presumíveis intenções agressivas acelerando o carro, galgando o passeio e impedindo, assim, a perseguição. Delerue afirmou à polícia não ter explicação para as motivações dos dois indivíduos, acrescentando que a sua ligação a Macau (onde foi membro do anterior governo) poderia constituir a única pista, tanto mais que já teria recebido ameaças anónimas, mencionando-se numa delas que ele estaria a falar demais sobre este território. Durante uma semana, ainda segundo o «Expresso», o deputado independente esteve

rêcolhido na casa dos pais, no Porto, permanentemente guardado por elementos da PSP.

Mas que grande baralhada! Enquanto os actuais quadros de Macau têm de ser **localizados**, lá, os ex-quadros do território são forçados a tornar-se **inlocalizáveis**, cá...

## Indignações

Toda a gente se lembra — até porque grande parte da imprensa portuguesa ampliou as notícias quanto pôde — da grande, quase ameaçadora, indignação dos EUA quando caças soviéticos abateram um avião civil sul-coreano que sobrevoou durante **duas horas** território soviético de alta segurança, sem responder a nenhum dos vários apelos, avisos e ordens dados pelo aparelho militar soviético que o vigiou durante todo esse tempo.

# Pontos Cardeais

Agora a marinha dos EUA abateu friamente, em águas internacionais, um avião de passageiros iraniano com 290 pessoas a bordo, exactamente **sete** minutos após ter detectado e «confundido» o aparelho civil com um caça de fabrico norte-americano, de tamanho três vezes inferior e velocidade três vezes superior, tudo isto através da mais sofisticada unidade de detecção electrónica da marinha norte-americana. Curiosamente, e perante esta tragédia, a capacidade de indignação quer dos EUA quer de quem lhe amplia as posições por esse mundo fora, desapareceu como por

magia e deu lugar a grandes apreensões — mais uma vez «confirmadas» — acerca da segurança e controlo das armas modernas...

## Não acredita...

Joseph Beilin, director-geral do ministério israelita dos Negócios Estrangeiros, afirmou no final de um encontro com o Presidente da República português que Israel não acredita numa solução militar para o levantamento palestino. Deve ser por isso que, entretanto, vai assassinando palestinos em massa nos territórios ocupados.



# Gazetilha

por Ignotus Sum

## O misterioso caso do espião — ou não...

Temos agora um caso: a reportagem do adido militar americano em flagrante apanhado a causar dano em descarada acção de espionagem.

Já regressou ao seu país, o tal removido talvez por grande impulso. Expulsão? Talvez não... Talvez... Mas afinal o adido foi ou então não foi expulso?

A dúvida permite entender isso. Mas isso o quê? Que face da abordagem? O adido acabou o tempo de serviço não praticou nenhuma espionagem?

Ou fez espionagem mesmo? Bem, num caso assim tão grave, tão convulso, não entendo eu, não entende ninguém por que é que o espião não foi expulso...

Mas afinal percebo o caso tão castiço: entre os americanos que aí há findou este espião o tempo de serviço mas calma!, outro vem já...

## Já é preciso ter lata!

De quando em quando a gaita se desata abecasianamente: «Vamos pôr fim à imagem deprimente dos mil bairros de lata...»

Passam as eleições e o que há? Há que na zona mais calamitosa as barracas não são de lata já — são de latosa...

De novo o voo dos abutres se descobre sobre a carne infeliz da gente pobre abecasianamente

ou outra coisa em mente...

## Aviso

A fruta é espanhola e o peixe que vai na sacola é espanhola a cola a sola a mola, a argola, a galinhola, o sal...

...e assim levam de charola Portugal...

## Ora cebo!

Diz o Governo que o Governo é bom. Enfim, dizê-lo o próprio é de bom tom e depois, está-se a ver se o Governo o não diz quem é o infeliz que o vai dizer?...

No momento em que escrevo este discurso há mais greves em curso mais manifestações e mais convocações e mais reuniões para se protestar (e com a maior zanga) contra as leis que o Governo pôs a andar e outras que traz na manga.

Ora cebo!

Há coisas que eu de facto não concebo. Se este Governo diz que este Governo presta gente!, por que será que o povo então protesta?...



# TV **O Programa**

## Quinta

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.20 - Telenovela «Selva de Pedra» (60.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série «Ilha da Fantasia»
- 14.20 - Jogos Olímpicos
- 14.50 - Série
- 15.50 - Brinca Brincando
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Estúdio 4
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Telenovela «Roque Santeiro» (190.º epis.)
- 21.15 - Primeiro Andamento
- 21.50 - Telemundo
- 22.25 - Série «Contactos Íntimos» (último epis.)
- 23.30 - 24 Horas
- 00.05 - Remate.

### RTP2

- 14.30 - Série «Filhos e Filhas»
- 14.55 - Série «Joana»
- 15.55 - Série «Quem Sai aos Seus...»
- 16.25 - Trinta Minutos Com...
- 16.55 - Telenovela «Helena»



- 17.35 - Série «O Regresso de Antelope»
- 18.05 - Série «Equinócio»
- 19.05 - Totally Live
- 20.00 - Série «O Fugitivo»
- 20.50 - Cem Obras de Arte Portuguesa
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Magazine «Convite»
- 22.10 - Série «As Teias da Lei»

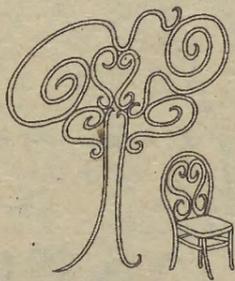


- 23.00 - Século XX (A juventude na luta pelos direitos civis na América).

## Sexta

### RTP1

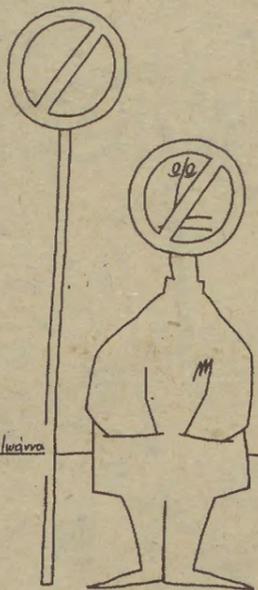
- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.20 - Telenovela «Selva de Pedra»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série ««Derrick»»
- 14.25 - Imagens da Arte Portuguesa
- 14.55 - Série
- 15.50 - Brinca Brincando
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Estúdio 4
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Escolher Saúde (1.º progr.)
- 20.35 - Telenovela «Roque Santeiro»



- 21.30 - Série «Histórias Quase Clínicas»
- 22.35 - Série «Moçambique - Roda Viva»
- 23.05 - Série Tribunal de Polícia
- 23.35 - 24 Horas
- 00.10 - Remate (incluindo a Volta à França em bicicleta)
- 00.35 - Pela Noite Dentro «Morte em Hong-Kong»

### RTP2

- 14.30 - Série «Filhos e Filhas»
- 14.55 - Agora, Escolha!
- 16.25 - Trinta Minutos Com...
- 16.55 - Telenovela «Helena»
- 17.40 - Série «Aliens in the Family»
- 18.05 - Basquetebol Americano
- 19.05 - Totally Live
- 20.00 - Série «O Fugitivo»
- 21.10 - Jornal das Nove
- 21.35 - Clube de Jornalistas
- 22.10 - Série «Terra Vermelha»
- 21.10 - Entre Barreiras
- 23.35 - Troféu



## Sábado

### RTP1

- 10.00 - Juventude e Família
- 12.05 - Série «Operação Open»
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Série «Os Fiscais»
- 14.00 - Parlamento
- 14.30 - Gala dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz
- 16.00 - Sessão da Tarde «Ethel e James - A Luz do Amor»
- 17.35 - Série Capitão Power
- 18.00 - Vivamusica
- 19.05 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.15 - Boletim Meteorológico
- 21.25 - Série «Alf, Uma Coisa do Outro Mundo»

- 22.00 - Clubíssimo
- 23.05 - Volta à França em bicicleta
- 23.20 - Cinema da Meia-Noite «O Homem da Lei».

### RTP2

- 10.00 - Compacto Totally Live
- 13.03 - Compacto «Selva de Pedra»
- 16.00 - Troféu
- 20.00 - Music Box
- 20.50 - Uma Boa Ideia
- 21.25 - Hóquei em Patins (Final da Taça de Portugal)
- 23.00 - Concorde ou Talvez Não.

## Domingo

### RTP1

- 10.00 - Juventude e Família
- 11.15 - Missa
- 12.05 - 70x7
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - O País da Floresta
- 13.35 - Série «O Director de Turma»
- 14.00 - O Mundo da Natureza
- 14.50 - Gala dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz
- 16.30 - Primeira Matinée «Três Vidas Errantes»
- 19.00 - Série «O Justiceiro»
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico



- 20.45 - Série «Acasos de Guerra»
- 21.50 - Programa da RTP/Madeira
- 22.55 - Domingo Desportivo

### RTP2

- 10.00 - Troféu
- 12.30 - Novos Horizontes

- 12.50 - Caminhos
- 13.20 - Troféu
- 20.00 - Série «Quem Sai aos Seus...»
- 20.55 - Artes e Letras
- 21.25 - Cineclub «Napoleão», real. Abel Gance (França/1927)

## Segunda

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Telenovela: «Selva de Pedra»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série: «O Império de Carson»
- 14.25 - Guimarães, Dia Um de Portugal
- 14.50 - Concurso Internacional Maria Callas-II
- 15.50 - Brinca Brincando
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Estúdio 4
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.15 - Série: «O Sonho do Emigrante»
- 21.50 - Concurso: «Com Pés e Cabeça» (selecção)
- 23.50 - 24 Horas
- 00.25 - Remate

### RTP2

- 14.30 - Série «Filhos e Filhas»
- 14.55 - Agora, Escolha!
- 16.25 - Telenovela: «Helena»
- 17.40 - É Tudo Comédia
- 17.55 - Série: «Um Amigo Especial»
- 18.20 - Histórias Maravilhosas
- 19.20 - Totally Live
- 20.00 - Série: «O Fugitivo»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - Teatro

## Terça

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Telenovela: «Selva de Pedra»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série: «Dallas»
- 14.20 - Jogos Olímpicos
- 14.50 - Concerto
- 15.50 - Brinca Brincando
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Estúdio 4
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»

- 21.30 - Programa da Direcção de Informação
- 22.35 - Simenon (adaptação para televisão de algumas das suas histórias) - 1.º progr.
- 23.40 - 24 Horas
- 00.15 - Remate

### RTP2

- 14.30 - Série: «Filhos e Filhas»
- 14.55 - Dois Dedos de Conversa
- 16.25 - Trinta Minutos Com...
- 16.55 - Telenovela: «Helena»
- 17.40 - É Tudo Comédia
- 17.45 - Histórias Fantásticas de Ray Bradbury (3.º epis.)
- 18.25 - Music Box
- 19.20 - Totally Live
- 20.00 - Série: «O Fugitivo»
- 20.50 - Cem Obras de Arte Portuguesa
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - Série: «Lá em Casa Tudo Bem»
- 22.05 - Cineadois: «Yol», do cineasta turco Yilmaz Güney (1982)

## Quarta

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Telenovela: «Selva de Pedra»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série: «Fama»
- 14.25 - Imagens da Arte Portuguesa
- 14.50 - Concerto (música country)
- 15.50 - Brinca Brincando
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Estúdio 4
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.15 - Lotação Esgotada: «O Dia Mais Longo» (EUA/1962)
- 00.30 - 24 Horas
- 01.00 - Remate

### RTP2

- 14.30 - Série «Filhos e Filhas»
- 14.55 - Agora, Escolha!
- 16.25 - Trinta Minutos Com...
- 16.55 - Telenovela: «Helena»
- 17.40 - É Tudo Comédia
- 17.55 - Série: «A Viagem do Mimi»
- 19.20 - Totally Live
- 20.00 - Série: «O Fugitivo»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Série: «Joana»
- 22.35 - Clube de Imprensa
- 23.20 - Fantasia e Realidade

### A noite seguinte...

Consequências biológicas e climáticas de uma guerra nuclear. Um alerta dos cientistas

Direcção de Evgueni Velikhov, vice-presidente da Academia das Ciências da URSS

Nunca será de mais sublinhar o impacte sensacional das conclusões de eminentes cientistas soviéticos baseadas nas suas investigações sobre os efeitos globais a longo prazo de uma guerra nuclear. Os seus resultados concordaram plenamente com os dados obtidos por cientistas americanos, embora tenham usado metodologias e programas de investigação diferentes. Destacados cientistas soviéticos e americanos apresentaram a sua sombria e perturbadora mensagem em conferências internacionais realizadas em Moscovo e Washington e num seminário na Academia Pontifícia de Ciências no Vaticano, em Janeiro de 1984.

A conclusão dos cientistas é clara e inequívoca: o emprego mesmo de uma pequena parte do arsenal nuclear que hoje existe no mundo resultaria numa «noite nuclear» e num «Inverno nuclear» que acabariam por causar um desastre ecológico global sem precedentes. Tal «bomba atmosférica» significaria a extinção de tudo o que de vivo existe na Terra.

Este livro cobre as principais investigações sobre o assunto realizadas pelos cientistas soviéticos sob os auspícios da Comissão de Cientistas Soviéticos para a Defesa da Paz contra a Ameaça Nuclear.

Os destacados cientistas soviéticos que contribuíram para esta colectânea descrevem de maneira acessível, mas com um nível científico elevado, a essência dessas investigações vitais, que podem vir a tornar-se o ponto de viragem nesta insensata e extremamente perigosa corrida aos armamentos nucleares.

edições **Avante!**

# Teatro **O Cartaz**

### LISBOA

**Casa dos Tabuenes**, R. Poiais de S. Bento, 75-B. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Lisboa Monumental**, de Fialho de Almeida, enc. Silvina Pereira, pelo Grupo Maizum.

**Comuna**, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Deus os Fez, Deus os juntou**, teatralização de quatro contos de Tchekov. Interpr. Manuela de Freitas, Mário Viegas.

**Ritz Clube** De 3.ª a Sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Baile**, adaptação e encenação de Hélder Costa, pelo Grupo A Barraca.

**Teatro ABC**, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45; dom. às 21.30; sáb. e dom. também às 16.00. **Olha a Bolsa ó Zé**, de César de Oliveira/H. Santana/Gonçalves Preto, enc. de Paulo César.

**Teatro Aberto**, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A Rua**, de Jim Cartwright, enc. de João Lourenço, pelo Novo Grupo.

**Teatro Ibérico**, R. Xabregas. De 3.ª a sáb. às 21.30, com. às 17.00. **Os Velhos Não Devem Namorar**, de Alfonso Daniel Castellón, enc. Blanco Gil, pelo Teatro Ibérico.

**Teatro Nacional D. Maria II**, Rossio. Sala

**Garrett** - De 3.ª a sáb. às 21.30; sáb. e dom. também às 16.00. **O Fidalgo Aprendiz**, de D. Francisco Manuel de Melo, enc. Varela Silva. **Sala Gil Vicente** De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **Crimes do Coração**, de Beth Henley, enc. João Canijo, pela Comp. de Teatro Luzes.

**Teatro da Nova**, Universidade Nova. De 2.ª a sáb. às 21.45. **Prometeu**, enc. Carlos Fogaça.

**Teatro Villaret**, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

### PORTO

**Cooperativa do Povo Português**, R. de Camões, 578. **Antígona** de Sófocles/Brecht, enc. de Júlio Cardoso, pela Selva Trupe.

**TEP - Sala Estúdio**, R. do Pinheiro. 5.ª, 6.ª, sáb. às 21.45, sáb. e dom. também às 16.00. **Moldico à Força**, de Molière, enc. Roberto Merino.

### ALGÉS

1.º Acto - **Clube de Teatro**. 6.ª e sáb. às 21.30. **Memórias de Guerra**, textos de Ru-zante e Brecht, enc. de Armando Caldas.

### ALMADA

**Festival de Teatro de Almada**, (v. E Aínda...).

# Cinema A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Império do Sol	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★★
<b>B</b>	A Insustentável Leveza do Ser	—	★★★	—	★	★
<b>C</b>	O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de  
\* a \*\*\*\*\*

A — Real. Steven Spielberg — Alfa/1 (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); Nimas (13.45, 16.15, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
B — Real. Philip Kaufman — Las Vegas (15.00, 18.15, 21.30); Londres (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.  
C — Real. Bernardo Bertolucci — Fonte Nova/1 (14.15, 17.45; 21.00); Lisboa.

## ...e ainda

Música, debates, etc.

### Festas do Teatro

Em Almada decorre desde segunda-feira e até dia 18 a **Festa de Teatro de Almada** — 5.ª edição de uma iniciativa da Companhia de Teatro de Almada, que leva este ano aos palcos da Boca do Vento (R. do Registo Civil), do Teatro Municipal, Incrível Almadense e Pátio do Prior do Crato grupos de França, Itália, Espanha, Bélgica, Polónia e Estados Unidos, além de portugueses.

São os seguintes os espectáculos desta semana:

— Hoje, 22.00 — **Os Velhos Não Devem Namorar**, de Alfonso Castelao, pelo Teatro Ibérico (Lisboa);

— Sexta, 22.00 — **O Desconhecido**, de Jaime Salazar Sampaio, pelo grupo O Semeador (Portalegre);

— Sábado, 22.00 — **O Triunfo de Ar-**



lequim, por Les Scalzacani (Itália);

— Domingo, 22.00 — **Story of Beauty**, de K. Grochmalsky, pelo Teatro Maya (Poznan-Polónia);

— Segunda, 22.00 — **As Criadas**, de Jean Genet, pelo grupo La Gotera (Gijon-Espanha);

— Terça, 22.00 — **Toreros, Majas y otras Zarandajas**, pelo grupo Margen (Oviedo-Espanha);

— Quarta, 22.00 — **Antígona**, de Brecht, pelo Seiva Trupe (Porto).

Em Setúbal prossegue também o 13.º Festival de Teatro organizado pelo TAS — Teatro de Animação de Setúbal:

— Hoje às 18.30, no Largo da Ribeira Velha, **Auto da Barca do Inferno** no Gil Vicente, pelo TAS, e no Convento de Jesus, às 21.45, **Ode Marítima** de Fernando Pessoa pelo actor João Grosso;

— Amanhã: às 21.45, no Convento de Jesus, **Story of Beauty** pelo Teatro Maya de Poznan/Polónia, e no Castelo de Palmela, às mesma hora, **O Marinheiro**, pelo TAS.

lónia, e no Castelo de Palmela, às mesma hora, **O Marinheiro**, pelo TAS.



Na Amadora e só até domingo está a companhia do Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett com a nova produção **Sala de Espera da Saúde**, de Sean O'Casey. Espectácu-

los na Soc. Filarmónica Recreios Artísticos (ex-Plaza) — de hoje a sábado às 21.30, domingo às 16.00.

### Ópera e Bailado

Em estreia em Portugal e em três únicos espectáculos, uma nova produção do Teatro Nacional de S. Carlos: **La Mère Coupable**, ópera em três actos de Darius Milhaud, nos dias 8 e 12 às 20.30, no dia 10 às 16.00.

Quanto a bailado: no Anfiteatro ao Ar Livre da Fundação Gulbenkian a Companhia Nacional de Bailado apresenta-se nos dias 8 e 9 para dançar «Serenade» (Balanchine/Tchaikowsky) e «Carmina Burana» (Armando Jorge/Carl Orff); nos dias 12 e 13 o grupo norte-americano Elisa Monte Dance Company interpreta coreografias de Elisa Monte para obras de vários compositores.

Os espectáculos realizam-se às 22.00 e os bilhetes custam 600\$00.



### Rock no estádio

Bastante mais custam os bilhetes para o espectáculo de rock a realizar no sábado no Estádio da Luz: 2800\$00 para não sócios, 2500\$00 para sócios do Benfica. O concerto começa às 15.30 e em fim-de-festa actuará Bryan Adms.

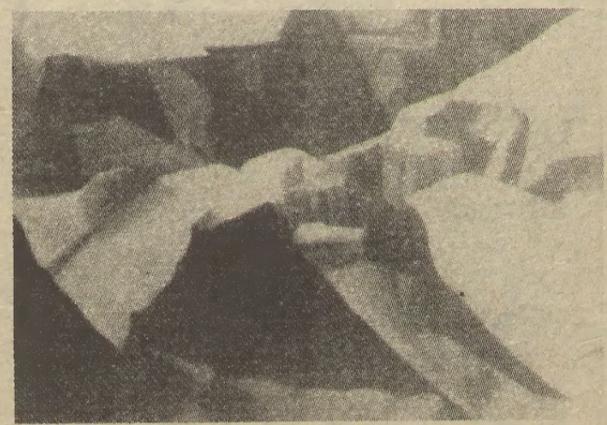


### Cantar o Tejo

O Festival dos Capuchos deste ano começa do outro lado do Tejo — em Lisboa, no Mosteiro dos Jerónimos, onde Carlos do Carmo vai cantar a cidade e o rio. O espectáculo — sábado, às 21.30 — chama-se «No Tejo me confesso» e conta com a participação dos músicos Maria João Cunha, António Chainho, José Maria Nobrega, Nuno Gonçalves, Chico Zé, George Leo, Pedro Osório.

# Exposições

• LISBOA



Os últimos trabalhos de João Hogan: até domingo

**António Melão** — Fotografias sobre o Japão. Associação Portuguesa de Arte Fotográfica, R. das Chagas, 17, 2.º Dt.º. As 3.ª, 5.ª e 6.ª das 19.00 às 23.00 (até 29/7)

**Colectiva de escultura** (António Trinda de, João Duarte, Virgílio Domingos). Salão do Centro de Trabalho Vitória do PCP, Av. da Liberdade. De 2.ª a 6.ª das 12.00 às 14.00 e das 17.00 às 22.00; sáb. das 10.00 às 17.00 (até 8/7)

**Colectiva de escultura** (Croft, Miguel Branco, Alberto Carneiro, Graça Costa Cabral, Xana). Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00 (até 30/7)

**Colectiva de pintura** (Ilda Pombeiro, Rui da Rosa, Eduarda Coutinho). Artex, R. Nova do Almada, 87. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. só de manhã até (9/7).

**Clências, 2-B.** De 2.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 14/7)

**Hein Senke** Pintura. Gal. S. Mamede, Rua Escola Politécnica, 161. De 3.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30, e das 15.00 às 19.00, ao sáb. só à tarde (até 30/7)

**Isabel Augusta** — Pintura. Espaço Poligrupo-Renascença. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 30/7)

**João Hogan** Pintura. Galeria Ana Isabel,

**Nuno Siqueira** — Pintura recente. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (até 30/7)

**O Ouro e a história pré-colombiana** — Esculturas, joias, objectos de culto. Galerias das Exposições Temporárias do Museu Gulbenkian. 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30; 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00.

— Pintura e desenho. Gal. Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 18/7)

**Patrícia Garrido** — Pintura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. Das 16.00 às 20.00 (até 30/7)

**Paula Rego** — Pintura (retrospectiva). Casa de Serralves, R. de Serralves, 997. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00. (até 31/8)

### • OUTRAS LOCALIDADES

**Raquel Maria** — Xilogravura. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00, até 10/7, Casa do Adro/Museu Municipal de LOURES.

**Rogério Ribeiro** — Pintura 1957-1987. Gal. Municipal de Arte. Av. D. Nuno Álvares Pereira, 74-B. De 3.ª a dom. das 15.00 às 22.00 (até 17/7). ALMADA.

**Alfredo Garcia Revuelta** (Espanha) — Pintura e escultura. Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL.

**Luís Camacho** — Pintura. Gal. de Cola-



Xilogravura de Raquel Maria em Loures

**Colectiva de pintura** (Leonel Moura, Cabrita Reis, Julião Sarmiento, Fernando Calhau, Pedro Proença). Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 30/7)

**A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro**. — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

**Costa Pinheiro** Tapeçaria, pintura. Gal. Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (até 31/7)

**Erga Fofsmann** Escultura em cristal. Gal. Tempo, R. Nova S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 11/7)

**Filipe Rocha da Silva** — Pintura. Espaço Poligrupo-Renascença, R. Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00.

**Gil Teixeira Lopes** Pintura e escultura. Galeria S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, ao sáb. só de manhã (até 31/7)

**Gonçalo Ruivo** — Pintura. Loja do Desenhador, R. Academia das

Rua da Emenda, 111. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 19.00 (prolongada até 10/7)

**João Moniz** — Pintura. Loja de Desenho, R. Academia das Ciências, 2-B. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 16/7)

**Jorge Martins** — Desenhos. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30. (até 14/8)

**Luís Caruncho** Pintura e Gravura. Gal. 111, Campo Grande, 113. (até 29/7)

**Luís Lemos** — Pintura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. De 3.ª a 6.ª, das 17.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 20/7)

**Maria Irene Ribeiro** — Desenho e gravura. Atelier 15, R. Freitas Gazul, 24-D. De 2.ª a 6.ª das 18.00 às 21.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 12/7)

**Mário Rita** — Desenho. Gal. S. Bento, R. Machadinho, 1. De 3.ª a 6.ª das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00 (até 11/7)

**Museu da Água de Manuel da Maia** — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.



benkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30. (até 31/8)

res, R. Fria, 2.6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 26/7) COLARES.

**Aníbal Falcato Alves** — Colagens. Galeria Municipal. ESTREMOZ.

«Na Fotografia, a Diferença» — Colectiva de fotografia. Museu Municipal/Casa do Adro. De 3.ª a 6.ª das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.00, sáb. e dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.30 (até 11/7). LOURES.

**Fernando Pinheiro** — Pintura. Casa Museu Álvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. TAVIRA

### • PORTO

**Isabel Azevedo** Pintura e gravura; **Maria Irene Ribeiro** desenho e gravura. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 23.30, sáb. a partir das 15.00 (até 11/7)

**Nadir Afonso** — Pintura. Quadrado Azul, R. Costa Cabral, 777. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00.

**Nikias Shapinakis**

## V FESTA DE TEATRO DE ALMADA

ALMADA VELHA  
4 A 18 DE JULHO

### PROGRAMA

2.ª feira, 4 às 22 h.	ORAÇÃO de Arrabal	Eunice Muñoz e Santos Manuel	Lisboa
3.ª feira, 5 às 22 h.	D. ROSINHA, A SOLTEIRA de García Lorca	Companhia de Teatro de Almada	
4.ª feira, 6 às 22 h.	LE TIGRE de Murray Schisgall	Le Globe	Nantes (França)
5.ª feira, 7 às 22 h.	OS VELHOS NÃO DEVEM NAMORAR de Alfonso Castelao	Teatro Ibérico	Lisboa
6.ª feira, 8 às 22 h.	O DESCONCERTO de Jaime Salazar Sampaio	«O Semeador»	Portalegre
Sábado, 9 às 18.30 h.	D. ROSINHA, A SOLTEIRA de García Lorca	Companhia de Teatro de Almada	
Sábado, 9 às 22 h.	O TRIUNFO DE ARLEQUIM	Les Scalzacani	Itália
Domingo, 10 às 16 h.	HISTÓRIAS DE GUERRAS de Ruzante/Brecht	1.º Acto — Clube de Teatro	Lisboa
Domingo, 10 às 22 h.	STORY OF BEAUTY de K. Grochmalsky	Teatr Maya	Poznan (Polónia)
2.ª feira, 11 às 22 h.	AS CRIADAS de Genet	La Gotera	Gijon (Espanha)
3.ª feira, 12 às 22 h.	TOREROS, MAJAS Y OTRAS ZARANDAJAS	Margen	Oviedo (Espanha)
4.ª feira, 13 às 22 h.	ANTÍGONA de Brecht	Seiva Trupe	Porto
5.ª feira, 14 às 22 h.	TERESKA de Margo Lee Sherman	Margo Lee Sherman	Nova Iorque (E.U.A.)
6.ª feira, 15 às 22 h.	AQUI NO SE RINDE Théâtre de la Banlieue	Théâtre de la Banlieue	Bruxelas (Bélgica)
6.ª feira, 15 às 24 h.	COMUNIDADE de Luiz Pacheco	Cândido Ferreira	Lisboa
Sábado, 16 às 22 h.	O MÉDICO À FORÇA de Molière	TAS	Setúbal
Domingo, 17 às 22 h.	M., O MODERADO de Arthur Adamov	Centro Cultural de Évora	Évora
2.ª feira, 18 às 22 h.	DEUS OS FEZ DEUS OS JUNTOU de A. Tchekov	Mário Viegas/Manuela de Freitas	Lisboa

As representações têm lugar no PALCO DA BOCA DO VENTO (Rua do Registo Civil), no TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA, INCRÍVEL ALMADENSE e PÁTIO DO PRIOR DO CRATO.

Concertos musicais com WALTER LOPES e TERCETO ZIMARLINO — Colóquios com JÚLIO CASTRONOVO e JAIME SALAZAR SAMPAIO — Exposições documentais sobre GARCÍA LORCA, LUIZ PACHECO e LUIZ FRANCISCO REBELLO — ANIMAÇÃO DE RUA — Recitais de MÚSICA POPULAR PORTUGUESA e CABO-VERDIANA — TEATRO AMADOR — Homenagem a LUIZ FRANCISCO REBELLO.

## Tempo Fim de Semana



Céu pouco nublado ou limpo, vento fraco soprando em regime de nortada moderada à tarde no litoral Oeste. Nebolina ou nevoeiros no litoral a Norte do Cabo da Roca.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

# a TV

## Chaga social

Não se trata de falar por falar, não se trata de encher palavras como quem enche balões. É a própria realidade que se mete pelos olhos dentro: o reduzido consumo de carne, os milhares e milhares de bilhões de leite que se estragam por dia devido à extrema pobreza de tantas famílias, os pés mal calçados, os corpos mal vestidos, a diminuição da frequência aos espetáculos (um bilhete de cinema custa cerca de 50 papo-secos...) tudo isto e muito mais só não vê quem deliberadamente fechar os olhos.

E os ouvidos. Porque a própria televisão, por vezes, dá a informação correcta.

Como naquela reportagem na Assembleia da República, onde a pobreza foi considerada «chaga social» e onde se declarou que um terço da população portuguesa é em estado de pobreza que vive...

Mas não se pense que a RTP deu essa informação no telegiornal, o órgão de maior audiência. Não. Que diabo, é preciso ter o sentido das prioridades, é preciso atender ao critério jornalístico. A informação foi veiculada pelo **Jornal das Nove**, curiosamente na altura em que o **Roque Santelmo** decorria no primeiro canal...

Assim se conclui que devo ser o único português, ou quase, a saber, via RTP, como vai a sociedade portuguesa. Qualquer dia vou perguntar aos padres albanos portugueses se eles também dizem isso aos seus paroquianos. Ou se calam.

Isto é: se servem o Sinhôzinho Malta lá do sítio...

## Realidade dentro da ficção

Já referi nesta secção algumas das muitas qualidades do **Roque Santelmo**, como sejam, a denúncia do jaguncismo (aliás, Sinhôzinho Malta declara que já não há jagunços, há servidores ou guarda-costas) a desmontagem da hipocrisia, a condenação do obscurantismo e a exploração da boa-fé religiosa de que todos os sinhôzinhos malta deste mundo não prescindem...

Por vezes, no entanto, a telenovela abandona os domínios da pura ficção para caracterizar a própria realidade. Tudo se faz com um grande sentido do equilíbrio e da justa medida, para não ferir os «hábitos consumistas» da audiência sem contudo, os favorecer.

A cena é breve. Padre Albano tem uma reunião de catequese com os seus paroquianos. Ele considera que a ideia evangélica é inseparável da prática social, será mesmo um absurdo pretender afastar Deus dos homens, como quer Sinhôzinho Malta (claro!) para quem um padre apenas rezar, dizer missa, baptizar meninos e encomendar os defuntos...

Nessa reunião, padre Albano dá uma ideia da sociedade brasileira: em 1960, 40% da riqueza nacional encontrava-se nas mãos de 10 por cento dos brasileiros mais ricos; em 1980, os mesmos 10 por cento já detinham mais de metade da riqueza brasileira. «Isto quer dizer — conclui — que em vinte anos os ricos ficaram mais ricos e os pobres ficaram mais pobres...»

A audiência portuguesa terá passado para Portugal as palavras do padre Albano. Para Portugal onde também nos últimos anos, os pobres foram ficando cada vez mais pobres, mais maltratados, mais desprezados...

## ... E a RTP não aproveitou

A RTP dedicou tempo bastante à Conferência Nacional do PCUS. De facto. Resta saber se o fez da maneira mais judiciosa. Quer dizer: estará certo que um jornal entreviste o seu próprio jornalista sobre as grandes questões da «perestroika»? Não será isto demasiado provincianismo? Não seria de maior utilidade buscar a confrontação de opiniões, a discussão, fazer enfim a coisa a sério, em lugar de explorar os meros circunstancialismos?

Por exemplo: estive em Espanha Guennadi Kolbin, primeiro-secretário do PC do Cazaquistão. Pois Kolbin foi ouvido, foi questionado sobre a «perestroika». Ah, se estivesse em Portugal alguém assim, a RTP certamente aproveitaria...

Pois estive. Esteve entre nós Igor Malachenko, a convite do PCP, para uma série de conferências sobre a evolução na URSS. Igor Malachenko trabalha no Instituto de Economia adstrito à Academia de Ciências da URSS. Não é uma pessoa qualquer. Pois telegiornal não aproveitou. Prefere os débitos de banalidade do repórter que lhe faz o serviço...

O qual teve sempre o cuidado de evitar o lema que acompanha esta Conferência histórica: **Não há democracia sem socialismo, não há socialismo sem democracia.**

Não ver a «perestroika» à luz deste princípio, é não entender patavina do que se está a passar no país de Lénine.

■ **Ulisses**

## Síntese semanal da IMPRENSA

A destruição do avião comercial iraniano por forças norte-americanas, no golfo Pérsico, de que resultou a morte das 298 pessoas que seguiam a bordo, dominou as atenções da imprensa e deu lugar aos mais diversos comentários. As reacções internacionais a este incidente, que os EUA designaram por «erro trágico», trouxe de novo a guerra do golfo para as páginas dos jornais, reforçando a convicção da necessidade urgente de encontrar uma solução negociada para o conflito Irão-Iraque.

«Em 1983, caças soviéticos abateram um avião de passageiros sul-coreano com mais de 300 pessoas a bordo e o mundo insurgiu-se num clamor de indignação. Cinco anos depois, não pode ser outro o sentimento da opinião pública mundial perante o derrube do Airbus iraniano por mísseis da Armada norte-americana no estreito de Ormuz. Por ironia, os mais veementes acusadores de ontem são os réus do «erro trágico» agora cometido. E embora as circunstâncias em que os dois acidentes se verificaram pouco tenham de comparável para além dos seus resultados funestos, persistem dúvidas e interrogações para as quais importa dar resposta. Entre elas está a de saber se, para explicar o sucedido, será razoável aceitar como bom argumento a alegada confusão estabelecida entre um caça F-14 e uma aeronave de dimensão daquela que veio a ser destruída. Espera-se, por isso, que o inquérito mandado instaurar pelo Presidente norte-americano produza os esclarecimentos que se exigem do Pentágono sobre as circunstâncias específicas em que o morticínio foi praticado. Só assim será possível perceber até que ponto a situação de guerra na zona foi uma razão atendível ou apenas a desculpa mais próxima para um erro indesculpável.

(«Diário de Notícias», 5 de Julho)

## As contradições

«Avolumam-se cada vez mais as contradições em redor das circunstâncias em que o cruzador norte-americano «Vincennes» abateu no domingo um «Airbus» das linhas aéreas comerciais do Irão com 298 pessoas a bordo.

Uma equipa de peritos norte-americanos chegou ontem ao Golfo para analisar as circunstâncias em que o caso ocorreu, mas observadores consideram a sua tarefa muito árdua dadas as contradições em que as próprias autoridades norte-americanas têm vindo a cair nas suas informações sobre o assunto.

Ontem, o porta-voz do Pentágono, Dan Howard, reconheceu que o «Airbus» abatido tinha afinal respondido ao pedido de identificação lançado pelo cruzador «Vincennes». O Pentágono sustentara anteriormente que o cruzador disparara os dois mísseis porque o avião não respondeu ao pedido de identificação, o que levava a confundir-lo com um caça «F-14».

Segundo a nova versão de Dan Howard, o «Airbus» respondeu ao apelo de identifica-

ção, mas fê-lo utilizando simultaneamente dois códigos: um correntemente utilizado tanto por aviões civis como por militares e outro apenas utilizado por aparelhos militares.

Teria sido esse facto, ainda de acordo com o Pentágono, que levou a confundir o «Airbus» com um «F-14».

Por outro lado, vários especialistas em navegação aérea, incluindo um porta-voz da «Airbus Industrie», em Toulouse, manifestaram sérias dúvidas quanto à alegação norte-americana de que o avião estaria a descer em direcção ao cruzador. Os técnicos salientam que o facto de o avião ter iniciado o seu voo apenas oito minutos antes de ser atingido torna extremamente improvável que ele não fosse a subir no momento do impacto.

Outro aspecto embaraçoso para as autoridades norte-americanas prende-se com o facto, revelado ontem pelo «Washington Post», de que as actividades do cruzador «Vincennes» haviam já provocado um protesto do governo dos Emirados Árabes Unidos no passado dia 8 de Junho.

Segundo o «Washington Post», o cruzador «Vincennes» ia provocando o embate de dois aviões ao pretender que um deles desviasse a sua rota.

(«o diário», 6 de Julho)

## Crime monstruoso

«O jornal do PC soviético, «Pravda», classificou, hoje, de «acto terrorista» e «crime monstruoso» o derrube de um avião iraniano por forças norte-americanas, no golfo Pérsico. O incidente mostra «o perigo que representam para toda a Humanidade as Forças Armadas dos EUA estacionadas para além das fronteiras do seu país» — escreve o comentador do jornal, Tomas Kolesnichenko.

O tom do comentário do «Pravda» é mais contundente do que o texto de uma declaração oficial, divulgada ontem pela Tass, em que se evitavam acusações contra os EUA, embora se condenasse o derrube do aparelho e se dissesse que a tragédia resultava, inevitavelmente, da presença militar de Washington na região.

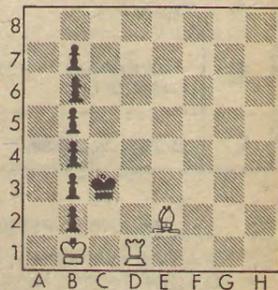
(«Diário Popular», 5 de Julho)

## Xadrez

CLXI — 7 de Julho de 1988

Proposição N.º 161

Por: W. Weber  
«Die Schwalbe», 1931  
Pr.: [7]: Ps.b2,b3,b4,b5,b6,b7-Rc3



Br.: [3]: B62-Td1-Rb1  
Mate em sete lances

Jogo N.º 161

Bruxelas (Taça do Mundo), 1988

Br.: J. Nunn  
Pr.: M. Tal

1. e4,c6; 2. d4,d5; 3. Cd2,d64; 4. C:64,Dd7; 5. Cg5,Cd6; 6. C1f3,66; 7. Ce5,Ch6; 8. Bd3,Bd6; 9. c3,Dc7; 10. D62,c5; 11. Bb5+,R67; 12. 0-0,c:d4; 13. c:d4,Cf5; 14. B63,C:63; 15. f:63,B:65; 16. d:65,D:65; 17. Dd3,D:g5; 18. Da3+,RD8; 19. Tad1,Bd7; 20. B:d7 e as pretas abandonam.

Solução do N.º 161

Chave: 1. Bg4!, Rc4;  
2. R:b2, Rc5;  
3. R:b3, Rc6;  
4. R:b4, Rc7;  
5. R:b5, Rb8;  
6. R:b6, Ra8;  
7. Td8++

A. de M.M.

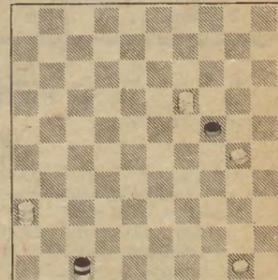
## Damas

CLXI — 7 de Julho de 1988

Proposição N.º 161

Por: Isidore Weiss (F) — 1912

Pr.: 2: 24-(47)



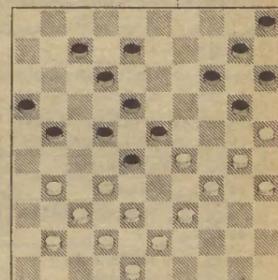
Br.: 4: (19)-30-(36)-50

Jogam as brancas e ganham

Golpe n.º 161

Campeonato de La Somme, 1953  
Por: Bernard Devauchelle — France, 1953 (com 16 anos)

Pr.: 14: 5-7-8-10-12-14-15-16-18-20-21-22-23-28



Br.: 14: 25-29-30-31-32-34-35-37-38-39-41-42-43-48

As Brancas jogam e ganham.

Soluções do n.º CLXI

N.º 161 (I.W.): 19-10 (24x35); 10-15 (35-40); 50-45 (40-44); 45-40! (44x35); 36-13!!!+

Golpe n.º 161 (B.D.): 39-33 (28x39); 32-27 (21x32); 37x19 (14x23) 25x14 (10x19); 30-25 (39x30); 35x11 (16x7); 42-37 (23x34); 43-39 (34x32); 37x8+

A. de M.M.

edições *Avante!*

Colecção «Paz e Socialismo»

MIKHAÍL GORBATCHOV

DISCURSOS E ARTIGOS ESCOLHIDOS

com um prefácio para a edição portuguesa